UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Aníbal Renan Martinot Chaim

**A Bola e o Chumbo: Futebol e Política nos anos de chumbo da
Ditadura Militar Brasileira**

v.1

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2014

Universidade de São Paulo

Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política

**A Bola e o Chumbo: Futebol e Política nos anos de chumbo da
Ditadura Militar Brasileira**

Aníbal Renan Martinot Chaim

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Adrian Gurza Lavalle

v.1

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2014

Agradecimentos:

A toda minha família, especialmente a meus pais e meu irmão por terem me suportado – em todos os sentidos – até aqui.

À minha namorada, pelas alegrias vividas nos últimos anos.

A todos do Departamento de Ciência Política da USP, especialmente a Adrian Lavalle, meu orientador, pelo apoio e fomento dado a meu trabalho.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Resumo:

Este estudo se propõe a elucidar o processo por meio do qual a ditadura militar brasileira, em seus anos mais truculentos – também chamados de ‘os anos de chumbo’ – se aproximou do futebol nacional como forma de se promover politicamente e fazer do esporte um de seus pilares de sustentação popular. Mais do que demonstrar que o futebol foi utilizado para fins políticos, o intuito aqui é esclarecer os mecanismos institucionais utilizados pelo governo militar para se aproximar dos atores responsáveis pela gestão esportiva no âmbito nacional e fazer com que seu projeto esportivo fosse executado de forma a gerar os frutos desejados. Buscou-se entender também até que ponto a postura do governo militar brasileiro em relação ao futebol interferiu na gestão do esporte a nível mundial. Para isso, foram investigadas as trajetórias particulares de personagens e instituições que marcaram a história política e/ou esportiva do Brasil, como a de Emílio Garrastazu Médici, Arthur da Costa e Silva, João Havelange, CBD e FIFA.

Palavras-chave: ditadura, futebol, militar, Brasil, política.

Abstract:

This study aims to elucidate the process by which the Brazilian military dictatorship in his most truculent years - also called 'years of lead' - utilized the national soccer as a way to promote itself politically and make the sport one of its foundations of popular support. More than demonstrate that football was used for political purposes, the aim here is to clarify the institutional mechanisms used by the military government to approach the actors responsible for sports management at the national level and execute this sports project in order to generate the desired results. Attempt was also made to understand to what extent the position of the Brazilian military government in relation to football interfered in the management of the sport worldwide. For this, the particular trajectories of characters and institutions that marked the political and/or sports history of Brazil, as Emilio Garrastazu Medici, Arthur da Costa e Silva, João Havelange, FIFA and CBD were investigated.

Key-words : dictatorship , football , military , Brazil , politics .

SUMÁRIO

Introdução	pg. 9
Capítulo 1. Embate preliminar: Legalidade X Exceção.....	pg. 13
Capítulo 2. O campo esportivo brasileiro antes de 1970	pg. 31
Personagens e interesses.....	pg. 31
Capítulo 3. João Havelange e CBD antes do AI-5.....	pg. 42
O início da ‘Era Havelange’	pg. 43
Um plano para o esporte brasileiro.....	pg. 49
Capítulo 4. A Liderança da Exceção.....	pg. 60
Médici e o campo esportivo.....	pg. 68
Capítulo 5. CBD blindada.....	pg. 76
Poder Executivo: o caso de João Saldanha.....	pg. 76
Poder Legislativo: o caso do campeonato Brasileiro de 1971.....	pg. 82
Poder Judiciário: o caso César.....	pg. 91
Capítulo 6. O campo esportivo brasileiro após 1970.....	pg. 99
O futebol na promoção do regime.....	pg. 99
Futebol como mecanismo para a promoção da Integração Nacional.....	pg. 104

Um campeonato para o Brasil.....	pg. 106
Capítulo 7. A Independência de Havelange.....	pg. 118
Problemas de representatividade na FIFA.....	pg. 119
A Taça da Independência.....	pg. 122
Boicote?.....	pg. 125
A candidatura de João Havelange.....	pg. 127
Pelé entra em campo.....	pg. 132
A eleição.....	pg. 136
Capítulo 8. Sai Médici, sai Havelange.....	pg. 141
Mudança no comando da CBD.....	pg. 145
Conclusão.....	pg. 152
Referências bibliográficas.....	pg. 161

Introdução

A utilização do esporte para a conquista de apoio político junto ao povo foi um expediente comum a diversos países durante o século XX. Talvez o exemplo mais famoso desta prática tenham sido os Jogos Olímpicos de 1936, realizados em Berlim durante o regime nazista, mas também podem ser mencionados os usos feitos por Cuba, União Soviética, Itália, África do Sul, entre outros países.

Na América do Sul, há dois grandes exemplos da utilização do esporte com fins políticos: o caso argentino, com a Copa de 1978, e o caso brasileiro, com a de 1970. A grande diferença entre estes dois casos é que o país platino, naquela ocasião, foi o anfitrião de uma Copa do Mundo. A grande semelhança é que tanto a Argentina, em 1978, quanto o Brasil, em 1970, viviam sob regimes militares.

O objetivo desta dissertação é tornar claro o processo por meio do qual o governo militar brasileiro interferiu no campo esportivo nacional, planejou e implementou políticas com vistas a fazer do esporte um de seus pilares de sustentação política durante os anos mais duros do regime: o período entre 1968 e 1974, também chamados de ‘os anos de chumbo’. O foco empírico para o desenvolvimento desta pesquisa foi a cidade de São Paulo.

Para atingir o objetivo proposto, foi feita uma reconstrução histórica tanto do processo político que levou ao decreto do AI-5 pelo presidente Costa e Silva¹ em 1968, quanto do processo esportivo que originou as condições que possibilitaram um plano conjunto entre líderes políticos e líderes esportivos do país.

¹ Este presidente também poderá ser referido por ‘Costa’. Esta é uma diminuição informal ao nome do presidente, e por esta razão, quando for feita, aparecerá entre aspas simples.

Para a reconstrução histórica dos fatos pertinentes ao campo esportivo, lançou-se mão de fontes primárias como o jornal *A Gazeta Esportiva* (de São Paulo) entre Junho de 1968 e Dezembro de 1974, consultado em partes no acervo da Federação Paulista de Futebol, e em partes no acervo da Hemeroteca Mário de Andrade (São Paulo-SP). No total, foram consultadas aproximadamente 2300 edições de *A Gazeta Esportiva*. Além do jornal esportivo consultado em arquivo, foram consultados² também os jornais *Folha da Manhã*, *Folha da Noite* e *Folha de São Paulo*, no acervo digital no site <http://acervo.folha.com.br/> para o período entre o ano de 1957 e 2000. Foram utilizadas também fontes secundárias como dissertações, teses e livros já produzidos a respeito da mesma temática.

Para a reconstrução histórica dos fatos relativos ao campo político, foram mobilizadas principalmente fontes secundárias. Entre as referências mais consultadas, podem ser mencionadas *De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da 'abertura'*, de Sebastião Velasco e Cruz e Carlos Estevam Martins; *Partido Político ou Bode Expiatório – Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional*, de Lúcia Grinberg; e por fim, *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB 1966-1979*, de Maria D'Alva Kinzo. A literatura secundária em questão foi instrumento para a elaboração de uma contextualização do ambiente político que envolvia aos atores e instituições que protagonizaram a narrativa que será exposta a seguir.

A história que esta dissertação se propõe a deslindar pode ser dividida basicamente em duas fases: a primeira delas é caracterizada pela não-intervenção direta do governo federal sobre os rumos que deveriam ser tomados pelo campo esportivo; a segunda delas, ao contrário, é marcada pelas claras e seguidas intervenções do governo federal nos assuntos pertinentes aos desportos nacionais.

² Neste caso, não foram consultadas todas as edições do período, mas somente as que foram encontradas por meio da busca por palavras-chave.

Durante o texto, será recorrente o uso dos termos ‘campo político’, ‘campo esportivo’ e ainda ‘campo futebolístico’. Assim sendo, acreditamos ser importante tornar claro ao que nos referimos por estes termos. Quando usado o termo ‘campo’, trata-se de um uso laxo do conceito de “campo social” desenvolvido por Pierre Bourdieu³. Por ‘campo esportivo’, nos referimos aos atores, instituições e poderes relacionados ao esporte. Neste campo se situam clubes de futebol e seus respectivos dirigentes, federações estaduais de futebol e seus dirigentes, a Confederação Brasileira de Desportos e seu presidente entre outros atores cuja ação social tem sentido direcionado para o esporte. Por campo político, nos referimos aos atores instituições e poderes relacionados ao Estado. Neste campo se situam presidente da República, prefeitos, deputados, vereadores, Câmaras Federal e Estaduais, além do Senado e outros atores cujas ações sociais tenham sentido direcionado para a política, como partidos, grupos de interesse, entre outros. Este esclarecimento é importante porque a história que segue é, acima de tudo, a história da interconexão entre estes dois campos.

Na primeira parte, podemos reunir os capítulos um, dois e três. O capítulo um trata especificamente da contextualização do campo político entre o começo ditadura militar, em 1964 e a edição do AI-5, em 1968. O capítulo dois trata tanto das ações individuais exercidas pelos representantes dos principais clubes de futebol do estado de São Paulo, no sentido de defender seus interesses clubísticos frente ao poder público, quanto das ações realizadas coletivamente entre os representantes dos maiores clubes do Brasil no sentido de elaborarem um torneio interclubes mais rentável que as excursões para o exterior. O capítulo três se refere à trajetória do dirigente esportivo João Havelange, presidente da CBD, antes de sua aproximação da presidência da República e narra

³ Cf. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Capítulo II: “Introdução a uma Sociologia Reflexiva”. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

também o processo de aproximação entre o principal dirigente esportivo brasileiro e o presidente da República.

A segunda parte engloba os capítulos quatro, cinco, seis, sete e oito. O capítulo quatro aborda o processo político iniciado com a edição do AI-5 até o começo da gestão do presidente Garrastazu Médici, e a conduta adotada por este presidente em relação ao campo esportivo. O capítulo cinco versa sobre a proteção feita pelo governo Médici à Confederação Brasileira de Desportos diante das turbulências políticas que ameaçavam prejudicar o bom funcionamento da entidade. O capítulo seis trata da forma como o campo esportivo brasileiro foi gerido em consonância com as políticas desenvolvidas pelo poder Executivo após a conquista do tricampeonato mundial no México, em 1970. O capítulo sete se restringe ao processo paralelo que conduziu João Havelange à presidência da FIFA. O capítulo oito fala de como o campo esportivo brasileiro foi organizado após a saída de Médici da presidência da República e da saída de João Havelange da presidência da CBD.

CAPÍTULO 1

Embate preliminar:

Legalidade X Exceção

O fato ocorrido entre os dias 31/03/1964 e 01/04/1964 é chamado de Golpe Militar por seus críticos e de Revolução de 1964 por seus entusiastas⁴. Golpe ou Revolução, o fato é que a saída forçada do então presidente da República, João Goulart, e a entrada de uma ampla coalizão política que era encabeçada pelas Forças Armadas instaurou no país uma sensação de insegurança a respeito de qual seria o caminho político a ser seguido.

Esta insegurança decorria do fato de que, se por um lado o ingresso dos militares e seus parceiros políticos civis no poder havia sido apoiado pela maioria da população⁵, por outro eles estavam retirando do posto de presidente da República um homem cujo poder advinha da escolha popular via eleições⁶.

A deposição do presidente João Goulart, embora feita com o apoio popular, foi uma medida de exceção. Esta medida, o prelúdio do regime militar no Brasil, inaugurou um período em que a política nacional viveu um dilema entre legalidade e exceção. Legalidade porque não foi instaurada uma ditadura que governasse sob legislação própria; exceção porque o homem que ocupava o cargo de presidente da República não

⁴ O fato de referirmo-nos, por vezes, a este evento como 'Revolução' não quer dizer que sejamos entusiastas dele. O termo que os jornais da época usavam para se referir a esse evento era 'Revolução'.

⁵ No dia 02/04/1964, um dia após a consumação do Golpe, um milhão de pessoas foram às ruas da cidade do Rio de Janeiro para demonstrar apoio ao governo que ingressava no poder. Cf. *Folha de São Paulo*, 03/04/1964. Primeiro Caderno, página 24.

⁶ João Goulart era vice de Jânio Quadros, que foi eleito em 1960 e renunciou em 1961.

havia sido eleito diretamente pelo povo. De 1964 em diante, os presidentes teriam que decidir para qual dos dois lados penderiam.

Castello Branco, o primeiro presidente militar pós-golpe, claramente pendia para o lado da legalidade. Ele se preocupou em alterar o mínimo possível da Constituição brasileira após seu ingresso no poder: manteve partidos políticos preexistentes, tal como o direito a voto direto para população (embora restrito aos cargos legislativos); respeitou os mandatos de deputados, senadores e vereadores e até mesmo a eleição presidencial, que estava prevista para ser realizada em 1966.

Este homem não foi designado à presidência do país pelos militares à toa. Castello era reputado um militar com ótima folha de combate, bom desempenho acadêmico – era vinculado à Escola Superior de Guerra – e era abstêmio da vida partidária. Devido a seu caráter ‘apolítico’, era visto como o homem ideal para supervisionar o país até o retorno das eleições abertas.

Antes de dar sequência à história, devemos esclarecer um ponto importante: os militares de 1964 não eram politicamente homogêneos. Muito pelo contrário, havia nas Forças Armadas uma divisão que colocava os chamados legalistas – ou também *sorbonistas* – de um lado, e os chamados ‘linha dura’ de outro. Os primeiros, vinculados à Escola Superior de Guerra, primavam pelo exercício do poder dentro dos limites estabelecidos por lei. Os últimos primavam pela manutenção da ordem social, acima de tudo.

Feita esta observação, é importante explicitar sobre o que se tratava a referida ‘tutela’ que os militares pretendiam exercer sobre o resto da população: significava que em

algumas circunstâncias seriam utilizadas medidas de exceção – tal como o Ato Institucional⁷, editado logo a 09 de abril de 1964 – para governar.

O formato adotado pelo Ato Institucional é uma boa demonstração do dilema entre legalidade e exceção que envolvia os militares pouco tempo depois de seu ingresso no poder: apesar de dar ao presidente o poder de destituir funcionários públicos de seus cargos e de cassar direitos eleitorais e políticos por até dez anos, ele foi editado com um prazo de validade: janeiro de 1966. Além disso, ele foi editado sem numeração, o que dava a entender que o governo não tinha a intenção de implementar mais atos de exceção até que sua ‘tutela’ estivesse concluída.

A ‘tutela legalista’ do presidente Castello se sustentou com relativa tranquilidade de abril de 1964 até meados de 1965. Aproximadamente um ano após seu ingresso no poder, ele passaria por sua primeira ‘prova de fogo’: estavam previstas para o mês de Outubro daquele ano as eleições para os governos estaduais e Castello estava sendo pressionado por aliados como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto – governadores dos estados de Guanabara e Minas Gerais, respectivamente – para que não respeitasse o calendário eleitoral e não realizasse as eleições programadas para aquele ano.

Tanto Lacerda quanto Magalhães Pinto pertenciam à UDN, um dos partidos políticos que participaram ativamente do movimento de 1964, e provavelmente o que mais se beneficiou dele. Estes políticos udenistas queriam manter-se como governadores de seus estados – entre outros motivos – para manterem o controle sobre as máquinas burocráticas estaduais, por meio das quais alçavam uma inédita vitória ao partido nas eleições para presidente da República, previstas para 1966.

⁷ O Ato Institucional, posteriormente referido como AI-1, foi publicado sem numeração.

Lacerda, que inclusive já havia sido indicado pela convenção da UDN como o candidato do partido para a presidência da República, era quem defendia o adiamento das eleições estaduais com mais veemência; Magalhães Pinto chegou a escrever uma carta a Castello Branco, na qual criticava a postura adotada pelo presidente:

A eleição não poderá de ser, como sempre ocorre aos pleitos que se seguem a acontecimentos dessa natureza, um julgamento da Revolução. [...] Ademais, as eleições vêm interferir com a execução de um difícil programa de governo, particularmente no que se refere à estruturação econômica e financeira do país. [...] Corremos o risco de, mal interpretados pelo povo, vermos voltar ao poder muitos dos que contribuíram para a criação do ambiente que deu causa ao movimento revolucionário.⁸

Tal como Lacerda, os militares da ‘linha-dura’ também consideravam a realização das eleições de 1965 um risco desnecessário e desaconselhável para a ‘Revolução’ que ainda não estava consolidada. Em carta a Castello, Lacerda se demonstrava contrário a tais eleições, mas totalmente favorável às eleições presidenciais, que estavam programadas para ocorrer em 1966:

Considero a eleição de 1966 indispensável. Quanto à de 1965, parece-me temerário substituir a eleição por subterfúgios. Estou certo de que V. Exa. apresentará à Nação razões capazes de convencê-la de que as eleições são inconvenientes sem que o povo pense que a Revolução foi feita para acabar com o direito do povo escolher o seu governo. [...] Em 1966 levarei a democracia a juntar-se com a Revolução, promovendo pelo voto do povo a transformação do país.⁹

A despeito da pressão partidária, Castello Branco manteve-se irredutível na decisão de bancar a escolha direta dos governadores estaduais pela população em 1965. Para isso, porém, o presidente teve que ceder às exigências feitas por alguns de seus pares – majoritariamente pelos militares da linha dura – de que enviasse ao Congresso um projeto de lei que impedisse os políticos considerados corruptos ou subversivos de serem eleitos.

⁸ Carta de Magalhães Pinto ao presidente Castello Branco em 13 de maio de 1965, *Arquivo de Castello Branco*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV. Apud Kinzo, op. cit., p. 22. Grifos nossos.

⁹ Carta de Carlos Lacerda ao presidente Castello Branco, em 09/02/1965. *Arquivo de Castello Branco*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV. Apud Kinzo, op. cit., p. 23. Grifos nossos.

Esta decisão era a condição da linha dura para que Castello pudesse dar sequência a sua postura de respeito às leis. A oposição não gostou da decisão adotada pelo presidente – a chamada ‘lei das inelegibilidades’ –, mas reconheceu o esforço presidencial em fazer valer a constituição. Com isso, a ‘lei das inelegibilidades’ foi aprovada sem dificuldades pelos parlamentares.

As vésperas das eleições estaduais de 1965 foram o período em que a liderança castellista esteve mais segura e prestigiada no comando do país. Reconhecido tanto por situacionistas quanto por oposicionistas pelo esforço em tutelar o país com o mínimo possível de medidas de exceção, Castello executava com excelência, até então, a obra de conduzir o país de volta à legalidade pelo ‘caminho revolucionário’. Se em algum momento o presidente esteve próximo de ser unanimidade, este foi o que antecedeu os pleitos estaduais de 1965.

O aparente consenso ao redor da figura do presidente desmoronou quando os votos das eleições foram apurados: a aliança oposicionista (PTB - PSD) venceu as eleições em alguns importantes estados do país, como o da Guanabara e o de Minas Gerais, justamente aqueles em que Carlos Lacerda e Magalhães Pinto eram governadores.

A primeira reação de Lacerda ao ter ciência de sua derrota foi romper definitivamente com Castello Branco. O ex-governador da Guanabara retirou sua candidatura para presidência¹⁰ e buscou aliar-se aos coronéis mais insatisfeitos da linha dura para organizar um movimento cuja finalidade era retirar Castello Branco da presidência. Este movimento só não foi adiante porque o ministro da Guerra, o general Costa e Silva, impediu a rebelião. Costa e Silva costurou um acordo com os militares mais radicais, garantindo assim que Castello Branco seguisse até o fim de seu mandato. O poder do presidente havia ficado por um fio.

¹⁰ Cf. Kinzo, op. cit., p. 24.

Com o poder de bastante debilitado, Castello teria que dar um jeito de aplacar ou amortecer o prejuízo causado pelas vitórias da oposição nos pleitos estaduais. O primeiro método que utilizou para cumprir essa tarefa ainda foi o da legalidade: tentou costurar um acordo com líderes do PSD e do Bloco Parlamentar Renovador (que era liderado pela UDN, mas que tinha também o apoio de 48 deputados do PSD e 23 do PTB)¹¹ para que fossem aprovadas no Parlamento medidas que pretendiam centralizar o poder político no Executivo federal. Entre essas medidas, constavam: 1) maior controle do governo central sobre os governos estaduais; 2) restrições severas à liberdade de expressão e ação dos cassados; 3) ampliação da jurisdição militar com referência a questões de subversão e de segurança nacional; 4) a garantia do domínio do governo sobre o Supremo Tribunal Federal por meio do aumento do número de juízes¹². O presidente garantiu que a posse dos governadores eleitos seria realizada, mas procurou obter do Congresso a aprovação daquelas medidas.

Dessa vez, entretanto, o governo teve dificuldade para negociar com as câmaras legislativas, principalmente pelo fato de que a maioria de seus componentes já julgava ter cedido o bastante na ocasião da aprovação da ‘lei das inelegibilidades’.

Além de ressaltarem que o Congresso já havia cedido demais ao governo, as críticas levantadas durante os debates na Câmara enfatizavam as consequências da aprovação de tais leis: “*o rompimento ou aniquilamento da Federação brasileira*”, “*a castração do Supremo Tribunal*”, “*a transformação do Brasil em caserna, ao se estender a jurisdição militar a todos os crimes*”, “*a criação do exílio local ao determinar domicílio restrito aos cassados*”.¹³

Havia evidências de que o governo corria o risco de sofrer um novo revés, desta vez na Câmara dos Deputados. A integridade do poder presidencial ficaria seriamente

¹¹ Cf. Kinzo, op. cit., p. 25.

¹² Cf. Kinzo, op. cit., p. 25.

¹³ Kinzo, op. cit., pp. 25-6. Trechos em itálico: discursos parlamentares, sessões de 13, 20 e 21 de outubro de 1965, *Anais da Câmara dos Deputados*, 1965, vs. 26-28. Apud Kinzo, op. cit., pp. 25-6.

comprometida se sua tentativa de hipertrofiar o alcance do Executivo federal pela via constitucional fracassasse. Castello não pagou para ver.

Em 27 de outubro de 1965, foi decretado o Ato Institucional Número Dois (AI-2), cujo conteúdo eram as medidas que o próprio presidente havia enviado à Câmara, mas que sequer foram a votação. Este Ato implementava todas aquelas medidas – que possivelmente seriam rejeitadas pelo Congresso –, mas não se limitava a isso: outorgava ainda ao presidente o poder de suspender o Congresso, de governar por decreto e decretar estado de sítio, de dispensar funcionários públicos, e de cassar mandatos e suspender direitos políticos, aumentando assim significativamente o controle do Executivo sobre os gastos do governo. Além disso, o AI-2 tornava indireta a eleição para presidente da República, facilitava a aprovação de emendas constitucionais e extinguiu os partidos políticos existentes.¹⁴

O AI-2 é o ponto que demarca o momento em que Castello Branco pendeu do polo da legalidade para o polo da exceção. Diante do tormento causado pelas eleições de 1965 e da possibilidade de um novo revés na tentativa de alterar a Constituição dentro da legalidade, Castello cedeu. O único traço legalista do AI-2 foi sua vigência limitada: ele expiraria em 15 de março de 1967, juntamente com o mandato de Castello Branco.

Menos de um mês depois da edição do AI-2, Castello baixou o Ato Complementar nº 4. A partir deste Ato, foram extintos os partidos preexistentes e instituiu-se no Brasil o sistema bipartidário. Este novo sistema era caracterizado pela existência de um partido situacionista que gozava de maioria tanto na Câmara dos Deputados quanto na dos Senadores. Esta era a Aliança Renovadora Nacional, a ARENA. Em oposição a ela, formou-se um partido de oposição moderada, minoritário nas duas Câmaras e com uma

¹⁴ Cf. Kinzo, op. cit., p. 27.

capacidade de ação política bastante limitada pelas circunstâncias. Este era o Movimento Democrático Brasileiro, o MDB.

A intenção era, portanto, criar uma estrutura partidária organizada em termos de apoio – ou ausência deste – ao governo: agrupar em um único partido todos os membros do Congresso que endossassem as tendências políticas de sustentação ao regime, e em um fraco partido de oposição as forças políticas remanescentes.¹⁵

Criados de cima para baixo, *via* decreto, estes partidos continham internamente uma vasta diversidade de tendências políticas que foram obrigadas a conviver juntas pelo arranjo institucional imposto. Portanto, a diversidade de tendências políticas continuava existindo tanto no partido da situação, a ARENA, quanto no partido da oposição, o MDB.

Visando estabilizar-se novamente no poder, Castello Branco editou uma série de medidas de exceção a partir de 1965. Uma vez que sua prática política estava cada vez mais distante do legalismo, o presidente mudou de estratégia: usaria os poderes auto-atribuídos pelos seguidos atos de exceção para elaborar uma nova constituição para o país, de forma que sua saída do poder, no início do ano de 1967, deveria selar o final do período ‘excecionário’, sendo que seu sucessor seria empossado numa circunstância de retorno à ordem constitucional. E assim o fez.

O projeto de Constituição de Castello primava pela predominância do poder Executivo sobre os demais poderes da República; propunha eleições indiretas para a presidência da Nação, excluía os atos do Executivo de apreciação judicial e não dava garantias aos direitos individuais¹⁶.

O intuito do presidente claramente era o de promover a institucionalização de algumas práticas de exceção, passando principalmente pela hipertrofia do poder Executivo

¹⁵ Kinzo, op. cit., pp. 28-9.

¹⁶ Cf. Grinberg, Lúcia. Op. cit., p. 106; p. 109; p. 111.

federal. Nem todos os pontos da Constituição de 1967 foram aprovados pela Câmara, e o próprio presidente da Arena, Daniel Krieger, já reconhecia que ele teria que ser revisto na legislatura seguinte antes mesmo da aprovação parcial do texto. Castello saiu do poder no início de 1967, deixando importantes lacunas a serem resolvidas por seu sucessor.

Assim, em 15 de março de 1967, Artur da Costa e Silva assumiu a presidência da República em sucessão a Castello Branco. Sua designação ao cargo ocorreu justamente pelos méritos que teve, enquanto Ministro da Guerra, de apaziguar os ânimos dos militares da linha dura quando da derrota de alguns dos candidatos aliados nas eleições para governos estaduais de 1965.

Sua chegada ao poder se deu por uma via distinta da de seu antecessor. Costa e Silva não chegou ao poder por meio do apoio da ala legalista do Exército, mas sim da linha dura. Ele herdou um sistema autoritário construído por Castello, que controlava quase todas as esferas de decisão política e econômica. Seu ingresso no poder marcou a marginalização dos militares legalistas dentro da coalizão dominante.

Apesar de estar rodeado por elementos que apontavam a tendência para um governo de exceção, o general Costa e Silva acenava com promessas de democratização, e tanto os políticos do governo quanto os da oposição estavam dando um voto de confiança ao novo presidente¹⁷. Sua posse marcou um novo período constitucional em que as liberdades públicas, as instituições representativas e a autoridade da magistratura haviam sido restabelecidas. A mudança de presidente, e principalmente a expiração da validade do AI-2, alentaram a esperança de que o país se redemocratizaria, conforme havia sido prometido pelo próprio Costa e Silva antes de sua posse.

¹⁷ Cf. Kinzo, op. cit., p. 105

A esperança pela abertura política se fortaleceu conforme Juscelino Kubitschek e mais muitos outros cidadãos – exilados durante a gestão de Castello – voltavam ao Brasil sob as garantias dadas pelo próprio presidente em mandato.

Se os direitos políticos e a legalidade voltariam a prevalecer no país, então não haveria problema em se criar movimentos de oposição alternativos ao MDB. Assim pensou e agiu Carlos Lacerda – ex-governador do Rio de Janeiro, insatisfeito com os rumos adotados pelo governo de Castello Branco –, que ainda em 1966 formou e começou a levar adiante o movimento da Frente Ampla. A opção de Lacerda por liderar esse movimento se deu após seu fracasso na tentativa de aliar-se aos militares da linha dura para derrubar Castello do poder em 1965.

Desde seu início, a ‘Frente’ se caracterizou como um movimento ‘de elite’. A ideia de Lacerda era formar a base de seu movimento dentro das classes dominantes¹⁸; o ex-governador da Guanabara queria capitalizar a seu favor a insatisfação geral que havia no final da administração de Castello Branco por elementos como a ineficácia dos canais de participação política e o constante uso dos instrumentos de exceção pelo presidente.¹⁹

Enquanto os esforços de Lacerda se concentraram em arregimentar elementos das classes dominantes para fortalecer a base política da ‘Frente’, o movimento se manteve restrito e pouco capaz de consolidar-se como um polo aglutinador da oposição à ‘Revolução’. Vendo que seu plano inicial não oferecia boas perspectivas de sucesso, Lacerda decidiu mudar de estratégia: buscaria, a partir de então, formar alianças com políticos oposicionistas consagrados, que inclusive haviam sido seus adversários em 1964. E assim fez: em novembro de 1966 ele se encontrou com Juscelino Kubitschek

¹⁸ De acordo com Cruz e Martins, op. cit., p. 16, entre os setores dominantes da sociedade brasileira do período podem ser mencionados os latifundiários, os industriais, os profissionais liberais, a nova classe média burocratizada e ponderáveis parcelas da pequena burguesia.

¹⁹ Cf. MARCHI, Edivaldo Batista. Frente Ampla (1966 - 1968) – aliança, contradições e limites. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC-SP, 2001, p. 112.

em Lisboa e formalizou a aliança com aquele ex-presidente. No final de setembro de 1967, foi a Montevideo e celebrou outra aliança: desta vez com João Goulart, ex-presidente que o próprio Lacerda havia ativamente ajudado a depor.

O apoio de Goulart ampliou as bases do movimento, trazendo para ele ex-petebistas e setores da esquerda. O ingresso de Jango na 'Frente' fez também com que Lacerda incorporasse em sua retórica a defesa de temas como a anistia política e o apoio aos trabalhadores assalariados atingidos pela política econômica do governo. Dessa circunstância em diante, renovou sua fala de que havia corrupção no interior da administração governamental e passou a dar ênfase à questão salarial e à anistia, além de destacar a possibilidade de a Frente Ampla atuar nas ruas.²⁰

A partir do momento em que a 'Frente' buscou apoio em tradicionais lideranças da esquerda, conseguindo também o apoio de movimentos de trabalhadores, setores do ex-PTB e do Partido Comunista confluindo inclusive com as movimentações de oposição que eram feitas pelos estudantes, o governo Costa e Silva entendeu que a Frente Ampla havia se convertido de fato em um risco. Com este entendimento, determinou-se o fim do movimento 'Frente Ampla' pela Portaria nº 177 do Ministério da Justiça²¹.

Apesar de não ter conseguido ingressar institucionalmente no cenário político da época, a Frente Ampla conseguiu exercer a função de operar como entidade catalisadora dos diversos descontentamentos que havia na sociedade em relação ao governo militar, ocupado naquele momento por Costa e Silva.

Ao buscar e conseguir o apoio de importantes lideranças e organizações da esquerda, Lacerda articulou um movimento que não serviu a seus planos iniciais – que eram alçá-lo à presidência do país na sucessão de Costa e Silva –, mas aglutinou uma série de

²⁰ Cf. Marchi, op. cit., p. 102.

²¹ Cf. Marchi, op. cit., p. 102.

parcelas sociais descontentes, que daquele momento em diante dariam sequência às demonstrações de insatisfação com o governo sem a liderança de Lacerda.

A Frente Ampla foi a tentativa mais robusta de mobilização política ocorrida no período entre o final de 1967 e o início de 1968. Em um primeiro momento, o movimento acabou por não prosperar por seu ‘elitismo’; num segundo momento esbarrou no receio do próprio Lacerda de que o ingresso massivo da esquerda no movimento, além de desvirtuar seu plano político inicial, geraria uma reação truculenta do governo.

O fechamento da Frente Ampla foi o primeiro movimento claramente ‘excepcional’ adotado por Costa e Silva desde sua posse, e seu deu justamente quando a articulação de oposição liderada por Lacerda evocou a possibilidade de passar a atuar também nas ruas, tornando-se assim uma ameaça real ao governo.

Quando a chama oposicionista acendida pela ‘Frente’ foi apagada por Costa e Silva, entretanto, ela já havia sido passada para outros setores sociais insatisfeitos com o regime, como os estudantes.

As lideranças estudantis já vinham há alguns anos contestando a política universitária adotada pelo governo militar. Suas contestações adquiriram novo vulto quando se tomou conhecimento da assinatura do acordo entre MEC e US-aid. A União Nacional dos Estudantes, que havia prestado solidariedade a João Goulart pouco antes de sua deposição, foi colocada na ilegalidade por Castello Branco. Mesmo assim, continuava se reunindo clandestinamente.

Do lado do governo militar, as insatisfações também existiam. Eram produto da desilusão e do descontentamento em face das expectativas criadas no início do governo Costa e Silva: as aspirações de poder e influência dos militares da linha dura (os responsáveis pela entrada de Costa e Silva no poder) estavam sendo frustradas pela

linha branda – legalista – e permissiva que o presidente vinha seguindo. Além disso, muitos políticos da ARENA se viam na condição de sócios minoritários de um governo que lhes reservava apenas o subserviente papel de aprovar as decisões já tomadas pelo Executivo Central, encabeçado pelos militares. Por fim, mesmo os políticos moderados do MDB estavam frustrados pelo fato de terem acreditado nas intenções democráticas de Costa e Silva²², que até então não haviam sido postas em prática.

As insatisfações sociais que rodeavam a presidência de Costa e Silva durante o ano de 1968 explodiram quando o estudante Edson Luís foi assassinado, em 28 de março de 1968, num choque entre polícia militar e estudantes que reivindicavam a melhoria da comida do restaurante ‘Calabouço’, no Rio de Janeiro.

A partir deste evento que chocou o país, os estudantes constituíram a vanguarda do movimento de contestação que se manifestou na forma de greves, comícios, passeatas, e mesmo de choques violentos com as forças repressivas. A simpatia da população, o apoio da Igreja, da intelectualidade e do MDB, a influência da rebelião de maio na França e a revolta gerada pela truculência das ações policiais contribuíam para que a agitação estudantil chegasse também ao mundo do trabalho.²³

Em 22 de abril eclodiu em Minas Gerais a primeira greve de grande vulto desde 1964, com a paralisação de aproximadamente sete mil trabalhadores. Em julho, aconteceu uma greve em Osasco-SP. Em setembro, houve novas ameaças de greve em MG, seguidas de outras, no RJ, por parte dos bancários.²⁴

O fato é que a morte de Edson Luís desencadeou uma série de acontecimentos que acabou por exponenciar a polarização entre reformistas e conservadores no país. Se até

²² Cf. Kinzo, op. cit., pp. 107-8.

²³ Cf. Cruz e Martins, op. cit., p. 33.

²⁴ Cf. Cruz e Martins, op. cit., p. 33.

aquele momento, em março de 1968, houve relativa aceitação dos métodos de exceção utilizados pelo governo militar em nome da consolidação dos objetivos da ‘Revolução’ – provavelmente pelo fato de os setores reformistas da sociedade terem mantido até então a crença de que a democratização do país se aproximava –, a morte daquele estudante ceifou o pouco que havia restado das expectativas reformistas.

A imprensa carioca estimou que 50 mil pessoas acompanharam o cortejo de Edson Luís da Cinelândia até o cemitério São João Batista. Na missa de sétimo dia da morte do estudante, um esquadrão da cavalaria da PM bloqueou os portões da Igreja, e na saída da missa alguns estudantes foram espancados, e outros presos²⁵. No mesmo dia, os irmãos Rogério e Ronaldo Duarte foram sequestrados e durante catorze dias foram castigados com choques elétricos pelo corpo²⁶.

Conforme a repressão militar ia atingindo níveis cada vez maiores, os opositores de esquerda também começaram a se armar, embora com menos recursos. Estima-se que, entre atentados pessoais, explosões de bombas, assaltos a bancos e roubos de explosivos, as ações armadas da esquerda entre 1966 e o final de 1968 foram pelo menos cinquenta.²⁷

Ao passo que o conflito nas ruas ia se acentuando, os políticos opositores passaram a tomar partido em favor dos jovens opositores que vinham sofrendo com a truculência militar. No dia 30 de agosto, as forças policiais invadiram o campus da Universidade de Brasília de forma brutal, e alguns parlamentares do MDB se dirigiram ao local com o

²⁵ Cf. GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 282-3.

²⁶ Cf. Gaspari, op. cit., p. 284. O caso destes irmãos é bastante elucidativo da tensão política vivida no país naquele momento: demonstrou que dois cidadãos aparentemente inofensivos foram arbitrariamente sequestrados e maltratados sem que seus algozes fossem punidos, e também que as ações de sequestro e tortura ocorreram fora da linha de comando das Forças Armadas, isto é: um oficial se usou da tropa e das instalações militares a ele confiadas para agir de acordo com seu próprio arbítrio. A hierarquia militar havia sido quebrada.

²⁷ Cf. Gaspari, op. cit., p. 306.

intuito de negociar com a polícia. A violência policial foi tamanha que mesmo aqueles parlamentares saíram feridos do local.²⁸

Em decorrência disso, no dia 02 de setembro de 1968, o deputado emedebista Márcio Moreira Alves tomou a palavra na Câmara dos Deputados para condenar a invasão policial que acontecera dias antes naquela universidade. Em certo momento de seu discurso perguntou: “Quando o Exército não será um valhacouto de torturadores?”²⁹. Moreira Alves ainda propunha um boicote ao desfile militar que ocorreria em cinco dias, por ocasião de comemoração do Dia da Independência.³⁰

As acusações de Moreira Alves não agradaram aos militares, sendo que apenas onze dias depois os ministros de Exército, Marinha e Aeronáutica solicitaram que ele fosse processado pelas ofensas às Forças Armadas.

Para que Moreira Alves tivesse seu mandato retirado dentro da legalidade, entretanto, os militares teriam que enfrentar um longo e burocrático processo. A razão para isso era que o AI-2, Ato que concedia ao presidente da República poderes para proscrever parlamentares, havia expirado junto com a posse de Costa e Silva em março do ano anterior. Sem o amparo legal daquele Ato, os militares teriam que recorrer ao artigo 51 da Constituição de 1967, que permitia o julgamento de qualquer cidadão que tivesse atentado contra a ‘ordem democrática’ ou praticado corrupção, podendo ser punido com a suspensão de seus direitos políticos por um período de dois a dez anos³¹.

Como se tratava de um deputado federal, dois terços do plenário da Câmara dos deputados – casa legislativa à qual pertencia Moreira Alves – teriam que apoiar a instauração de um processo contra o deputado para que a solicitação daqueles ministros

²⁸ Cf. Kinzo, op. cit., p. 116.

²⁹ Cf. Gaspari, op. cit., p. 316.

³⁰ Cf. Kinzo, op. cit., p. 106.

³¹ Cf. Kinzo, op. cit., p. 106.

militares, endossada pela grande maioria da linha dura das Forças Armadas, fosse atendida.³²

A tramitação do processo contra Moreira Alves levou quase dois meses no Judiciário antes de chegar à Câmara dos Deputados. No dia 19 de novembro, quando o processo chegou à Câmara, já havia claros indícios de que o governo encontraria forte resistência para obter permissão da Casa para processar o deputado.³³

A previsão de que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara votaria contra o governo levou à substituição de nove dos seus membros. Isso foi feito com o intuito de garantir o resultado a favor dos militares. Essa interferência, posta em prática por uma liderança leal ao governo, provocou o protesto e a renúncia do Presidente da Comissão de Justiça, o deputado arenista Djalma Marinho, que em seu discurso de renúncia alentou os deputados da ARENA, que em número cada vez maior relutavam em dar seu apoio ao governo. Neste caso, a atitude foi ainda mais eloquente porque se opôs a uma medida que era, acima de tudo, contra a própria instituição legislativa³⁴. Também motivado pela forma contestável com que o governo vinha conduzindo este caso, em novembro o presidente da ARENA, Daniel Krieger, decidiu renunciar à liderança do governo no Senado³⁵. Após as referidas substituições na Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado o pedido de licença para processar Moreira Alves.

No plenário, o MDB buscou postergar ao máximo a tomada de decisão, com o intuito que a solução fosse deixada para o ano seguinte, uma vez que o Congresso entraria em recesso no início de dezembro. A liderança do MDB esperava que durante o longo recesso parlamentar do verão haveria tempo suficiente para esfriar a temperatura

³² Cf. Kinzo, op. cit., p. 106.

³³ Cf. Kinzo, op. cit., p. 116.

³⁴ Cf. Kinzo, op. cit., pp. 116-7.

³⁵ Cf. Grinberg, op.cit., p. 124.

superaquecida que a crise havia atingido e, a partir daí, se chegar a uma solução negociada.³⁶

As negociações se prolongaram até o dia 12 de dezembro, quando Costa e Silva decidiu convocar o Congresso em sessão extraordinária para votar o pedido contra Moreira Alves, e então realizou-se a votação. O resultado foi que 216 deputados votaram contra a licença para processar este último e somente 141 votaram a favor dela. Entre os votos apurados contra a cassação, 122 eram de parlamentares do MDB e 94 eram de arenistas. Além disso, 35 deputados da ARENA não compareceram à votação, sendo que apenas um destes estava hospitalizado no dia.³⁷

O resultado da votação na Câmara dos Deputados foi comemorado no plenário ao som do hino nacional.

A vitória de Moreira Alves no plenário recolocou o dilema entre legalidade e exceção na mesa. Nesse caso, a opção pela legalidade significaria, para os militares, mais do que a aceitação uma derrota infligida por uma casa legislativa ao poder Executivo: significaria a aceitação de uma ‘traição’ ocorrida no próprio partido governista, a ARENA, e mais: significaria a aceitação de um insulto publicamente proferido por um opositorista – Moreira Alves – contra as Forças Armadas. Nesse caso, aceitar a derrota significaria aceitar a humilhação pública e a perda total de controle ante as movimentações sociais que impeliam contra a ‘Revolução’.

Ademais, os militares da linha dura julgavam que a precaução em não romper a barreira da legalidade – postura adotada primeiro por Castello Branco, e agora por Costa e Silva – era a principal razão a que poderia ser atribuída a crise que vivenciavam.

³⁶ Cf. Kinzo, op. cit., p. 117.

³⁷ Cf. Grinberg, op.cit., p. 125.

Dessa forma, os militares fizeram sua vontade e seu orgulho prevalecer sobre a legalidade. Enquanto os parlamentares ainda comemoravam a vitória conquistada diante da investida do governo, o presidente Costa e Silva editou o Ato Institucional número 5 (AI-5), que dava ao presidente poderes excepcionais.

Entre outras coisas, o AI-5 autorizava ao presidente da república a: 1) decretar recesso do Congresso e demais casas legislativas; 2) decretar intervenções em estados e municípios; 3) cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos de qualquer cidadão; 4) remover, aposentar ou reformar quaisquer titulares de cargos públicos; 5) decretar o estado de sítio e fixar seu prazo de duração; 6) decretar o confisco de bens; 7) suspender garantias constitucionais referentes a liberdades de reunião e associação; 8) estabelecer a censura da imprensa, da correspondência, das telecomunicações e das diversões públicas³⁸. A legalidade estava abolida e a exceção estava institucionalizada por tempo indeterminado.

³⁸ Cf. Cruz e Martins, op. cit., p. 37.

CAPÍTULO 2

O campo esportivo brasileiro antes de 1970

Se o campo político brasileiro sofreu muitas alterações durante a década de 1960, o campo esportivo também passou por importantes transformações. Até que o AI-5 fosse editado, entretanto, esses dois campos caminharam com relativa autonomia.

Este capítulo tem por objetivo tornar claro como eram ordenadas as relações dentro do campo esportivo antes que ele passasse a estar sob a intervenção e os cuidados do campo político.

Personagens e interesses

Primeiramente, é importante esclarecer qual era a composição do campo futebolístico brasileiro nos anos 1960: não restringia a clubes de futebol, mas englobava também representantes das Federações Estaduais, e da Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Além destes, podem ser elencados deputados federais, deputados estaduais e governadores envolvidos em questões relativas a tal esporte no país.

No que se refere ao envolvimento de políticos com o campo esportivo, o caso paulista parece ser interessante. Abaixo, estão listados os presidentes dos quatro principais clubes paulistas durante o final da década de 1960:

- Wadih Helu foi presidente do Corinthians³⁹ entre 23/03/1961 e 28/03/1971 foi eleito pela primeira vez como deputado federal pela

³⁹ Informação retirada de <http://acervosccp.com/presidentes.htm>, em 07/05/2013.

Arena em pleito de 15 de novembro de 1966, pela Arena e foi reeleito em 15 de novembro de 1970, para o mandato do período entre 1971-1975. Integrou, entre 1971 e 1972, a Comissão de Constituição e Justiça como membro efetivo, e a de Redação como suplente. Foi mais uma vez reeleito em 15 de novembro de 1974, exercendo seu mandato na 8ª Legislatura (1975-1979), sendo segundo vice-presidente da Assembleia em 1975-1977. Em 1978, apoiou a candidatura vitoriosa de Paulo Maluf para o governo de São Paulo, e foi convidado pelo novo chefe do Executivo paulista para ocupar o cargo de secretário estadual de Administração em 1979-1982.⁴⁰

- Laudo Natel foi presidente do São Paulo FC entre 30/04/1958 e 16/04/1968 por 05 mandatos seguidos. Teve seu sexto mandato entre 16/04/1968 e 05/05/1970, e o sétimo entre 05/05/1970 e 28/04/1972. Natel também foi governador do estado de São Paulo entre 06/06/1966 e 31/01/1967, no primeiro mandato, e entre 15/03/1971 e 15/03/1975, em seu segundo mandato. Em suas duas gestões do estado paulista era membro da ARENA. Para seu segundo mandato, foi indicado pelo presidente da república, Garrastazu Médici.
- Athiê Jorge Coury, presidente do Santos FC entre 1945 e 1971, foi deputado federal pelo MDB por 04 legislaturas seguidas, entre 1966 e 1983.⁴¹

⁴⁰ Informações retiradas do endereço <http://jusclip.com.br/deputado-wadih-helu/>. A biografia de Helu que consta neste site é assinada por Antônio Sérgio Ribeiro, advogado e pesquisador, que é diretor do Departamento de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa.

⁴¹ Informações retiradas de http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos_Detalhe.asp?id=122882&leg=42

- Delfino Facchina, presidente da SE Palmeiras entre 1959 e 1971 não teve nenhum cargo no governo durante o período estudado, mas no ano de 1970 se candidatou para o cargo de deputado federal pela ARENA, sem sucesso na eleição.

As informações acima demonstram que os presidentes dos 04 principais clubes de futebol do estado de São Paulo estavam ou dentro, ou próximos do poder que emanava do campo político. Pelo fato de alguns deles possuírem poder e contatos privilegiados nos dois campos, não era incomum que tentassem se aproveitar das facilidades geradas por seus cargos para postular benefícios para seus clubes.

Muitos exemplos desta prática poderiam ser levantados, mas provavelmente o caso que melhor ilustra a disputa entre dirigentes por benefícios clubísticos *via* flerte com importantes membros do poder público é o capítulo do ‘embate’ entre Wadih Helu, presidente do SC Corinthians Paulista⁴² e Laudo Natel, presidente do São Paulo FC⁴³ pela expectativa em relação aos projetos de finalização do estádio Cícero Pompeu de Toledo – o Morumbi – pelo lado são-paulino, e de ampliação do estádio do Pacaembu, pelo lado corintiano.

Laudo Natel, presidente do SPFC, utilizava-se de sua proximidade com o Banco Bradesco⁴⁴ para obter recursos necessários para o término da construção do estádio do Morumbi, um estádio privado cuja titularidade já era do SPFC. Já Helu, presidente do Corinthians, urgia por reformas no Pacaembu, que possuía capacidade para apenas 60

⁴² Daqui em diante SC Corinthians, ou simplesmente Corinthians.

⁴³ Daqui em diante também referido como SPFC.

⁴⁴ Banco do qual fora diretor no início da década de 1960, segundo informações de <http://revistaj7.blogspot.com.br/2012/05/o-nome-e-laudo-natel.html> colhidas de 07/05/2013

mil espectadores. A previsão para o Morumbi era de que sua capacidade seria de 180 mil espectadores após a reforma.

Apesar de ter sido propagandeado na época como o “estádio de todos os paulistanos”, o “orgulho de São Paulo [a cidade/o estado, não o clube]” e até mesmo o “Paulistão”, tratava-se de um estádio privado, para o qual teria que ser pago aluguel na ocasião de ser utilizado para jogos de qualquer clube que não o SPFC⁴⁵. Temendo a possibilidade de ser forçado a encher os cofres de um rival, Helu utilizava de todos os recursos que podia para alavancar sua demanda por reforma/ampliação do Pacaembu. O choque de interesses dos dois dirigentes ficou bastante evidente entre meados de 1968 e 1969. Laudo Natel, em matéria publicada por ‘A Gazeta Esportiva’ de 01/06/1968, afirma:

A tarefa do governo não é fazer concorrência aos clubes. [...] Os grandes estádios com capacidade para 120 ou 150 mil pessoas só lotam de vez em quando. Os espetáculos mais normais são os de 80 ou 90 mil pessoas. Se o Pacaembu for aumentado para esta lotação, ele poderá ganhar a preferência de uso por muito tempo, para este tipo de espetáculos. Onde estão os estímulos para os que estão fazendo estádios maiores, como é o nosso caso, e dos que pretendem construí-lo?⁴⁶

Natel promoveu a defesa da iniciativa privada em detrimento do investimento público para a construção de estádios. Seu argumento era o de que o poder público⁴⁷ deveria se focar em construir e gerir, espaços com a capacidade de até 20 ou 30 mil pessoas, que abrigassem outro tipo de espetáculo e não concorressem com o setor profissional.

⁴⁵ Mesmo nos jogos em que o SPFC jogava no Morumbi, uma parte da renda (que era dividida entre os clubes que jogaram a partida) era retirada do montante total para pagar a cota destinada aos custos do estádio por parte do SPFC.

⁴⁶ Fala de Laudo Natel, presidente do São Paulo FC, reportada por *A Gazeta Esportiva*, 01/06/1968, p.7. Grifos nossos.

⁴⁷ No ano de 1968 o governador do estado de São Paulo é Abreu Sodré, que sucedeu o primeiro mandato de Natel.

Se Natel, por um lado, era o grande entusiasta da iniciativa privada⁴⁸, por outro, Helu era o maior entusiasta da iniciativa pública no tocante à construção de estádios. E sua proximidade com o prefeito Paulo Salim Maluf, empossado em 08/04/1969, potencializou sua capacidade de barganha por ampliações e reformas no estádio municipal. Apenas 10 dias após sua posse, Maluf promoveu no Pacaembu um encontro com os presidentes dos grandes clubes da capital, incluindo Natel, representando o SPFC. Na ocasião, anunciou reformas no estádio que, entre outras coisas, ampliariam sua capacidade para entre 90 e 100 mil pessoas. Na mesma ocasião, *“Helu protestava contra a demora das obras e a misteriosa dificuldade em se conseguir o aumento da capacidade do estádio”*.⁴⁹

Um mês depois deste encontro, quando o prefeito Maluf reuniu-se novamente com os presidentes de Corinthians, Portuguesa e Santos (Natel esteve ausente) para tratar do mesmo assunto:

Helu congratulou-se com a disposição do Sr. Prefeito, sugerindo a retirada da pista de atletismo, fato que daria outras possibilidades à reforma e à ampliação, pois assim poderíamos ter um estádio com 100 mil pessoas.⁵⁰

Sob a gestão de Paulo Maluf, a reforma e a ampliação do estádio do Pacaembu foram concluídas. Novas arquibancadas⁵¹ foram erguidas no lugar onde ficava a ‘concha acústica’ do estádio, o que possibilitou o aumento da capacidade para aproximadamente 80 mil pessoas ante a capacidade de aproximadamente 60 mil pessoas precedentemente à reforma.

⁴⁸ Apesar de, neste momento, colocar-se como defensor da iniciativa privada, o presidente Natel não foi contrário à ajuda dos 220 praças do Exército brasileiro que ajudaram o clube na fase final da obra com a retirada do entulho do estádio do Morumbi, às vésperas de sua inauguração.

⁴⁹ *A Gazeta esportiva*, dia 19/04/1969, página 16.

⁵⁰ *A Gazeta esportiva*, dia 22/05/1969, página 7.

⁵¹ Estas arquibancadas atualmente são popularmente conhecidas como o ‘Tobogã’.

Sob a gestão de Natel, o São Paulo FC concluiu as obras para o fechamento dos três anéis componentes do estádio do Morumbi e promoveu sua inauguração no dia 25/01/1970 em festividades que reuniram grandes autoridades brasileiras e internacionais tanto do campo esportivo quanto do campo político.

Se os presidentes dos grandes clubes paulistas utilizavam-se de contatos pessoais e poder político para alcançar benefícios em favor de seus respectivos clubes, a partir de meados da década de 1960 eles começaram a empreender – paralelamente a seus esforços individuais – um esforço coletivo com o intuito de gerar melhorias institucionais ao futebol profissional.

Durante a década de 1960 ainda era bastante comum que os clubes brasileiros promovessem longas excursões internacionais com o intuito de arrecadar recursos em quantidade superior ao que era possível obter no Brasil. A realização das excursões desgastava jogadores e dirigentes, não somente pelas longas viagens, mas também pelos problemas com pagamento, que não eram raros nessas circunstâncias.

Se as excursões internacionais atendiam à necessidade de sustentação financeira dos clubes, uma alternativa a isso poderia ser a implementação de um campeonato que apresentasse uma rentabilidade semelhante à obtida nas excursões. No ano de 1964 foi tomada a primeira iniciativa nesse sentido, quando os clubes decidiram por aumentar o número de jogos do Torneio Rio-São Paulo⁵². Nesse ano, o nome do torneio foi alterado para ‘Torneio Roberto Gomes Pedrosa’⁵³.

Como o RGP havia sido criado com a finalidade de prover aos clubes participantes um resultado financeiro semelhante ao que seria alcançável em excursões no exterior, um

⁵² O Torneio Rio-São Paulo, que era disputado anualmente desde 1950, e reunia exclusivamente os melhores clubes destes dois estados brasileiros.

⁵³ Daqui em diante poderá também ser referido como RGP, ‘Robertão’.

tema importante nas reuniões dos clubes organizadores era o critério que seria adotado para a participação no torneio.

Em uma reunião de 1964 aventou-se a possibilidade de se aplicar o critério de rendas para a classificação, ou seja: participariam do torneio os clubes que maior arrecadação tivessem em seus respectivos campeonatos estaduais. A sugestão era condizente com os propósitos do campeonato, mas houve quem se opusesse a ela: Portuguesa de Desportos-SP e Bangu-RJ foram os clubes que mais teimaram contra a implementação deste critério. A *Folha de São Paulo* atribuía a relutância desses clubes em relação a este critério ao fato de que “*esses clubes, em São Paulo e no Rio são, entre os chamados grandes, aqueles que menores rendas conseguem nos torneios regionais [estaduais]*”.⁵⁴

Portuguesa e Bangu sabiam que poderiam ser deixados de lado da elite do futebol caso não conseguissem arrecadar o suficiente com seus jogos nos torneios estaduais. Com essa regra, esses dois clubes estariam submetidos a um filtro financeiro ao qual futuramente poderiam sucumbir.

Na mesma ocasião em que se discutia o critério para ingresso no RGP, também se falou a respeito da fixação do valor do passe de um jogador, ou seja, o valor que um clube “A” tem que pagar a um clube “B” para que o jogador “X” deixe o clube “B” e se torne jogador do clube “A”:

Sobre a fixação do passe em 10 vezes o total de salário do craque em dois anos, o representante do Fluminense disse que os “pequenos” clubes serão prejudicados pela medida. ‘Um clube pequeno paga pouco ao jogador e seu passe, consequentemente, também custará pouco’.⁵⁵

⁵⁴ *Folha de São Paulo*, 01/02/1964, 1º Caderno, página 38.

⁵⁵ *Folha de São Paulo*, 01/02/1964, 1º Caderno, página 38. Grifos nossos.

Os temas discutidos nessa reunião evidenciam alguns pontos do campo futebolístico que estavam para ser decididos de forma relativamente definitiva pelos dirigentes: mesmo não sendo colocada nestes termos por seus idealizadores, a ideia foi constituir o Rio – São Paulo em um torneio de elite; um torneio que reunisse os dez maiores e mais ricos clubes dos dois principais estados do país. Esta mentalidade fica transparente na fala do presidente do SC Corinthians, Wadih Helu, segundo o qual o torneio Rio – São Paulo disputado em dois turnos seria “*um grande negócio para os clubes, que poderão arrecadar muito mais do que nas excursões*”.⁵⁶

Ao mesmo tempo em que os grandes clubes das duas maiores cidades do país se envolviam na constituição de um torneio que lhes fosse altamente rentável, eles instituíam, junto a suas federações, novas regras de mercado que os favoreceriam em relação aos clubes de menor expressão de seus respectivos estados. Um processo de descolamento de grandes e pequenos clubes estava em curso.

Em 1964, 1965 e 1966 o RGP foi disputado de forma bem-sucedida. A rotinização deste campeonato interclubes e interestadual que era altamente rentável fez com que clubes de outros estados do país se interessassem em ingressar na disputa.

Dessa forma, no ano de 1967 foi dado mais um passo no sentido de consolidar-se o destaque técnico do Torneio Roberto Gomes Pedrosa⁵⁷. Naquele ano, o torneio foi disputado não somente por clubes do eixo Rio-São Paulo, mas também por representantes dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Minas Gerais. A ampliação do Robertão já era cogitada e debatida pelo menos desde Dezembro⁵⁸ de 1966, sendo que a sugestão para esta mudança aparentemente foi feita pelos dirigentes

⁵⁶ *Folha de São Paulo*, idem.

⁵⁷ Que daqui em diante poderá ser referido também como Taça de Prata, que era o nome formal do campeonato.

⁵⁸ Cf. *Folha de São Paulo*, 02/12/1966. Ilustrada, página 8.

da Federação Paulista de Futebol (FPF) por meio de seu secretário Américo Pereira, posteriormente endossada por João Havelange⁵⁹, presidente da CBD.

De 1967 em diante, o torneio RGP foi ganhando importância tanto pela face esportiva, devido ao alto nível técnico da competição – que reunia os maiores times do país –, quanto pela face econômica, uma vez que tornou-se o principal campeonato de clubes do Brasil; aquele em que os clubes extraíam as melhores rendas – provavelmente pelo fato de envolver também os adversários mais qualificados.

Conforme o torneio foi ganhando importância, os clubes que não disputaram sua primeira edição em 1967 começaram a se movimentar para que pudessem participar do torneio no ano seguinte. Como o critério para ingresso na disputa envolvia o desempenho financeiro dos clubes nos campeonatos estaduais, isso gerou a iniciativa de clubes pela construção ou reforma de estádios, de forma a torná-los capazes de receber grandes públicos tanto nas partidas do RGP quanto nas partidas dos campeonatos estaduais. Foi neste movimento que o Guarani de Campinas empreendeu a construção do estádio ‘Brinco de Ouro’⁶⁰ e a Portuguesa de Desportos empreendeu a reforma do estádio do Canindé⁶¹, ambos particulares.

O torneio RGP foi concebido para reunir as melhores equipes de futebol profissional do Brasil, pois somente assim seria possível gerar interesse midiático e popular no campeonato para torná-lo o mais rentável possível a todos os seus participantes.

A importância do bom desempenho financeiro por vezes se sobrepunha à tradição esportiva de alguns clubes. Em 1970, por exemplo, a Associação Portuguesa de

⁵⁹ Cf. *Folha de São Paulo*, 01/12/1966. 1º Caderno, página 14.

⁶⁰ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 14/07/1968. pg. 20.

⁶¹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 19/08/1970. pg. 4.

Desportos, tradicional clube da cidade de São Paulo, ficou de fora da disputa do RGP porque durante o campeonato paulista daquele ano ela foi superada tanto tecnicamente quanto financeiramente pela AA Ponte Preta, clube da cidade de Campinas⁶². Durante o período de disputa do RGP, o clube teve que excursionar para o exterior como recurso para se sustentar financeiramente.

A prioridade das rendas chegou a gerar alguns conflitos no RGP: na fase final do campeonato de 1968, a Sociedade Esportiva Palmeiras anunciou que cogitava abandonar o campeonato por se sentir prejudicada pela forma como foi definida a tabela de jogos para o quadrangular final. O clube, mesmo tendo sido o mais bem colocado na fase de classificação e já tendo realizado uma viagem a Porto Alegre (o que lhe daria direito ao mando de jogo), teria que viajar novamente por uma partida da fase final quando entendia que, pelo critério esportivo, deveria ter a prioridade de escolha⁶³. A CBD contra-argumentava dizendo que aquela disposição de jogos seria mais rentável para todos do que as outras alternativas possíveis.

Para a fase final do campeonato de 1969 (um quadrangular), sequer foram os definidos os mandos das partidas da última rodada, pois a CBD entendia que o mando de jogo na rodada final deveria pertencer aos dois clubes com mais chances de título, visando às maiores rendas, a despeito do desempenho esportivo dos clubes nas fases anteriores.⁶⁴

O ‘Robertão’ foi concebido como torneio de elite e assim permaneceu por todo o período durante o qual existiu. Entre 1967, na primeira edição em que a disputa transcendeu o eixo Rio-São Paulo, e 1970, o último ano em que o torneio seria

⁶² Cf. *A Gazeta Esportiva*, 07/09/1970. pg. 5.

⁶³ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 04/12/1968. pg. 6

⁶⁴ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 28/11/1969. pg. 3.

disputado, houve uma relativa estabilidade na estrutura da competição. Todas as edições do campeonato nesse período foram disputadas por cinco clubes paulistas, cinco cariocas, dois mineiros e dois gaúchos. Em 1967, somente um clube do Paraná foi adicionado àqueles 14, o Ferroviário. Em 1968, além de um representante paranaense, foram adicionados um representante do Pernambuco (Náutico) e um da Bahia (o EC Bahia), totalizando assim 17 clubes. As edições de 1969 e 1970 também seriam disputadas por 17 clubes, respeitando proporção de clubes por estado que havia sido instaurada em 1968.

A partir de 1970 a estrutura da disputa do campeonato entre clubes no Brasil foi alterada pela CBD. O contato entre o então presidente Médici e João Havelange da CBD faria com que fosse instaurado, a partir de 1971, o Campeonato Brasileiro de futebol, com fórmulas sensivelmente diferentes das experimentadas durante a disputa do torneio RGP.

A relação entre o presidente da República e o presidente da CBD foi o que ditou o caminho das mudanças políticas no esporte a partir do final da década de 1960. João Havelange, Costa e Silva, num primeiro momento, e Garrastazu Médici, num segundo, foram os homens que promoveram as principais mudanças nos ‘campos’ político e esportivo durante o período que interessa a esta pesquisa.

Para entender a influência recíproca entre os ‘campos’ político e esportivo no período, faz-se mister entender primeiramente a trajetória de João Havelange à frente da Confederação Brasileira Desportos. Este dirigente é o grande personagem da interpenetração entre os campos político e esportivo no Brasil no período pós-Vargas.

CAPÍTULO 3

João Havelange e CBD antes do AI-5

Em 1965, no ano seguinte à tomada do poder pelos militares, [...] o governo passou a investigar de perto tanto Havelange quanto Pelé.

O primeiro, porque pretendia ser presidente da FIFA já em 1970, apostando no sucesso da seleção na Copada Inglaterra, em 1966. O segundo, pelo temor de que a imagem do jogador pudesse ser usada, em algum momento, por militantes de esquerda.

Em um dos documentos que foram mantidos pelos militares e ao qual a Folha teve acesso agora, o temor do governo é explícito. Como Pelé era descrito como uma pessoa ‘apolítica’, havia o receio de que ele pudesse ser usado pelos “guerrilheiros empenhados na Contra-Revolução”.

Ainda em 1965, Havelange pediu ao governo recursos que, segundo o almirante Adalberto Nunes, que depois integraria o governo Emílio Garrastazu Médici (1969-74), acabariam sendo desviados de programas sociais, para que o Brasil se preparasse melhor para a Copa de 1966 e Havelange, para sua campanha rumo à FIFA.

Uma fatia dos recursos foi usada na realização da Taça das Nações, torneio internacional que, em 1964, comemorou os 50 anos da CBD. O torneio, com a participação de Brasil, Argentina, Portugal e Inglaterra, estava marcado para antes de os militares entrarem no poder.

Mas, desde então, os gastos da CBD passaram a chamar a atenção. O almirante Nunes era que mais se opunha aos “desperdícios” da entidade.

E, a partir de sua contabilidade, os militares constatariam uma primeira doação da CBD a Pelé, em 1965, de aproximadamente R\$ 9.100, considerando-se valores de hoje. A justificativa da entidade foi ter dado quantia semelhante – R\$ 8.300 – a Garrincha, quitando uma dívida do atacante com o Imposto de Renda. No entanto, outros jogadores, como Zagallo, que quatro anos mais tarde assumiria o comando da seleção brasileira, não tiveram a mesma regalia. (*Folha de São Paulo*, 07/11/1999. Caderno Especial “A Criação de Pelé – as jogadas extracampo do atleta do século”, página 2. Grifos nossos.)

O texto da epígrafe acima evidencia a busca de João Havelange por recursos junto ao governo federal, prática recorrente durante sua gestão à frente da CBD. Mostra também a preocupação dos militares com a possibilidade de a imagem de Pelé ser utilizada pelos ‘contrarrevolucionários’. O objetivo deste capítulo é demonstrar como o dirigente brasileiro conduziu a Confederação Brasileira de Desportos até o momento em que foi decretado o AI-5.

O início da ‘Era Havelange’

Logo no primeiro ano de sua gestão à frente da CBD, 1958, João Havelange viu a seleção brasileira de futebol conquistar seu primeiro campeonato mundial na Suécia, e quatro anos depois repetir o feito no Chile.

Em virtude do bicampeonato mundial e principalmente pela existência do astro Pelé, a Seleção brasileira passou a ser frequentemente requisitada para excursionar por diversos países do mundo. O futebol brasileiro se tornou algo como um “instrumento diplomático” do qual tanto Havelange quanto o governo faziam uso. Havelange, ocupando o cargo de presidente da CBD, era o homem que decidia e organizava os compromissos pertinentes à Seleção brasileira de futebol, buscando os entendimentos necessários com os clubes brasileiros que fossem donos do passe dos jogadores selecionados. Sem fazer distinção entre solicitantes, o dirigente levava a Seleção brasileira e sua estrela maior, Pelé, para jogar em diversos lugares do mundo, inclusive em muitos dos países africanos.

Conforme foi apresentado, a função realizada pela CBD era prioritariamente diplomática⁶⁵. Havelange promoveu, por exemplo, um intercâmbio esportivo com Portugal, por meio da instituição dos Jogos Luso-brasileiros, realizados pela primeira vez em 1960. Por ocasião destes jogos, Havelange foi inclusive condecorado pelo presidente da República Portuguesa à época com o grande oficialato da Ordem de Instrução Pública.⁶⁶

Um ano depois da conquista pelo Brasil do bicampeonato mundial em 1962, Havelange foi ao Chile em excursão com o presidente João Goulart para entregar uma placa de bronze de agradecimento ao governo chileno, em nome de todos os atletas que participaram da Copa lá realizada. O presidente da CBD pontuou que João Goulart teve uma apoteótica recepção em terras chilenas, que dificilmente se repetirá na América Latina.⁶⁷

Dois anos depois, em virtude de uma apresentação que um combinado de times nacionais realizaria na Inglaterra em homenagem ao príncipe Phillip, Havelange foi o encarregado de convencer o Santos FC, clube de Pelé, a liberar o jogador para disputar a partida mediante um pedido do Itamarati para que o atleta estivesse presente.⁶⁸

Em 1968 foi o responsável pela organização do ‘Jogo da Rainha’, em homenagem à Rainha Elisabeth da Inglaterra, que opôs a Seleção brasileira e o combinado do ‘Resto do Mundo’ que agregava alguns dos maiores jogadores das outras seleções do mundo.⁶⁹ No início do ano de 1969, o Santos de Pelé seria levado – com a intermediação de

⁶⁵ Diplomacia esta que não operava exclusivamente em benefício do Brasil, mas também em benefício do próprio Havelange.

⁶⁶ Cf. *Folha de São Paulo*. Sexta-feira, 19/08/1960. Segundo Caderno, página 9.

⁶⁷ Cf. *Folha de São Paulo*. Sexta-feira, 26 de abril de 1963. Primeiro caderno, página 46.

⁶⁸ Cf. *Folha de São Paulo*. Terça-feira, 09 de novembro de 1965. Capa.

⁶⁹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 03/08/1968. pg. 7.

Havelange – a realizar oito amistosos em cinco diferentes países africanos: Congo, Nigéria, Moçambique, Gana e Argélia.⁷⁰

A disposição em levar o “espetáculo futebolístico brasileiro” a todo o mundo rendeu ao chefe da CBD o reconhecimento e o estreitamento de laços com importantes figuras nacionais e internacionais do campo esportivo e do campo político. Com o passar dos anos, conseguiu se colocar entre os dirigentes esportivos de maior destaque no mundo.

Mesmo com o prestígio adquirido em âmbito nacional e internacional, entretanto, o dirigente ainda não tinha conseguido colocar a CBD ‘nos trilhos’: mais de dez anos após seu ingresso na direção da CBD, a entidade ainda vivia uma situação financeira bastante difícil.

A vulnerabilidade financeira desta entidade não era surpresa para Havelange. Ele já tinha ciência de sua existência antes mesmo de se tornar presidente da CBD: no ano de 1957, às vésperas de sua eleição, ele já prometia mobilizar-se no sentido de conquistar recursos para o esporte nacional por diversas vias. Entre elas, a Loteria Esportiva.

O problema vital da CBD, e consequentemente, do próprio esporte brasileiro é a falta de recursos financeiros. Afirmei em Salvador e reafirmarei aqui em São Paulo: para uma atividade que exige Cr\$ 15.000.000,00, a CBD não tem recebido do poder público, através do Conselho Nacional de Desportos, mais do que Cr\$ 200.000,00. Só isto basta para evidenciar as dificuldades que enfrentamos para imprimir aos esportes patrícios o trabalho administrativo que sua indiscutível grandiosidade requer. Se eu for eleito, a minha maior preocupação será a de remover este obstáculo que vem impedindo a CBD de atender aos justos reclamos dos esportistas brasileiros. [...] recorreremos a casas comerciais, ao futebol profissional [o baluarte da CBD], a verbas oficiais, e lutaremos pela criação da loteria esportiva⁷¹.

⁷⁰ Cf. <http://acervosantosfc.blogspot.com.br/2011/09/o-dia-que-o-santos-parou-uma-guerra.html>

⁷¹ Declaração de Havelange reportada pelo jornal *Folha da Manhã*. Sábado, 05/10/1957. Assuntos Gerais. Página 9. Grifos nossos.

No seu primeiro ano de gestão, 1958, foi aprovada para a cidade do Rio de Janeiro⁷² a instituição do ‘Concurso Esportivo Municipal’, que era promovido pela ADEM⁷³ com o intuito de conseguir receita para terminar seus estádios, beneficiar os esportes metropolitanos e enfrentar os problemas da urbanização de favelas no Distrito Federal.⁷⁴

Mesmo sendo um jogo produzido em nível local de com dimensões relativamente reduzidas (à cidade do Rio de Janeiro), a instituição do Concurso Esportivo Municipal foi bastante contestada à época sob a alegação de que era uma “*violação frontal das leis em vigor, que proíbem jogos de azar em todo o país*”⁷⁵, e por esta razão chegou a ser suspensa pouco menos de um mês depois de ter sido instituída.

A discussão gerada em torno desta primeira tentativa de instituir o jogo no país fez com que ele nascesse mergulhado no descrédito e sobrevivesse em meio a dúvidas quanto à sua legalidade. Em 1961, o presidente Jânio Quadros deu um ponto final a esta questão proibindo a Loteria Esportiva no país sob a mesma alegação de que era um jogo de azar.⁷⁶

Anos se passaram, e no início do ano de 1969 a CBD ainda estava em uma situação financeira bastante delicada: tinha uma dívida de Cr\$ 18 milhões com a Federação Paulista de Futebol e estava fazendo uma nova solicitação de mais Cr\$ 30 milhões por empréstimo, que segundo Havelange seriam pagos com os próximos jogos internacionais da Seleção brasileira⁷⁷. A entidade paulista relutava em fazer o empréstimo para a CBD.

⁷² O então Distrito Federal brasileiro.

⁷³ A autarquia que administrava o Maracanã na época.

⁷⁴ Cf. *Folha da Manhã*. Sábado, 27 de Dezembro de 1958. Capa.

⁷⁵ *Folha da Manhã*. 13/01/1959. Capa.

⁷⁶ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 09/03/1970. pg. 17.

⁷⁷ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 07/02/1969. pg. 5.

Para ‘amolecer o coração’ dos paulistas, Havelange convidou insistentemente a Laudo Natel⁷⁸, o então presidente do São Paulo FC, e posteriormente a José Ermírio de Moraes Filho⁷⁹ – homem de grande influência na Federação Paulista de Futebol que seria o futuro presidente da entidade (FPF) – para serem delegados da CBD. Este convite aconteceu poucos dias depois de Havelange ter sido acusado pelos próprios paulistas de boicotar jogadores de clubes paulistas para as convocações da Seleção brasileira⁸⁰, possivelmente em represália à relutância paulista em emprestar dinheiro à CBD.

O exercício da pressão por meio de boicote a jogadores pertencentes a uma Federação estadual do país denotava a vulnerabilidade econômica vivida pela entidade comandada por Havelange; após mais de uma década à sua frente, o presidente da Confederação Brasileira de Desportos ainda não havia conseguido resolver seu problema financeiro, que já era conhecido antes mesmo de seu ingresso no comando da entidade.

Não há registros a respeito, mas o fato de não ter conseguido estabilizar financeiramente a CBD nos seus primeiros dez anos de gestão deve ter sido motivo de grande frustração para Havelange, pois este dirigente demonstrava ter plena consciência da capacidade política da qual era dotado o futebol. Ele podia percebê-la – e mesmo exercê-la – pela forma como o esporte era utilizado mundo afora para produzir a paz e a confraternização, sendo alguns times brasileiros e mesmo a seleção nacional por vezes instrumento para a promoção disto. Diz-se, por exemplo, que o Santos FC interrompeu uma guerra no Congo Belga durante sua passagem:

Em menos de dez dias o clube interrompeu os conflitos entre República do Congo e República Democrática do Congo e a Guerra de Biafra, na Nigéria.

⁷⁸ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 08/02/1969. pg. 5.

⁷⁹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 10/02/1969. pg. 9.

⁸⁰ Idem, *ibidem*.

Não era interessante para os países terem combates enquanto o Santos estava lá, e a guerra foi paralisada por alguns dias.⁸¹

Outra demonstração da capacidade pacificadora do futebol presenciada por Havelange ocorreu na ocasião que Seleção brasileira foi jogar em Moçambique por ocasião da inauguração do Estádio Salazar⁸². O jogo entre a seleção portuguesa⁸³ e a seleção brasileira aconteceu no período reconhecido como o de lutas pela independência da colônia contra sua metrópole. A cerimônia de inauguração do Estádio Salazar fez com que fosse lotado o estádio moçambicano, mesmo diante do fato de este evento estar ocorrendo durante o período de conflitos para a independência do país, e envolver referências cívicas exclusivamente a Portugal, a metrópole.⁸⁴

O acontecimento de eventos em que a seleção brasileira ia dar espetáculo para países em situação de tensão política era recorrente neste período. Um mês depois da referida partida em Moçambique, Havelange demonstrou ter consciência do peso político do futebol quando declarou:

Só se reúnem 200 mil pessoas num comício de protesto ou num estádio onde se joga uma partida de futebol. É preferível reuni-las num estádio. Eis porque acho que os governos, de todas as partes do mundo, deveriam dar maior amparo ao futebol.⁸⁵

Essa declaração não poderia ter vindo em momento mais oportuno, pois em Julho de 1968, o Brasil vivia seu momento político mais turbulento desde a ‘Revolução’ de 1964. O Movimento Estudantil promovia sucessivas manifestações para externar seu descontentamento com os caminhos políticos tomados pelo país sob o governo militar.

⁸¹ Fala de Guilherme Nascimento, historiador do Santos FC, em reportagem ao Lance. Informações coletadas de http://www.lancenet.com.br/santos/decada-Santos-parou-guerras-Africa_0_677932201.html, em 14/05/2013.

⁸² O estádio foi batizado com o nome do ditador português em sua inauguração. Atualmente ele é chamado de Estádio da Machava.

⁸³ Neste período Moçambique ainda era oficialmente uma colônia portuguesa. Portugal jogou esta partida como mandante.

⁸⁴ Cf. *Folha de São Paulo*, 28/06/1968. Ilustrada, página 8.

⁸⁵ Fala de João Havelange, o então presidente da CBD, reportada por *A Gazeta Esportiva*, 31/07/1968, p.8. Grifos nossos.

Exatamente neste ano, aconteciam por todo o Brasil passeatas em que se carregavam dísticos como “*Povo no poder*”⁸⁶, “*povo organizado derruba a ditadura*”⁸⁷, “*abaixo o arrocho salarial*”⁸⁸, entre outros. O governo respondia às sucessivas manifestações de descontentamento popular com a repressão policial e a prisão de boa parte dos líderes do Movimento de oposição que foi às ruas.

No dia 26 de Junho de 1968, aconteceu no Rio de Janeiro o ápice do movimento de oposição ao governo militar durante a década de 1960: a Passeata dos Cem Mil. Diante dessa sequência de acontecimentos, parte dos militares percebia que sua estabilidade no poder estava em risco. Parte dos oposicionistas havia se armado e produzia atentados e assaltos a bancos. A própria coalizão na qual se apoiava o presidente Costa e Silva aparentava sinais de desgaste.

Em meio a este cenário efervescente, aquela declaração de João Havelange poderia ser colocada como um aviso para o então presidente Costa e Silva: é preferível colocar cem mil pessoas (ou 200 mil, conforme a declaração de Havelange) dentro de um estádio de futebol do que tê-las todas em uma passeata nas ruas protestando contra o governo. O aviso foi dado por quem conhecia do assunto.⁸⁹

Um plano para o esporte brasileiro

A despeito da conquista de duas Copas do mundo consecutivas, em 1958 e 1962, e da atividade de ‘diplomacia do futebol’, Havelange teve grandes dificuldades para conseguir apoio do governo federal para seus projetos esportivos pela CBD. Nem

⁸⁶ *Folha de São Paulo*. 05/05/1968. pg. 3.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 31/07/1968. pg. 8.

Juscelino Kubitschek, nem Jânio Quadros, nem João Goulart deram muita atenção a Havelange e “sua” Confederação.

Kubitschek e Goulart vivenciaram conquistas de Copas do Mundo durante suas gestões, e obviamente não ficaram indiferentes à festa nacional ocasionada por cada uma destas Copas. Nem eles, nem Jânio Quadros, entretanto, chegaram perto do ponto de fomentar a elaboração de um projeto nacional para os esportes no Brasil.

O primeiro presidente da “Era Havelange” – começada na CBD em 1958 – que realmente atribuiu grande importância ao desporto brasileiro e a este dirigente, e inclusive se preocupou em elaborar um Plano Nacional para o esporte brasileiro, foi Artur da Costa e Silva.

A posse desse presidente marcou o início de um processo de grandes mudanças no âmbito do esporte e principalmente do futebol nacional. Não é possível dizer até que ponto a influência de Costa e Silva determinou ou não o andamento da política em relação ao campo esportivo. O fato é que a partir de 1967, o ano em que ‘Costa’ assumiu o poder, a organização do futebol brasileiro começou a mudar rapidamente, e Havelange teve grande agência dentro deste processo.

A aproximação entre o presidente da República e o presidente da CBD intensificou-se dentro de um momento politicamente tenso para o país: o ano de 1968.

Conforme a tensão pelas ruas do país crescia, Costa e Silva viu-se obrigado conter a agitação popular de alguma forma, e para isto promoveu, por exemplo, sucessivas prisões de estudantes que lideravam o movimento contra o governo militar. No mês de

Outubro, durante o Congresso da União Nacional dos Estudantes⁹⁰ (UNE) em Ibiúna-SP, policiais prenderam cerca de 400 estudantes, oriundos de diversos lugares do Brasil.

O aumento da repressão pelos militares acompanhava o processo de intensificação da mobilização popular com greves, passeatas, contestações ao governo e até atos de guerrilha, como o sequestro de embaixadores ou políticos estrangeiros. A tensão nas ruas crescia proporcionalmente à pressão dos militares mais radicais sobre Costa e Silva por alguma iniciativa.

O tempo passava e a possibilidade de uma saída pacífica para o dilema político do país ia se tornando cada vez mais remota. Para completar, o caso Moreira Alves iria ser deliberado em alguns dias na Câmara dos Deputados, e os líderes da Arena já sabiam que a possibilidade de Moreira Alves ser protegido por seus pares era grande. A absolvição de Moreira Alves seria uma eloquente derrota para o governo militar.

Antes que a deliberação sobre M. Alves acontecesse no Parlamento, o presidente Costa e Silva chamou Havelange e Paulo Machado de Carvalho – presidente e vice-presidente da CBD, respectivamente e membros da Comissão Seleccionadora Nacional⁹¹ (Cosena) – para conversar.

Tendo consciência da tensão política que envolvia o poder Executivo do governo federal naquele momento, a primeira reação de Havelange e P.M. de Carvalho ao serem notificados de que teriam a oportunidade de conversar diretamente com o comandante do país foi a de avisar que solicitariam apoio e recursos do governo federal para a Seleção brasileira⁹², que no ano seguinte disputaria as eliminatórias para a Copa de

⁹⁰ Esta união de estudantes já havia sido relegada à clandestinidade pelos militares desde 1965.

⁹¹ Comissão Seleccionadora Nacional era o nome dado ao grupo coordenado por Havelange cuja função era escolher os jogadores que representariam o Brasil por meio da seleção da CBD.

⁹² Cf. *Folha de São Paulo*, 03/12/1968. 1º Caderno, página 18.

1970. Eles tinham ciência do que representava a seleção brasileira de futebol para o governo naquele momento político:

A Confederação Brasileira de Desportos e a Cosena farão esta solicitação [de recursos ao governo nacional] partindo do princípio de que o sucesso da seleção brasileira nas eliminatórias e principalmente no Mundial constituirá fator de importância não apenas esportiva, mas também política, tendo em vista as eleições presidenciais de 1970⁹³.

Este encontro reuniu, em Brasília, tanto os homens mais poderosos tanto do campo esportivo quanto do campo político do país. De um lado estavam presentes João Havelange, presidente da CBD, Paulo Machado de Carvalho, o vice-presidente da CBD, o brigadeiro Jerônimo Bastos, presidente do Conselho Nacional de Desportos e o deputado Paulo Planet Buarque, influente conselheiro do São Paulo FC. Do outro, os ministros Tarso Dutra⁹⁴ e Rondon Pacheco⁹⁵, Daniel Krieger, o então presidente da ARENA e líder do governo, e Costa e Silva, o ‘chefe da Nação’, além de assessores de diversos ministérios.⁹⁶

Nesta reunião, o presidente da República externou sua preocupação com o bom andamento do esporte brasileiro e especificamente com o desempenho da representação nacional na Copa do Mundo de 1970:

Eu acho, realmente, que o Brasil não pode perder este campeonato [a Copa de 1970]. Temos que dar um jeito, de qualquer forma [...]”⁹⁷. “Em 1970 o

⁹³ *Folha de São Paulo*, 03/12/1968. 1º Caderno, página 18. Grifos nossos.

⁹⁴ Tarso Dutra assumiu o Ministério da Educação em 1967 durante o governo Costa e Silva. Implementou o Mobral (programa de alfabetização de adultos) e assinou o polêmico acordo entre MEC e Usaid. Integrou a comissão responsável pela redação final do texto do AI-5. Após a saída de Costa e Silva do poder foi substituído por Jarbas Passarinho. Dados biográficos retirados de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/tarsoDutra.html> em 14/05/2013.

⁹⁵ Rondon Pacheco, juntamente com Tarso Dutra também foi responsável pela redação do AI-5. Considerado como moderado (castellista) entre os militares, retirou os pontos mais duros da primeira proposta do AI-5 como o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal. Posteriormente foi indicado por Médici à presidência da Arena. Informações de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/rondonPacheco.html>, em 14/05/2013.

⁹⁶ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 05/12/1968, página 8.

⁹⁷ *A Gazeta Esportiva*, 04/12/1968, página 7. Fala de Costa e Silva publicada no jornal.

Brasil estará disputando a taça do mundo. Como presidente, gostaria que o povo brasileiro, ainda na minha gestão, festejasse a conquista.⁹⁸” “Precisamos combinar bem tudo isso, pois afinal de contas em 1970 eu ainda estarei no governo e não vou gostar nada de ter perdido esse campeonato⁹⁹”.

As demandas feitas por Costa e Silva durante este encontro confirmaram todas as expectativas da CBD em relação ao fato de ser uma necessidade política (para Costa e Silva e para o governo militar) o sucesso da Seleção brasileira de futebol no torneio que estava por vir. Perante o apelo e as exigências feitas pelo presidente da República diante das figuras mais importantes da política brasileira daquele momento, Havelange imediatamente colocou-se à disposição, e tendo em mente as dificuldades econômicas vividas durante seus mais de dez anos como presidente da CBD, pediu que ‘Costa’ contribuísse com o esporte brasileiro, representado majoritariamente pela instituição da qual era presidente. Para funcionar melhor, a CBD precisaria de mais recursos, cuja injeção dependia essencialmente dos esforços do presidente do país.

Prontamente Costa e Silva colocou-se à disposição de Havelange para ‘tocar’ o projeto da Loteria Esportiva adiante. Ele autorizou o dirigente a providenciar um esboço da Loteria Esportiva e entregá-lo ao ministro Rondon Pacheco. E disse:

Quero as coisas da maneira mais simples possível. Após darem uma redação parlamentar, encaminhá-lo-ei ao Congresso.¹⁰⁰ [...] Com a Loteria Esportiva os senhores terão tanto dinheiro que é bem capaz que o governo Federal venha a solicitar-lhes algum empréstimo.¹⁰¹

E assim foi feito um primeiro acordo entre as figuras mais poderosas do campo político e do campo esportivo brasileiro, respectivamente. Uma semana depois da conversa com estes dirigentes esportivos, a petição para processar Moreira Alves – o deputado que

⁹⁸ *A Gazeta Esportiva*, 05/12/1968. pg. 8. Outro trecho da fala de Costa e Silva. Grifos nossos.

⁹⁹ *Folha de São Paulo*, 04/12/1968. 1º Caderno, página 15. Fala de Costa e Silva a João Havelange e outros representantes do esporte brasileiro. Grifos nossos.

¹⁰⁰ *A Gazeta Esportiva*, 05/12/1968. pg. 8. Outro trecho da fala de Costa e Silva.

¹⁰¹ *Folha de São Paulo*, 04/12/1968. 1º Caderno, página 15. Grifos nossos.

havia apupado publicamente a reputação das Forças Armadas – foi negada pela Câmara dos Deputados, e Costa e Silva decretou o AI-5.

O AI-5 foi um grande marco político para a política brasileira. Este Ato Institucional foi também um divisor de águas no que se refere ao grau de interpenetração entre o campo político e o campo esportivo. Foi justamente a partir deste momento que o campo esportivo passou a estar sob a intervenção do campo político.

O esporte – notadamente o futebol – passou a possuir o papel de ser agente do fortalecimento da identificação civil dos cidadãos brasileiros com a Nação, e consequentemente com os governantes militares vinculados à ARENA, que foram os que arquitetaram o plano para o campo esportivo e eram os que pretendiam colher os frutos políticos gerados pelo incentivo ao esporte.

Ao mostrar-se com a intenção de liderar a superação dos problemas burocráticos para a instituição da Loteria Esportiva no país, Costa e Silva estava prestes a dar um ponto final para uma questão que se arrastava desde 1964, mas cujo embrião já existia na cabeça de Havelange pelo menos desde 1957, como foi visto anteriormente.

O primeiro embrião da Loteria Esportiva no país, o ‘Concurso Esportivo Municipal’ da ADEM foi abortado pelo veto de Jânio Quadros, em 1961. A partir de 1964, quando o governo foi assumido pelos militares, o assunto voltou à tona e continuou em debate por mais três anos, chegando inclusive a ser votado pela Câmara dos Deputados¹⁰². No entanto, nunca se chegou a um consenso em relação à sua operacionalização até que o então presidente Costa e Silva assumisse pessoalmente a responsabilidade por tocar o projeto adiante. O decreto para a criação da loteria foi assinado pouco mais de cinco

¹⁰² *Folha de São Paulo*, 13/09/1964, Esporte e Turfe, página 03

meses após o presidente Costa e Silva ter celebrado aquele pacto com João Havelange e ter tomado frente da situação¹⁰³.

Vale ressaltar que o lucro proveniente da Loteria não seria integralmente revertido para o esporte. Pelo contrário, o esporte seria, dentre os contemplados, um dos menos beneficiados com os recursos provenientes do jogo recém-decretado pelo Presidente. Estes recursos eram distribuídos da seguinte maneira: 40% dos lucros líquidos obtidos com a loteria eram destinados à Legião Brasileira de Assistência (LBA)¹⁰⁴, sendo os restantes 60% divididos igualmente entre a Campanha de Alfabetização de Adultos do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e o Conselho Nacional de Desportos (CND), para incremento do esporte em geral.

Os planos de Costa e Silva para o esporte brasileiro transcendiam a simples execução do projeto da Loteria Esportiva. Sua ideia era utilizar os recursos oriundos da Loteria para custear um “Plano Nacional de Esportes”¹⁰⁵, com as verbas provenientes da recém-decretada Loteria. Costa e Silva designou um grupo de trabalho para elaborar este plano, cujo nome completo era “Plano Nacional dos Esportes, Educação Física e Recreação”. Este grupo seria integrado:

por representantes da CBD, CND, COB [Comitê Olímpico Brasileiro], Confederação Brasileira de Esportes Universitários, e outras entidades vinculadas à educação física. O plano, ao qual foi atribuída a característica de “prioridade nacional”, deverá ser executado já a partir do próximo ano.¹⁰⁶

¹⁰³ *Folha de São Paulo*, 27/05/1969, 1º Caderno, página 01

¹⁰⁴ A Legião Brasileira de Assistência era um órgão de assistência social do governo federal cuja gestão normalmente cabia às primeiras-damas. Para que a entidade pudesse receber recursos da Loteria, no mesmo decreto em que instituía a Loteria Esportiva, Costa e Silva transformou a LBA em fundação. Cf. *Folha de São Paulo*, 27/05/1969, 1º Caderno, página 01.

¹⁰⁵ *Folha de São Paulo*, 26/07/1969, 1º Caderno, página 14

¹⁰⁶ Idem, grifos nossos.

Ao mesmo tempo em que o presidente criava, por decreto, uma fonte de renda para o desporto brasileiro e para a CBD de Havelange, ele também tinha em mente a criação de um projeto nacional de desenvolvimento esportivo que abrangia a Seleção e os clubes profissionais de futebol, mas também as modalidades olímpicas, os esportes amadores e universitários, sem esquecer-se da função recreativa que eles também poderiam e deveriam exercer para a massa popular.

Na união entre Costa e Silva e João Havelange, um possuía o objeto de maior desejo do outro: ‘Costa’ possuía o poder político de financiar e apoiar os antigos projetos esportivos e conseqüentemente as pretensões pessoais e políticas de Havelange, e Havelange era o único dirigente com poder e capacidade para movimentar o campo esportivo da forma que fosse mais conveniente para gerar apoio e sustentação política para Costa e Silva. O governo lançou mão do amparo/fomento ao esporte como instrumento para estimular o nacionalismo e gerar certa afeição da população brasileira em relação a ele.

A estratégia governista se estendia a todo o campo esportivo, mas seu objeto por excelência era a Seleção brasileira de futebol. A preferência do governo pelo apoio ao selecionado brasileiro de futebol já estava evidenciada desde aquela conversa de ‘Costa’ com João Havelange, na qual o presidente da República falou que o Brasil não poderia perder a Copa do México de jeito nenhum.

No ano de 1969 seriam disputadas as eliminatórias Sul-americanas para a Copa de 1970. Durante a fase de preparação da seleção para os jogos que valeriam pelas eliminatórias para a Copa, a CBD promoveu um passeio pelo Nordeste brasileiro. Era o início da execução do projeto de levar a seleção para todo o país promovendo uma festa cívica em cada uma de suas apresentações.

O primeiro lugar visitado pela seleção durante a fase de preparação para as eliminatórias da Copa do Mundo foi Salvador, capital da Bahia, para um jogo que seria realizado entre o selecionado e o EC Bahia. O jogo aconteceu no dia 06/07/1969 e teve o placar de 4x0 para o Brasil no estádio da Fonte Nova¹⁰⁷. Logo depois do jogo em Salvador, a seleção embarcou para Aracaju, a capital do Sergipe, onde enfrentaria a seleção sergipana por ocasião da inauguração do estádio da cidade, o estádio estadual Lourival Batista, o Batistão.

Por ocasião deste evento, foi declarado feriado local pelo próprio governador Lourival Batista. Logo na chegada do escrete brasileiro à cidade sergipana, “*uma multidão aguardava a embaixada auriverde*”¹⁰⁸ já no aeroporto. Todos os ingressos foram vendidos, e o público fez uma grande festa para a seleção brasileira no jogo por ela vencido pelo placar de 8x2.

O terceiro e último jogo da seleção nesta excursão pelo Nordeste aconteceria em Pernambuco, contra a seleção pernambucana. O Brasil venceu esta disputa por 6x1.

É verdade que a CBD não fez favor a nenhuma federação por ter ido jogar naqueles três estados nordestinos, uma vez que cada um deles desembolsou US\$ 28 mil para ter a seleção jogando em seus domínios¹⁰⁹. Ademais, a iniciativa de ter levado a seleção do Brasil para estados do Nordeste do país era estratégica para Havelange, que precisava manter intacto o apoio destas federações para se manter estável no comando da CBD. Não foi coincidência que menos de uma semana após a passagem da seleção pelo

¹⁰⁷ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 10/07/1969. pg. 9: Após a passagem da seleção por lá, o governador Luís Viana Filho anunciou que promoveria uma reforma para ampliação do estádio, na qual sua capacidade passaria para 100 mil espectadores.

¹⁰⁸ *A Gazeta Esportiva*, 09/07/1969. pg. 3.

¹⁰⁹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 12/07/1969. pg. 9.

Nordeste Havelange recebeu o apoio das Federações do Norte e Nordeste para sua quinta reeleição para o cargo de presidente da CBD.

A liderança da CBD, principalmente depois do reconhecimento da importância desta entidade pelo presidente da República, tornava-se uma posição-chave para as pretensões pessoais e profissionais de Havelange. Como o governo brasileiro pretendia alavancar-se internamente *via* esporte, poderia ser interessante possuir um representante do país na cúpula esportiva em nível mundial. O presidente da Confederação brasileira de Desportos não escondia suas pretensões:

Há a necessidade que o bloco latino-europeu e americano-latino se firmem na FIFA, para que muitas das nossas aspirações possam vingar, mesmo controladas por outro bloco que vem impondo sua vontade, através da maior expressão de seus votos¹¹⁰.

Como a Loteria Esportiva entraria em vigor somente no ano seguinte, Costa e Silva não pôde dar sequência ao projeto esportivo brasileiro cujas primeiras linhas havia traçado, pois pouco mais de um mês depois de ter estabelecido as primeiras diretrizes para o Plano Nacional de Esportes, foi obrigado a abandonar o cargo por estar com a saúde debilitada.

Todo o planejamento para o campo esportivo realizado por ‘Costa’ ficou ‘no papel’ e sua execução ficaria a cargo de seu sucessor. Ele deixou a presidência da república sem ter visto a Loteria Esportiva em funcionamento, embora faltassem pouquíssimos processos burocráticos para que as apostas finalmente pudessem começar.

¹¹⁰ Trecho de João Havelange, reportado por *A Gazeta Esportiva* em 29/06/1969, pg. 4. Grifos nossos.

‘Costa’ teve que abandonar o cargo de presidente¹¹¹ em 30 de Setembro de 1969. Seu sucessor, Emílio Garrastazu Médici, ingressou na Presidência da República em 30 de Outubro de 1969.

¹¹¹ Cf. *A Gazeta Esportiva* 01/09/1969. Capa.

CAPÍTULO 4

A Liderança da Exceção

O Ato Institucional de Número 5 foi decretado sem um prazo de vigência. Este ato demarcou o momento histórico em que o governo militar definitivamente deixou a legalidade de lado e adotou a exceção como método para levar a política nacional adiante pelos caminhos pretendidos pelos líderes da coalizão, que a partir desse momento eram os militares da linha dura e os tecnocratas civis.

Se os dois primeiros atos institucionais ainda possuíam alguma preocupação em demonstrar que eram atos de exceção em meio à legalidade (por sua limitada duração), o AI-5 instituía a exceção por tempo indeterminado. Além de ter sido usado para impor ao Congresso um recesso por tempo indefinido, ele concedia ao Poder Executivo a capacidade de ser o único legislador do país, privando assim os políticos não-militares até mesmo da mínima influência exercida no processo de tomada de decisão ao qual tinham direito no Congresso Nacional.¹¹²

O Congresso nacional ficou fechado por dez meses. Durante o tempo em que estava fechado e sem previsão para reabertura, ficava cada vez mais claro que atividade parlamentar seria retomada apenas quando os responsáveis pelos rumos da ‘Revolução’ completassem sua ‘faxina’ no Congresso, na mídia e na sociedade.¹¹³

¹¹² Cf. Kinzo, op.cit., p. 120.

¹¹³ Cf. Kinzo, op. cit., p. 121.

A ‘faxina’ no Congresso começou ainda em 1968, e lideranças do governo como Rondon Pacheco, Geraldo Freire e Filinto Müller não escondiam a opinião da cúpula governista de que a votação parlamentar que havia protegido Moreira Alves representava uma traição da ARENA ao governo¹¹⁴. Esta premissa orientou as cassações realizadas pelo governo que não se estenderam apenas à oposição, mas também à própria ARENA.

Ainda em 30 de dezembro de 1968 foi divulgada a primeira lista de cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos baseada no AI-5. Ao longo de 1969, de janeiro até setembro, às vésperas da reabertura do Congresso Nacional, o Executivo cassou parlamentares da ARENA e do MDB em diversas leva. No final deste ano, 27 (vinte e sete) deputados efetivos da ARENA e mais 06 (seis) deputados suplentes do mesmo partido haviam sido cassados¹¹⁵. O MDB perdeu quarenta por cento de seus parlamentares.¹¹⁶

O quinto ato institucional ocorreu no estopim de uma crise política que se deu entre Congresso e Executivo. A origem da crise era o descontentamento de significativa parte da sociedade civil em relação ao governo Costa e Silva, que era demonstrado por meio de protestos, greves, ações de guerrilha, entre outros. A insatisfação demonstrada nas ruas chegou ao Congresso no capítulo Moreira Alves, que marcou a ruptura da maioria dos Parlamentares com o regime, que reagiu imediatamente. As consequências institucionais imediatas da reação do poder Executivo foram as cassações de quatro senadores e noventa e cinco deputados.

Além de facilitar a tomada e a implementação de decisões polêmicas por parte do poder Executivo, os militares que planejaram o AI-5 tinham em mente a elaboração de um

¹¹⁴ Cf. Grinberg, op. cit., p. 133.

¹¹⁵ Cf. Grinberg, op. cit., pp. 141-2.

¹¹⁶ Cf. Cruz e Martins, op. cit., p. 37

obstáculo ao ‘movimento contrarrevolucionário’ que se manifestava nas ruas no ano de 1968. A partir desse ato, os serviços de inteligência e a polícia passaram a vigiar de perto a rotina de cidadãos considerados suspeitos por meio do grampo de telefonemas e interceptação de cartas, por exemplo. As liberdades individuais foram suprimidas em nome da integridade da ‘Revolução’.

Conforme o governo ‘revolucionário’ fechava o cerco em torno dos membros do movimento ‘contrarrevolucionário’, a luta da oposição tendeu a se restringir aos membros mais engajados que estavam dispostos, entre outras coisas, a pegar em armas. Assim se formaram as guerrilhas urbanas, que entre outros atos promoveram o sequestro de embaixadores estrangeiros e assaltos a bancos.

Em resposta à radicalização da esquerda, o governo aumentava ainda mais – e por conta própria – seus poderes autocráticos. Durante 1969, praticamente a cada mês um novo ato institucional era publicado. Em fevereiro de 1969 foi editado o AI-6, que alterava a composição do Supremo Tribunal Federal e retirava-lhe a competência para julgar as decisões proferidas pela Justiça Militar no julgamento de civis. No mesmo mês, o AI-7 suspendeu a realização de eleições parciais para cargos executivos e legislativos. Em maio, o AI-10 estabeleceu penalidades acessórias para os atingidos pelos Atos Institucionais. Em agosto, o AI-11 prorrogou o mandato de prefeitos e vereadores.¹¹⁷

Dotado de poderes mais que excepcionais, Costa e Silva teve à disposição mais instrumentos para controlar a situação no país do que qualquer um de seus antecessores recentes. Conforme o governo intensificou suas ações no sentido de acalmar os ânimos na sociedade – principalmente por vias repressoras – as vozes dissonantes foram diminuindo e a celeuma instaurada no final de 1968 aparentava estar novamente sob

¹¹⁷ Cf. Cruz e Martins, op. cit., p. 38.

controle. Diante de um cenário politicamente mais calmo e silencioso, não demorou para que o presidente sinalizasse a intenção de promover a revisão da Constituição de 1967, objetivando adaptá-la à nova ordem.

Costa e Silva deixou a cargo do vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, a tarefa de preparar a revisão constitucional. Entretanto, se problemas já haviam acontecido em todas as tentativas – tanto de Costa e Silva quanto de seu antecessor Castello Branco – anteriores de volta à legalidade, as dificuldades de negociação após a edição do AI-5 seriam ainda maiores, pois os militares não tinham nenhum estímulo para aceitar demandas opostas (uma vez que o AI-5 lhes respaldava para quaisquer decisões), e agora acreditavam menos do que nunca na eficiência do método democrático para resolver questões políticas nacionais.

Mesmo tratando-se de uma proposta limitada de revisão constitucional, havia resistência de setores das Forças Armadas em relação a medidas como a reabertura do Congresso. Certos setores militares que pretendiam prolongar o período de exceção pelo maior tempo possível.

As restrições quanto à ‘reconstitucionalização’ não eram, entretanto, exclusividade dos militares: os tecnocratas civis também julgavam conveniente que fosse mantido o estado de exceção, uma vez que com ele a política econômica do governo poderia ser posta em prática sem qualquer tipo de interferência externa. Era conveniente à tecnocracia manter uma ordem autoritária de modo a fazer valer sua política de desenvolvimento econômico.¹¹⁸

As dificuldades enfrentadas por Costa e Silva para retornar à normalidade institucional não eram, portanto, uma questão de confronto entre civis e militares: tecnocratas e

¹¹⁸ Cf. Kinzo, op. cit., p. 126.

militares da linha dura se aliaram em torno de uma proposta comum e fizeram-na predominar. Os tecnocratas se orientaram pela razão do ‘desenvolvimento econômico’, e os militares se orientaram pela razão da ‘segurança nacional’ e da unidade militar¹¹⁹. Diante da pressão exercida por linha dura militar e tecnocracia civil, o intuito de reconstitucionalização de Costa e Silva não prosperou.

Pouco tempo depois de sua última tentativa em fazer o país voltar a ter um nível mínimo de legalidade, o presidente Costa e Silva adoeceu gravemente, e não tinha condições de seguir no comando da Nação. Seu sucessor, *constitucionalmente*, seria o vice-presidente Pedro Aleixo – um civil. Ironicamente, pouco tempo após o fracasso na tentativa da reconstitucionalização, eis que o destino oferecia a oportunidade de ouro para que o máximo poder nacional finalmente regressasse às mãos de um civil.

Para que isso acontecesse bastava que a lei fosse seguida, coisa que não aconteceu: em 31 de agosto de 1969 os ministros das três armas decretaram o AI-12, no qual informavam à Nação sobre a doença do presidente Costa e Silva e sua impossibilidade de continuar à frente da chefia do Estado; ele seria substituído exatamente por aqueles três ministros – General Lira Tavares, Almirante Augusto Rademaker e Marechal Márcio de Souza Mello.

A Junta Militar que assumiu o poder no lugar de Costa e Silva tinha na coesão das Forças Armadas a sua razão de ser. A doença de Costa e Silva fez com que os ânimos dos militares legalistas se aticassem novamente com a possibilidade de voltar ao comando da coalizão, considerando a possibilidade de disputar com os militares da linha dura a sucessão de Costa e Silva¹²⁰. A Junta Militar foi a forma encontrada por

¹¹⁹ Cf. Kinzo, op. cit., pp. 126-7.

¹²⁰ Cf. Cruz e Martins, op. cit., p. 40.

tecnocratas e militares da linha dura para evitar que o movimento ascensional dos sorbonistas tivesse sucesso.

Uma vez que a ‘Junta’ se alçou ao poder em oposição aos militares legalistas e em nome da segurança nacional e da coesão das Forças Armadas, era plausível imaginar que ela não teria muito zelo pela legalidade. As expectativas de desprezo pela legalidade foram confirmadas: em setembro, baixou-se o AI-13, que autorizava o banimento de qualquer cidadão brasileiro considerado nocivo à segurança nacional, e o AI-14, que introduzia a pena de morte¹²¹. Como se não bastasse, a Junta Militar ainda recorreu amplamente ao AI-5 contra o Congresso antes de sair de cena, não apenas para efetuar outras cassações, mas também para decretar medidas punitivas contra a oposição radical. Somente após estes atos que o recesso imposto ao Congresso foi suspenso.

A Câmara dos Deputados voltou a funcionar com 321 deputados (eram 406 no início da legislatura, em 1967), e o Senado com 59 senadores (antes eram 66), tendo sido cassados 88 deputados e 05 senadores. Aos parlamentares que sobraram foi designada a degradante missão de sacramentar a escolha já feita pelos militares por Médici para a presidência e por Rademaker para a vice-presidência da República¹²².

As casas legislativas se encontravam numa situação bastante delicada após toda a movimentação política promovida pelo poder Executivo federal, nomeadamente pelos atos institucionais. Num momento em que a exceção estava institucionalizada e quase uma centena de deputados havia sido cassada, os remanescentes não tinham muita escolha a não ser assentir com tudo o que vinha da presidência da República. A capacidade das Câmaras Legislativas em contrabalancear o poder Executivo havia sido reduzida a praticamente zero.

¹²¹ Cf. Cruz e Martins, op. cit., p. 38.

¹²² Cf. Kinzo, op. cit., pp. 127-8.

Se o poder Executivo operou com vistas a moldar as casas legislativas para que adquirissem forma que lhe era mais conveniente, o mesmo esforço foi feito em relação à imprensa: desde 1964 já existia um certo controle sobre o que era noticiado. A partir do AI-5, porém, a censura se intensificou ainda mais, inclusive através da censura prévia¹²³.

O ingresso de Médici na presidência da República marcou o início de uma era política em que a realização dos projetos do governo tinha prioridade em relação a quaisquer direitos individuais, que a partir de então não encontravam garantias nem na Constituição.

A preocupação com a legalidade, característica do grupo de Castello Branco, foi definitivamente deixada de lado. O foco passou para busca pelo desenvolvimento e pelo progresso econômico a qualquer custo. Seu propósito foi reivindicar legitimidade pelos fins atingidos e não pelos métodos utilizados para tal.

A questão da legitimidade merece ser melhor desenvolvida. Tanto Castello Branco como Costa e Silva tiveram manifestamente a preocupação de manter um nível mínimo de legalidade e constitucionalidade em suas respectivas gestões, embora não necessariamente tenham obtido êxito com isso. Aqueles dois homens, em maior ou menor medida, se esforçaram por manter sob si a legalidade como base de sustentação e legitimação política para suas administrações à frente da Presidência da República. Coincidentemente, os dois tiveram que abandonar seus propósitos constitucionalistas por pressão dos militares da linha dura, que não admitiam a possibilidade de o país regredir à ‘ordem pré-revolucionária’ sem que as mudanças necessárias tivessem sido feitas. As sequências de acontecimentos que culminaram no AI-2, para Castello Branco,

¹²³ Cf. Kinzo, op. cit., p. 128.

e no AI-5, para Costa e Silva, vieram exatamente em decorrência do fato de que o dilema entre legalidade e exceção estava presente no cálculo político desses homens: eles buscavam manter o respeito às leis preexistentes até que as circunstâncias, ou os aliados mais radicais, os obrigassem a impor à população um novo ato institucional de exceção.

Assim sendo, certamente o presidente Médici foi favorecido em relação a seus antecessores pelo fato de ter assumido o poder depois de terem sido implementados 17 Atos Institucionais¹²⁴. Os poderes presidenciais à época de sua posse eram tão amplos e de alcance tão abrangente, que Médici sequer tinha que se preocupar com o limiar entre o legal e o ilegal: praticamente tudo lhe seria permitido. Ele foi o primeiro dos presidentes do período pós-1964 que não teve que se preocupar com o dilema entre legalidade e exceção.

Livre daquele dilema que impunha limites ao cálculo político de seus antecessores, Médici buscou lastrear a legitimidade política de sua gestão numa base diferente da deles. Com pouquíssimos pré-requisitos constitucionais a seguir, o terceiro presidente da ‘Revolução’ buscou legitimar sua gestão no ‘sucesso’ do país.

O presidente tinha em mente a execução de um audacioso plano de desenvolvimento industrial para o país, cujos maiores entusiastas eram os tecnocratas civis, integrantes da coalizão dominante. Além disso, por meio da execução de grandes obras, pretendeu dar uma ‘nova cara’ ao país durante sua gestão. A aposta de Médici e de seus apoiadores era que o país melhoraria tanto sob seu governo, que as melhoras conquistadas ofuscariam os métodos repressivos utilizados para garanti-las. Então iniciou-se a Era Médici.

¹²⁴ Isto não quer dizer que os 17 estivessem em vigor até o momento da posse de Médici, mesmo porque atos como o AI-2, por exemplo, foram editados com prazo para expiração.

Médici e o campo esportivo

O novo presidente da República assumiu o cargo em meio a todo o planejamento esportivo que vinha sendo conduzido por Costa e Silva. No que toca a Loteria Esportiva, Médici pegou o processo quase totalmente encaminhado por Costa e Silva, e já em Janeiro do ano seguinte, 1970, assinaria o decreto-lei que regulamentaria a instituição da Loteria no país, sendo que a princípio ela deveria funcionar somente em São Paulo e na Guanabara.¹²⁵ Já em Julho de 1970, ela movimentava NCr\$ 2.000.000 por concurso, só na Guanabara.¹²⁶

A preocupação que Médici teve com os esportes talvez tenha sido até maior do que poderia esperar seu precursor Costa e Silva: antes mesmo de ter assumido a presidência da República, Garrastazu já se movimentava tendo em vista o cargo que em breve ocuparia, o que trazia junto a necessidade de estreitar laços com os comandantes do esporte brasileiro.

Dez dias antes de sua posse¹²⁷, por ocasião de um jogo entre Grêmio¹²⁸ x Botafogo, o futuro presidente se reuniu com o presidente da CBD, João Havelange e os dois conversaram longamente durante o prélio. Ficou certo que “*o desporto nacional terá 05 anos de grande tranquilidade e progresso pois o futuro chefe da Nação o quer cada vez mais forte e difundido em nosso país*”¹²⁹. Havelange adiantou ainda:

O general Garrastazu Médici, que torce ardentemente pelo Grêmio, gosta do futebol em especial, mas também olha com grande simpatia todas as demais

¹²⁵ *Folha de São Paulo*, 24/01/1970, 1º Caderno, página 01; *A Gazeta Esportiva*, 24/01/1970, pg. 11.

¹²⁶ *A Gazeta Esportiva*, 14/07/1970. pg. 9

¹²⁷ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 21/10/1969. pg. 5.

¹²⁸ O Grêmio Foot-Ball Porto-alegrense era o clube do presidente Médici até que ele assumisse a presidência da República.

¹²⁹ Havelange parafraseando a conversa com Médici, em *A Gazeta Esportiva*, 21/10/1969. pg. 5.

modalidades esportivas, o que é um orgulho para os desportistas brasileiros. Tenho certeza de que não nos negará seu apoio.¹³⁰

Eis que, pouco menos de um mês após Costa e Silva ter dado sua última contribuição para o plano nacional de esportes, educação física e recreação¹³¹, Garrastazu Médici – que sequer empossado havia sido – já tomava pé da situação do esporte no país com o presidente da Confederação Brasileira de Desportos.

A preocupação de Médici com o esporte no país, e com o futebol em especial – que já havia transparecido pelo fato de ter-se reunido com Havelange antes mesmo de sua posse – ficou ainda mais clara com o passar do tempo e com os contatos que buscou firmar no campo esportivo desde seus primeiros momentos como Presidente da República.

Poucas semanas após tomar posse como presidente e estreitar laços com Havelange, Médici promoveu uma reunião com Pelé, o maior astro dos esportes nacionais em atividade, e com o deputado federal Athiê Jorge Coury, presidente do Santos FC, o clube de Pelé¹³².

Nesta ocasião¹³³, o presidente da república ajudou a promover uma recepção de rei, literalmente, a Pelé em Brasília – tendo inclusive fechado as escolas da cidade para que as crianças pudessem ter contato com o jogador¹³⁴. O evento era alusivo ao milésimo gol marcado pelo jogador em sua carreira, e graças aos esforços presidenciais houve um

¹³⁰ Fala de Havelange, em *A Gazeta Esportiva*, 21/10/1969. pg. 5. Grifos nossos.

¹³¹ Cf. *Folha de São Paulo*, 26/08/1969, 1º Caderno, página 23. Nessa ocasião, Costa e Silva decretou o aumento de 09 para 11 no número de membros da comissão que trabalharia para a elaboração do referido plano

¹³² Durante o encontro entre Athiê, Médici e Pelé, o presidente do Santos entregou a Médici um carnê da campanha ‘*Bola Branca*’, promovida por seu clube.

¹³³ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 26/11/1969. pg. 9.

¹³⁴ Cf. Idem, *ibidem*.

frenesi popular na capital federal no trajeto realizado por Pelé entre o aeroporto da cidade e o Palácio do Planalto. Segundo descrição do jornal:

Foi uma das maiores manifestações populares já registradas nos dez anos de Brasília, superior a todas até agora tributadas a soberanos, ministros ou presidentes de República.¹³⁵

Médici era calculista e estava pronto para usar a seu favor todos os frutos políticos que lhe poderiam ser produzidos pelo campo esportivo: em menos de quatro semanas de gestão, ele já havia conseguido se aproximar tanto do ícone nacional de maior *poder simbólico* no campo esportivo (Pelé) quanto do ícone nacional de maior *poder de facto* no campo esportivo (João Havelange). Este presidente (e seus assessores) tinha ciência da atração exercida pelo futebol junto à população, e não poupou energia para atrelar sua imagem ao esporte em geral, e principalmente à seleção nacional de futebol.

Da recepção ao ‘Rei Pelé’ em diante, as aparições esportivas do presidente não pararam de acontecer. Houve por sua parte um insistente esforço em colocar-se como um ‘*presidente-torcedor*’¹³⁶, como um homem que estava interessado nos esportes, e principalmente no futebol, aparecendo diversas vezes para prestigiar uma grande variedade de eventos esportivos.

Um dos eventos esportivos mais importantes ao qual compareceu durante o início de seu mandato foi a inauguração do Estádio do Morumbi a convite de Laudo Natel, em Janeiro de 1970. O presidente recém-empossado utilizou esta ocasião para se aproximar e, de certa forma, se apresentar à população do maior estado do país. Para isso promoveu pela manhã do dia do jogo, poucas horas antes da reinauguração da praça de

¹³⁵ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 26/11/1969. pg. 9.

¹³⁶ O jornal “*A Gazeta Esportiva*” se referia desta forma a Médici quando de suas participações e/ou ações de prestígio ao esporte nacional, como pode ser visto nas edições de 23/04/1970. pg. 18, ou 27/05/1970. Capa.

esportes são-paulina, um encontro com a imprensa na Praça Roosevelt, no centro da cidade. Lá falou algumas palavras:

A solidariedade ao homem do povo, deste homem [ele próprio, Médici], deste Governo, é casa, é alimentação, é remédio, é livro, é recreação, é previdência social e é justiça também. Este homem [Médici] quer acenar-lhe com o remédio, ao preço do alcance de sua dor, e se empenhará a fundo para entrar no problema e nos mistérios que fazem mais cara a dor do povo [...] Solidariedade também é juntar-se às paixões da alma popular. E, nas asas desta paixão, meu Governo se empenhou em que trouxéssemos o México para a plateia de todos os lares do Brasil [...] Aqui venho chamar o povo pra que não me falte com sua participação nos momentos todos do meu Governo. Venho chamá-lo agora para a construção de uma paz dinâmica, que, ainda uma vez mais na História, bandeira partida de São Paulo nos leve, todas as terras brasileiras, agora aos chãos do desenvolvimento. Chamá-lo para a ‘violência edificadora’, do idealismo são e puramente brasileiro.¹³⁷

O presidente aproveitou a oportunidade de estar em terras paulistas durante um momento festivo na cidade (o dia de seu aniversário) para tornar-se mais familiar também ao povo paulistano, a quem sua imagem ainda era relativamente nova. Durante esta fala deixou claro o esforço feito pelo governo, *via* Embratel, para assegurar que todos os brasileiros pudessem assistir à Copa do Mundo de Futebol – uma ‘*paixão da alma popular*’, de acordo com suas próprias palavras. Além da referência à ação do governo no campo esportivo, Médici também exaltou a preocupação do governo com a habitação¹³⁸ e com a oferta de remédios para o povo, entre outras coisas.

Para o sucesso desta visita do Presidente à cidade de São Paulo foi de fundamental importância a agência de Laudo Natel. O ex-governador e então presidente do São Paulo FC foi o responsável pelo convite feito a Médici para a inauguração do Morumbi. Além disso, durante o jogo de reinauguração do estádio, Natel fez questão de

¹³⁷ Fala do presidente Garrastazu Médici em São Paulo, reportada por *A Gazeta Esportiva*, 26/01/1970, pg. 16. Grifos nossos.

¹³⁸ O Banco Nacional de Habitação já vinha com a construção de casas populares desde a gestão de Costa e Silva. Cf. *A Gazeta Esportiva*, 27/03/1969, pg. 7.

acompanhar o presidente da República por todas as partes, e inclusive dividir com ele (o Presidente da República) a ovação do público presente ao evento.¹³⁹

O fato de Natel ter se preocupado em trazer o Presidente da República para perto de si em um momento de festejos municipais, e ter contribuído para aproximar a figura de Médici da população paulista como um todo, “doando” ao presidente um pouco de seu prestígio, lhe trouxe benefícios políticos de forma praticamente imediata: exatamente três meses depois do aniversário da cidade de São Paulo e da reinauguração do Morumbi, Natel foi agraciado pela escolha do presidente Médici e dos comandos estadual e nacional da ARENA como o candidato do partido a governador do estado:

Após ouvir a exposição do governador [Abreu Sodré], o presidente Médici informou que dava por concluídas as consultas para a escolha do candidato ao governo de São Paulo. [...] Disse que decidira fixar-se no nome do sr. Laudo Natel para candidato à sucessão do governador Abreu Sodré.¹⁴⁰

Após sua visita ao Morumbi, Médici passou a focar suas ações referentes ao campo esportivo totalmente na Seleção brasileira de futebol, gerida pela CBD, que disputaria a Copa do Mundo no México em 1970.

A partir de Março daquele ano, a Seleção começaria a sua preparação para o Torneio mundial. O presidente acompanhou os dois jogos realizados pela Seleção, o primeiro dia 04 de Março no estádio Beira-Rio, em seu estado natal, e o segundo no Maracanã, quatro dias depois. Neste último, “*batia palmas nos gols do Brasil, e tinha um radinho de pilha colocado ao ouvido esquerdo*”.¹⁴¹

Às vésperas do embarque da seleção brasileira para o México, Médici promoveu um banquete no Palácio das Laranjeiras para o qual convidou todos os jogadores que

¹³⁹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 26/01/1970, pg. 16.

¹⁴⁰ *A Gazeta Esportiva*, 25/04/1970. Capa.

¹⁴¹ *A Gazeta Esportiva*, 10/03/1970. pg. 3.

representariam o país em terras mexicanas. O presidente fez questão de cumprimentar um a um e demonstrar seu apoio ao time que lutaria pelo tricampeonato na América do Norte¹⁴², e antes da estreia do selecionado contra a Tchecoslováquia mandou um telegrama no qual desejava boa sorte aos jogadores.¹⁴³

E o título da Copa de 1970 veio para o Brasil.

A glória conquistada pelo futebol brasileiro no Mundial foi um marco decisivo para a relação entre Médici e o futebol brasileiro e com reverberações muito importantes também para o futuro da relação entre política (e políticos) e o esporte do país, sendo o futebol sempre tratado como o mais importante dos esportes. “*Nunca futebol e política andaram tão de mãos dadas por aqui (no Brasil) como nos anos que se seguiram ao tri de 1970.*”¹⁴⁴

A partir da conquista do título, Médici não mediu esforços para promover uma grande festa popular em torno da Seleção brasileira, e, no limite, do Brasil, pois não havia distinção entre uma coisa e outra¹⁴⁵. Ele decretou feriado nacional para a data em que estava prevista a chegada da delegação brasileira ao país, dia 23 de Junho de 1970; ordenou que todas as repartições públicas fossem fechadas nesta data, e ainda disse que por aquele dia estaria suspenso o trabalho em território nacional.¹⁴⁶

Considerou o presidente Médici, que todos os brasileiros devem ter oportunidade de celebrar condignamente a vitória do nosso selecionado e o regresso ao nosso país dos campeões do mundo.¹⁴⁷

¹⁴² Cf. *A Gazeta Esportiva*, 29/04/1970. pg. 16.

¹⁴³ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 31/05/1970. Capa.

¹⁴⁴ MÁXIMO, João. *Memórias do futebol brasileiro*. Estudos avançados, vol.13, n°37, São Paulo. Sept./Dec. 1999

¹⁴⁵ Cf. Máximo, op cit.

¹⁴⁶ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 23/06/1970. Capa.

¹⁴⁷ *A Gazeta Esportiva*, 23/06/1970. Capa.

No referido dia da chegada dos jogadores a Brasília ocorreu uma grande festa, na qual “houve grande comunhão entre o povo [cerca de 200 mil pessoas], os jogadores, que fizeram um desfile público pela cidade em carro aberto de Bombeiros, e o governo”.¹⁴⁸

Diante deste acontecimento, Médici emocionou-se e foi às lágrimas.

Carlos Alberto, quando você ergueu a Taça lá no México, eu chorei aqui em Brasília. Vocês divulgaram o Brasil no mundo. [...] O sucesso da seleção é o simbolismo do progresso do Brasil.¹⁴⁹

No período pós-Copa, a aproximação feita pelo Presidente com direção ao esporte e ao futebol nacional foi ainda maior. A dinâmica de recebimento de atletas brasileiros campeões em disputas internacionais tornou-se frequente, e repetiu-se, por exemplo, com a Natação infanto-juvenil brasileira, que sagrou-se bicampeã sul-americana na Venezuela¹⁵⁰, e com a seleção de basquete feminino, que conquistou o 3º lugar no campeonato mundial da modalidade, disputado em São Paulo.¹⁵¹

Entretanto, o foco da maior atenção do presidente neste período foi a seleção brasileira de futebol, descrita anteriormente por ele mesmo como símbolo do progresso do país. Em Julho de 1970, ainda sob a influência do título recém-conquistado, anunciou que promoveria um banquete não só para os tricampeões, mas também para os jogadores que participaram¹⁵² das vitoriosas campanhas de 1958 e 1962.

Em Setembro, Médici recebeu pessoalmente no Palácio das Laranjeiras os representantes da Seleção mexicana. Um mês depois da recepção aos mexicanos, o presidente da República acompanhou Pelé à inauguração do Estádio da capital Maceió, o ‘Trapichão’, que seria rebatizado com o nome de ‘Estádio Rei Pelé’.

¹⁴⁸ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 24/06/1970.

¹⁴⁹ Palavras do Presidente Médici em *A Gazeta Esportiva*, 24/06/1970. pg. 4. Grifos meus

¹⁵⁰ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 11/03/1971. pg. 7.

¹⁵¹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 14/07/1971. pg. 12.

¹⁵² Cf. *A Gazeta Esportiva*, 07/07/1970. pg. 6.

Já em 1971, recebeu Carlos Alberto e Zagalo, respectivamente o capitão e o técnico do Tri. Os dois foram pessoalmente conversar com o presidente, em particular, sobre questões que afligiam a ‘classe’ dos jogadores, tais como o imposto sobre rendimentos, aposentadoria, Lei do Passe, entre outras coisas. A respeito desta reunião com o presidente, Gérson, jogador titular do time tricampeão disse:

Nosso presidente é um homem muito franco, que além de gostar de futebol, gosta de ir diretamente aos problemas. Falar com ele é certeza de que nosso assunto será bem estudado.¹⁵³

Os jogadores demonstraram reconhecer na figura de Médici antes um parceiro do que um adversário autoritário. O reconhecimento advindo da Seleção brasileira (entidade que representava segundo o próprio Médici o melhor do Brasil), a identificação de uma relação de reciprocidade entre esportistas e presidente corporificada na fala de Gérson e no próprio ato de jogadores e membros da Seleção comparecerem a sucessivos encontros com o presidente sentindo-se por ele acolhidos a ponto de fazer pessoalmente reivindicações ‘classistas’, denotam a coroação do processo de aproximação do presidente do esporte e do futebol brasileiro, uma das (sic) paixões da alma popular¹⁵⁴.

Garrastazu Médici, enquanto chefe da Nação, utilizou-se de todo o poder de seu cargo para chegar o mais perto possível do esporte brasileiro, fomentando por um lado uma identificação ainda maior da população com sua Seleção e seus ídolos e colocando-se, por outro, como o maior entusiasta e incentivador deste time. Para o sucesso de sua estratégia relativa ao campo esportivo, foi de essencial importância sua aproximação e a cooperação que obteve do maior comandante do esporte brasileiro da época, o presidente da CBD, João Havelange. Era do total interesse da presidência da República que o futebol nacional operasse da forma mais eficiente possível.

¹⁵³ Fala de Gérson, reportada por *A Gazeta Esportiva* em 08/03/1971. pg. 5.

¹⁵⁴ Definição relativa ao futebol dada pelo próprio Presidente Médici em *A Gazeta Esportiva*, 26/01/1970, pg. 16, na ocasião da reinauguração do Morumbi.

CAPÍTULO 5

CBD blindada

Mesmo gozando de grande prestígio político à frente da CBD, João Havelange não estava imune a turbulências políticas à frente da entidade. O contato íntimo e sua proximidade pessoal com os presidentes Costa e Silva e Médici não impediam que houvesse ataques da classe política à entidade e ao dirigente máximo do esporte brasileiro.

Nesta seção serão contados três casos nos quais a CBD enfrentou problemas: o primeiro deles com o poder Executivo, o segundo com o poder Legislativo e o terceiro com o poder Judiciário brasileiro. Trata-se de três diferentes situações em que a estabilidade política da CBD esteve realmente ameaçada, e o governo teve que intervir para assegurar o bom funcionamento da entidade.

Poder Executivo: o caso de João Saldanha

O caso mais famoso de turbulência na CBD se refere à ocasião em que o técnico da seleção, João Saldanha, foi repentinamente retirado de seu cargo.

Saldanha era conhecido por ser uma figura temperamental e explosiva. Seu ingresso no cargo de técnico da seleção brasileira de futebol gerou descontentamento da parte de Aimoré Moreira, seu antecessor, de parte da mídia e da ‘classe dos técnicos’

principalmente pelo fato de Saldanha não ter o diploma requisitado para o exercício desta profissão.

Poucas semanas depois de ter assumido o comando técnico da seleção, teceu algumas críticas a seu antecessor no cargo, Aimoré Moreira. Ele disse que Aimoré viveu dentro da CBD uma ‘fase política’ na qual aceitou certas injunções e imposições da comissão selecionadora nacional, o que teria sido um erro¹⁵⁵. Ele – Saldanha – era reconhecido pelo próprio chefe, João Havelange, como um “*espírito lúcido e inconformado*”.¹⁵⁶

Saldanha conduziu o time da CBD por todo o ano de 1969 tanto na excursão pelo Nordeste quanto pelas Eliminatórias para a Copa. Seus resultados nesses jogos foram sensacionais: nove vitórias em nove jogos disputados. O técnico da seleção brasileira pôde desfrutar de relativa tranquilidade até o início do ano de 1970, quando o time entraria na fase final de preparação para a Copa do Mundo. E foi a partir daí que seu ‘caldo começou a entornar’.

Em março de 1970, no primeiro grande jogo da seleção no ano, o Brasil foi derrotado pela Argentina em pleno estádio Beira-Rio (Porto Alegre - RS) por 0x2. Recuperou-se desta adversidade com uma vitória por 2x1 sobre os argentinos no Maracanã. Estes dois jogos geraram certa inquietação popular, que se refletiu na mídia, quanto ao potencial do time brasileiro de vencer o torneio do México.

Neste início de efervescência, o técnico do Flamengo - o estrangeiro Yustrich - deu uma entrevista à revista “*O Cruzeiro*” na qual questionava a capacidade de Saldanha como técnico, e entre outras coisas afirmava que:

¹⁵⁵ *A Gazeta Esportiva*, 16/03/1969. pg. 5.

¹⁵⁶ Fala de Havelange sobre Saldanha em *A Gazeta Esportiva*, 29/06/1969. pg. 4.

Saldanha é valentão, puxa o revólver e sai correndo; não tem condições para falar de tática de jogo porque ele nunca deu um chute numa bola em sua vida [...] Falar em microfone é fácil [referência ao fato de Saldanha ter origem na crônica esportiva], fazer é que é difícil.¹⁵⁷

Saldanha, o homem de ‘espírito lúcido e inconformado’, não gostou nada das críticas públicas feitas a ele por Yustrich. Imediatamente após ter tomado ciência dessas declarações, dirigiu-se direta e pessoalmente à concentração do Flamengo na “caça” por Yustrich, empunhando um revólver:

Irritado pelas novas críticas que lhe foram feitas esta semana por Yustrich, João Saldanha armou-se de um revólver anteontem à noite e foi procurar o treinador do Flamengo, na Gávea, para tirar satisfações. O fato aconteceu antes das 22 horas. Quando Saldanha chegou ao estádio do Flamengo, sozinho, foi barrado pelo porteiro José Gomes da Silva, que não quis permitir sua entrada. Segundo as declarações do porteiro, o treinador da seleção o agrediu e em seguida entrou no clube, de revólver em punho. Entretanto, não encontrou Yustrich e retirou-se, sempre com o revólver na mão.¹⁵⁸

A repercussão gerada por este caso não foi em nada positiva ao técnico da seleção. Apesar de ter recebido o apoio dos jogadores e colegas da comissão técnica da CBD, que reconheceram a legitimidade de defender-se das críticas públicas feitas a ele por outrem, os dirigentes da CBD não gostaram da forma como a entidade ficou exposta. Este capítulo marcou o início da derrocada de Saldanha.

Após os dois jogos realizados contra a Argentina, foi marcado um jogo-treino com a equipe do Bangu-RJ, a ser realizado no estádio Moça Bonita. Mesmo tratando-se de um jogo-treino sem valor oficial, 32 mil pessoas compareceram¹⁵⁹ ao estádio do clube para assistir ao treino da seleção. O jogo terminou empatado em 1x1, sendo que o tento da

¹⁵⁷ Trechos de Yustrich à revista “O Cruzeiro”, que aparece em *A Gazeta Esportiva*, dia 14/03/1970. pg. 4. Grifos nossos.

¹⁵⁸ *Folha de São Paulo*, 14/03/1970. Primeiro Caderno, página 14.

¹⁵⁹ Cf. <http://www.bangu.net/informacao/noticias/jogos/1970/19700314.php>, em consulta no dia 23/10/103.

seleção da CBD foi um gol-contras¹⁶⁰ marcado em um lance originado de impedimento não anotado pelo árbitro Armando Marques.¹⁶¹

Como se não bastasse a pífia atuação o escrete brasileiro diante do modesto Bangu, a atuação de Pelé neste jogo foi avaliada como ‘péssima’ pelo jornal “Última Hora”¹⁶². Diante da atuação medíocre do grande astro do time, Saldanha rascunhou uma equipe sem ele para enfrentar o Chile no jogo seguinte da fase de preparação da seleção, sob o argumento de que:

Pelé não anda bem ultimamente. Acho que não adianta ficar sacrificando ninguém, insistindo pra ver se melhora; se a fase não é boa, é preciso esperar. Por isso Pelé sai agora. [...] ¹⁶³

Esta provavelmente foi a gota d’água para a surpreendente saída de Saldanha do cargo de técnico da Seleção, uma história que até hoje é rodeada de mistérios. O acúmulo da ‘invasão armada’ à concentração do Flamengo, do desempenho inferior ao ano anterior nos jogos realizados e da cogitação em retirar a titularidade de Pelé foram suficientes para que Saldanha perdesse o comando técnico da seleção. Uma das poucas certezas que se pode ter a respeito deste caso é que ele não pediu demissão, mas foi demitido:

Não sou homem de pedir demissão. Sou homem de ser demitido, posto para fora. Não pedi para ser técnico. Fui convidado. Ninguém espere que eu vá pedir demissão. [...] Queria esclarecer isso, dizer que não são verdadeiras as notícias que falavam de meu pedido de demissão. Não sei se amanhã ainda serei o técnico, mas garanto que se depender de mim, serei. ¹⁶⁴

Após sua saída, Saldanha fez denúncias que abalaram as estruturas da CBD. Entre outras coisas, disse que os médicos da seleção estavam lhe negligenciando informações

160

Cf. http://terceirotempo.bol.uol.com.br/quefimlevou_especial_foto.php?id=3146&sessao=f&galeria_id=2829&foto_id=38821. Pesquisado em 15/11/2013.

¹⁶¹ Cf. *Folha de São Paulo*, 15/03/1970. Primeiro Caderno, página 30.

¹⁶² Cf. *Folha de São Paulo*, 19/03/2006. Caderno Esporte, página 1.

¹⁶³ Cf. *Folha de São Paulo*, 18/03/1970. Primeiro Caderno, página 16.

¹⁶⁴ Fala de João Saldanha reportada pela *Folha de São Paulo*, 18/03/1970. Primeiro Caderno, página 16. Grifos nossos.

importantes a respeito de diversos jogadores, inclusive Pelé, que segundo ele não teria condições de disputar a Copa.¹⁶⁵

Estes fatos – notadamente a suspeita de que Pelé não estaria em condições plenas para jogar no México – geraram um pequeno escândalo midiático: foi agitado o noticiário esportivo do país, e foram sacudidas as expectativas populares em relação à seleção de futebol, time sobre o qual estava sendo depositada grande expectativa pela mídia, população e pelo governo por ocasião da proximidade da Copa do Mundo – torneio para o qual faltavam mais ou menos três meses.

Percebendo que esta cadeia de eventos poderia tomar dimensões desastrosas se não fosse controlada, o governo militar – por meio do Ministro da Educação, Jarbas Passarinho – convidou João Havelange para uma conversa que durou duas horas e treze minutos em Brasília. Nela, o presidente da CBD teve que prestar esclarecimentos a respeito dos acontecimentos recentes de sua entidade. Sobre o encontro, Havelange disse:

O Ministro pediu um relato por escrito sobre os acontecimentos para ficar documentado e que, de qualquer maneira a CBD teria todo seu apoio, porque entendia que os problemas do selecionado brasileiro preocupam toda a Nação.¹⁶⁶

O jornal nota que Havelange demonstrava “*um certo nervosismo*”¹⁶⁷ quando saía do encontro com Passarinho e conta ainda que, depois de terminada a reunião, Havelange ainda passaria no SNI, o Serviço Nacional de Informações.¹⁶⁸

¹⁶⁵ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 20/03/1970. pg. 4.

¹⁶⁶ *A Gazeta Esportiva*, 20/03/1970. pg. 5. Grifos nossos.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ O SNI era um órgão cuja função era coordenar e supervisionar as atividades de informação e contra-informação no Brasil e no exterior. Foi criado em 1964 pelo presidente Castello Branco.

O nervosismo de Havelange diante desta situação provavelmente decorria do fato de o dirigente perceber a existência de uma possibilidade real de haver uma intervenção do governo militar junto à CBD, o que poderia colocar todas as suas ambições pessoais e profissionais por água abaixo. O Senador Vasconcelos Torres da Arena-RJ solicitou de imediato a intervenção na CBD sob, entre outros, o argumento de que *“Zagallo é apenas um títere nas mãos dos cartolas da CBD”*.¹⁶⁹

O próprio ministro Jarbas Passarinho, que na reunião de Brasília garantiu o apoio ao dirigente, à seleção e à CBD pelo fato de *“o governo se preocupar com a necessidade de restaurar o ambiente de tranquilidade que vinha existindo”*¹⁷⁰, e ter consciência de que *“a discórdia nesse campo abala profundamente a opinião pública do país”*¹⁷¹, também não refutou a possibilidade de uma intervenção na entidade, mas deixou claro que *“seria necessário um fato jurídico novo para isso”*¹⁷². Neste capítulo do futebol brasileiro, o comando de Havelange ficou por um fio.

A saída de Saldanha do comando técnico da seleção brasileira – que foi sucedida por denúncias dele próprio à cúpula da CBD – gerou um escândalo de dimensões nacionais que atingiu inclusive o governo federal e produziu uma desconfiança geral em relação à seleção. Para saná-la, aconteceu uma mobilização da mídia, do governo e da CBD para prontamente promover uma ‘grande exibição’ da seleção que restaurasse a confiança dos torcedores em seu time e a confiança da população em seu país.

Por ocasião da partida amistosa Brasil x Chile que seria disputada no Morumbi menos de uma semana depois da saída de Saldanha, Orlando Zancaner, da Secretaria Estadual

¹⁶⁹ Fala do senador Vasconcelos Torres publicada no jornal *A Gazeta Esportiva*, 16/04/1970. pg. 13. Zagallo foi o técnico que assumiu o comando da seleção da CBD após a saída de Saldanha.

¹⁷⁰ Fala de Jarbas Passarinho reportada por *A Gazeta Esportiva*, 20/03/1970. pg. 16.

¹⁷¹ Fala de Jarbas Passarinho reportada por *A Gazeta Esportiva*, 20/03/1970. pg. 16.

¹⁷² Fala de Jarbas Passarinho reportada por *A Gazeta Esportiva*, 20/03/1970. pg. 16.

de Cultura, Turismo e Esportes, ordenou que fossem produzidos 100 mil volantes com a letra do hino nacional, para que fosse entoado pela massa paulista durante o jogo.

No dia 22/03/1970, na capa de *A Gazeta Esportiva* apareceu algo como uma ‘convocação’ para que público comparecesse ao jogo da Seleção contra o Chile:

Você, torcedor[...], por certo não faltará ao encontro de hoje, no Morumbi¹⁷³”
“outros compromissos (e quem não os tem?) devem ceder lugar ao dever
esportivo, do qual todos temos contribuído para o progresso do futebol de
São Paulo e do Brasil.”¹⁷⁴

Aparentemente, o público aderiu ao pedido feito pelo jornal e à campanha promovida em favor da seleção e do Brasil: 112 mil pessoas compareceram ao estádio do São Paulo FC para apoiar o ‘Brasil’. Nas palavras do jornal:

Um público espetacular aplaudiu e vibrou com a cerimônia de hasteamento das bandeiras de Brasil e Chile. Num coro extraordinário entoou as estrofes do Hino de nosso país.¹⁷⁵

O jogo terminou 5x0 para a seleção brasileira, com dois gols marcados pelo ‘Rei’ Pelé. Com o elástico placar, a seleção selou as pazes com sua torcida e trouxe de volta a tão esperada tranquilidade para CBD, João Havelange, jogadores e governo militar.

Poder Legislativo: o caso do Campeonato Brasileiro de 1971

Outro episódio menos conhecido – porém mais elucidativo – em que o comando de João Havelange na CBD foi novamente ameaçado de sofrer intervenção ocorreu no ano seguinte ao da Copa, em 1971.

¹⁷³ *A Gazeta Esportiva*, 22/03/1970. Capa.

¹⁷⁴ *A Gazeta Esportiva*, 22/03/1970. Capa. Grifos nossos.

¹⁷⁵ *A Gazeta Esportiva*, 23/03/1970, pg. 4.

O ano de 1971 assistiu à disputa do primeiro Campeonato Brasileiro de futebol¹⁷⁶. Suas características principais seguiam o padrão estabelecido pelo certame que o antecedeu, o Torneio Roberto Gomes Pedrosa, embora com algumas alterações.

Conforme já mencionado, o RGP foi disputado por 17 clubes entre os anos de 1968 e 1970. O critério de seleção para a participação naquele certame era a classificação técnica e financeira nos torneios estaduais.

O Campeonato de 1971 foi disputado por 20 clubes. Em relação ao RGP de 1970, foram adicionados um representante do estado de Minas Gerais (o América), um do estado de Pernambuco (Santa Cruz e Sport disputaram o torneio) e foi criada uma vaga para o estado do Ceará.

O regulamento deste campeonato previa uma inovação técnica em relação aos torneios RGP disputados anteriormente: decidiu-se que de cada um dos dois grupos, compostos por 10 clubes cada, seriam selecionados os quatro clubes de melhor campanha, mais os dois (excluindo-se os primeiros quatro) com as maiores rendas. Desta forma, para o ‘retorno’ do campeonato haveria 12 clubes (seis de cada grupo) que disputariam entre si as vagas para a fase final do campeonato.

E a disputa correu normalmente em suas primeiras rodadas.

Entretanto, conforme o primeiro turno do campeonato ia caminhando para sua fase final – e alguns clubes tradicionais depararam-se com o risco da eliminação precoce –, os problemas começaram para a CBD.

¹⁷⁶ Foi o primeiro batizado oficialmente com o nome de “Campeonato Brasileiro”, embora o RGP já reunisse os principais clubes do país em uma fórmula de disputa muito semelhante à utilizada em 1971.

Diante do risco da eliminação, o CR Vasco da Gama comprou todos os ingressos do Maracanã para o jogo que foi realizado entre o próprio Vasco e a SE Palmeiras. Os jornais diziam que era nítida a discrepância entre o público oficialmente divulgado e a ocupação que se notava visualmente no estádio durante o jogo. Este procedimento tinha explicação: o Vasco estava ameaçado de ser desclassificado do torneio logo no primeiro turno. Para evitar a desclassificação que se desenhava, o clube precisava colocar-se entre os clubes com as duas melhores rendas de seu grupo. Daí a necessidade de ‘suplementar’ a renda do jogo contra o Palmeiras.¹⁷⁷

A situação do CR Flamengo era ainda mais inusitada: sem possibilidades de classificar-se por pontos, o clube só poderia classificar-se por rendas. Ao mesmo tempo, o Santos FC de Pelé levava grandes multidões aos estádios, o que lhe conferia rendas superiores às do clube da Gávea. Na rodada seguinte à divulgação da notícia de que o Vasco teria ‘adulterado’ sua renda, o Flamengo jogaria justamente contra o Santos, que ainda disputava uma vaga entre os quatro melhores times do grupo. Portanto, seria mais interessante para o Flamengo perder o jogo e ver seu adversário paulista classificar-se por pontos, tirando-o assim da concorrência pelas rendas, do que vencê-lo e não se classificar nem por pontos nem por rendas. Perder o jogo seria mais interessante do que ganhar.¹⁷⁸

Quando esta situação foi deflagrada, ocorreu um novo escândalo na Confederação Brasileira de Desportos. José Ermírio de Moraes Filho, presidente da FPF e conselheiro do SC Corinthians, clube que era o líder em pontos de seu grupo, afirmou que isso tudo “*é uma vergonha*”¹⁷⁹. A Federação Gaúcha de Futebol enviou um ofício à CBD

¹⁷⁷ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 08/09/1971. Capa.

¹⁷⁸ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 09/09/1971. pg. 3.

¹⁷⁹ *A Gazeta Esportiva*, 09/09/1971. pg. 3.

afirmando que se ela não tomasse providências a respeito das ‘arrecadações-fantasma’, permitiria ao SC Internacional que comprasse toda a renda do jogo que realizaria na Ilha do Retiro, em Pernambuco, repetindo o expediente do Vasco.¹⁸⁰

Até Antônio Carlos Magalhães, o governador do estado da Bahia tomou partido na discussão afirmando que “*os clubes do Sul estão querendo alijar o único representante baiano do Campeonato Nacional, o EC Bahia.*”¹⁸¹

As regras elaboradas pela Confederação deixaram aberta a brecha para que os clubes produzissem ‘rendas-fantasma’ em seus jogos, e até preferissem ‘entregar’ a vitória para seus adversários com o intuito de serem beneficiados com a classificação para as fases seguintes do campeonato. Para agravar esta questão, o campeonato já estava em curso e a alteração das regras no meio da disputa poderia afetar diversos interesses, principalmente o daqueles clubes que, mantido o *status quo*, seriam classificados ‘jogando limpo’.

Neste ponto, qualquer que fosse a decisão de João Havelange e da CBD, a turbulência seria inevitável. Havia uma grande quantidade de ‘descontentes em potencial’ de ambos os lados. A Confederação optou pelo caminho menos doloroso possível: nenhum clube seria desclassificado após a conclusão do primeiro turno; os grupos para a fase final reuniriam os seis melhores clubes de cada grupo no aspecto técnico e o critério de rendas estaria abolido.¹⁸²

A esta altura, entretanto, o mal já estava feito. O presidente do Corinthians, Miguel Martinez, foi instado por seus pares do clube a paralisar o campeonato diante do

¹⁸⁰ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 09/09/1971. pg. 3.

¹⁸¹ *A Gazeta Esportiva*, 09/09/1971. pg. 3.

¹⁸² Cf. *A Gazeta Esportiva*, 10/09/1971. capa.

prejuízo técnico a que seria submetido seu clube – o líder de seu grupo – mediante a inesperada alteração das regras no meio da disputa. As manifestações corintianas eram acompanhadas por reclamos de todo tipo, provenientes de todos os lugares contra a CBD.

Tamanha foi a magnitude da revolta, que novamente foi solicitada uma intervenção na Confederação Brasileira de Desportos. O deputado federal Fábio Fonseca (MDB-MG) liderou o ‘levante’ contra a entidade de João Havelange. Ele dizia:

Os campeonatos nacionais de futebol, que apaixonam a opinião pública, estão a exigir uma legislação especial, pois, em decorrência do potencial de controle social que este esporte possui, torna-se assunto pertinente até à segurança nacional. [...] no futebol começa a medrar a corrupção e não é difícil que os agentes da ordem interna venham a usá-lo como plataforma passional para um assalto ao poder¹⁸³; Ainda agora, numa atitude que está a pedir a mais enérgica providência, a CBD subverteu todo o espírito da sadia competição esportiva, modificando, à última hora e com inconfessável propósito de atender interesses particulares de alguns clubes, o regulamento que seria o atual Campeonato Nacional, ainda em disputa.¹⁸⁴

Fábio Fonseca lembrou ainda de um – à época, recente – caso envolvendo a equipe do Olaria-RJ que, durante a realização do Campeonato Carioca, usou do mesmo expediente do Vasco da Gama, comprando a renda de um jogo. Resultado: foi desclassificado do torneio¹⁸⁵. O deputado se indagava o porquê de a CBD ter tomado uma decisão no caso do Olaria e outra no caso do Vasco. Esta postura heteronômica da Confederação, segundo Fonseca “*vem causando um clamor em todo o território nacional pela moralização e universalização dos critérios adotados por aquele órgão*”.¹⁸⁶

¹⁸³ Fala do deputado federal Fábio Fonseca reportada por *A Gazeta Esportiva*, 17/09/1971. pg. 3. Grifos nossos.

¹⁸⁴ Complemento da fala do deputado Fábio Fonseca, reportado por *Folha de São Paulo*, 17/09/1971. Primeiro Caderno, página 19.

¹⁸⁵ Cf. *Folha de São Paulo*, 17/09/1971. Primeiro Caderno, página 19.

¹⁸⁶ Mais um trecho da fala do deputado Fábio Fonseca, reportado por *Folha de São Paulo*, 17/09/1971. Primeiro Caderno, página 19.

As declarações deste deputado merecem especial atenção. Elas denotam seu reconhecimento de que o futebol, uma paixão da opinião pública (sic), deveria ser alvo de uma legislação especial. Mais do que isto, reconhece a capacidade de controle social inerente a ele e afirma ainda que ele poderia ser usado como uma plataforma passional para um assalto ao poder.

O deputado Fábio Fonseca aparentemente captou a essência do planejamento feito pelos dirigentes militares da Arena no que se tocava à gestão dos esportes, e principalmente do futebol, no país. Tal como havia sido feito durante a Copa de 1970, o futebol continuava exercendo para Médici a função de plataforma passional para o poder, exatamente como fora pretendido por Costa e Silva às vésperas do AI-5. O projeto dos ‘linha-dura’ para o futebol não poderia ter sido definido de forma mais eficiente.

Este deputado enxergava ainda na CBD o foco da gestão e organização do futebol como instrumento de promoção política do regime.

Na medida em que pertencia ao partido de oposição à Arena, este emedebista enxergou na investida contra o comando e o comandante do futebol no país um ataque a uma das principais bases de sustentação de Médici: o futebol brasileiro.

A princípio, o pedido da realização de uma CPI para investigar a CBD foi recebido com certo deboche, principalmente pelo fato de o governo já ter protegido Havelange de uma investida anterior na ocasião da saída de Saldanha da seleção brasileira, um assunto esportiva e politicamente muito mais relevante para o governo do que a mudança de regras de um campeonato de clubes. Para agravar o desprezo inicial, havia ainda o fato de se tratar de um deputado emedebista tentando investir contra o poder da Arena.

A coisa tomou contornos mais sérios quando Ardinall Ribas, dirigente do Maringá AC do estado do Paraná e membro da Arena recolheu na Câmara dos deputados os votos necessários para a instalação de uma CPI¹⁸⁷. O jornal afirma que quando o líder do governo na Câmara tomou ciência de que a CPI poderia de fato acontecer, cogitou inclusive impedir por conta própria que o pedido de Ardinall fosse encaminhado aos responsáveis, mas então já era tarde demais para reverter.

Neste momento vale a pena interromper a história para detalhar a distribuição por partido das assinaturas no pedido de CPI na CBD encabeçado por Ardinall Ribas, conforme apresentado no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1.

Conforme coloca o jornal, das 105 assinaturas colhidas por Ribas, 60 eram de emedebistas e 45 de arenistas. O fato de o pedido de CPI ter sido assinado majoritariamente por membros do MDB já seria por si só bastante sugestivo, mas toma dimensões ainda maiores diante da proporção de deputados por partido na Câmara:

¹⁸⁷ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 20/09/1971. pg. 4.

neste momento, o MDB contava com 86 representantes. Portanto, cerca de 70% dos deputados do MDB assinaram o pedido de CPI. A Arena contava com 223 representantes, ou seja, cerca de 20% de seus representantes assinaram o pedido. A distribuição dos votos para a implementação de uma CPI na CBD é ilustrada nos gráficos abaixo.

GRÁFICO 2.

GRÁFICO 3.

Diante da proporção de assinaturas por partidos, torna-se nítido que o tema opôs o interesse dos dois únicos partidos do país e deu margem para que o MDB conseguisse, surpreendentemente, ter possibilidades reais de derrubar a parcela da estrutura de poder que foi montada pelos militares arenistas em torno da CBD e do futebol.

Diante desta situação, a resposta dada pelos líderes do governo aconteceu totalmente de acordo com o esperado: Pereira Lopes, o presidente da Câmara devolveu o pedido de

CPI a Ardinial Ribas, negado. Além disso, Geraldo Freire – o líder do governo na Câmara – advertiu que nenhum deputado da Arena poderia tomar qualquer decisão sem acordo prévio com a liderança do governo.¹⁸⁸

A realização de uma CPI na CBD poderia colocar em risco muitas coisas, sendo a mais importante delas a ‘plataforma passional para o poder’, que havia sido cuidadosamente erigida pelos militares com o inestimável apoio operacional de João Havelange e da CBD. Diante da desproporção de poder partidário gozada pela Arena dentro das Câmaras e do Executivo, não seria plausível imaginar que o MBD pudesse emplacar qualquer medida que colocasse em risco a estabilidade do poder arenista, mesmo porque a proposta de CPI só ganhou contornos sérios após um membro da própria Arena ter abraçado esta causa, possivelmente sem ter consultado previamente suas lideranças partidárias, que imediatamente abortaram o pedido. O que mais chamou a atenção neste capítulo foi a prontidão com que as lideranças da Arena agiram para, novamente, blindar a CBD de João Havelange das ameaças sofridas. Este caso evidencia que Havelange não corria riscos à frente da entidade.

Poder Judiciário: o caso César

O último caso a ser analisado neste capítulo refere-se à história protagonizada pelo atacante da Sociedade Esportiva Palmeiras, César Augusto da Silva Lemos, popularmente conhecido como ‘César Maluco’.

¹⁸⁸ A *Gazeta Esportiva*, 23/09/1971. capa.

O caso protagonizado por este temperamental jogador começa durante o campeonato paulista de 1972: na tarde do dia 16 de Julho desse ano aconteceu um jogo entre Palmeiras e XV de Piracicaba no estádio Palestra Itália, em São Paulo. Em pleno território palmeirense, o árbitro expulsou Luís Pereira, defensor do Palmeiras, alegando que este tinha dado uma cabeçada em Ademir, jogador do XV. Pereira dizia não ter feito nada¹⁸⁹. Além da expulsão do melhor defensor do Palmeiras, o árbitro “*andou falhando na marcação de algumas faltas e impedimentos*”¹⁹⁰, e “*no final, foi muito criticado pelos palmeirenses*”¹⁹¹.

Tamanha foi a irritação dos anfitriões do jogo com a arbitragem que, após o término da partida, o árbitro do jogo, Renato de Oliveira Braga, foi interpelado por Domingos Iancone, um dirigente do clube paulistano, que se aproximou e disse:

Vagabundo, sem vergonha, veio aqui só pra prejudicar meu clube. Se não querem que o Palmeiras seja campeão, por que não dão o título ao São Paulo de uma vez?¹⁹²

Juntamente com Iancone, outros dirigentes e até jogadores da SE Palmeiras se aproximaram do árbitro para tirar satisfações sobre seu desempenho com o apito. Segundo o jornal Folha de São Paulo, a sequência dos fatos foi a seguinte:

Os palmeirenses já estavam com raiva do juiz há muito tempo, e mal terminou o jogo tentaram partir para cima dele a pontapés. Os guardas procuraram cercá-lo, para evitar uma pancadaria. Foi quando César, que estava com o pessoal do banco de reservas, tentou alcançar o juiz também. [...] Bastante protegido, finalmente Renato de Oliveira Braga conseguiu sair do campo e entrar no seu vestiário, escapando por pouco da fúria dos palmeirenses.¹⁹³

¹⁸⁹ Cf. *Folha de São Paulo*. 17/07/1972. Primeiro Caderno, página 17.

¹⁹⁰ Cf. *Folha de São Paulo*. 17/07/1972. Primeiro Caderno, página 17.

¹⁹¹ Cf. *Folha de São Paulo*. 17/07/1972. Primeiro Caderno, página 17.

¹⁹² *Folha de São Paulo*. 17/07/1972. Primeiro Caderno, página 17.

¹⁹³ *Folha de São Paulo*. 17/07/1972. Primeiro Caderno, página 17.

Sobre estes acontecimentos, o árbitro fez o seguinte relatório (que foi corroborado pelo representante Gualter Galdão):

Ao final da partida, quando me dirigia para o vestiário, em companhia dos auxiliares e do representante, ao aproximar-me do túnel de acesso, fui agredido com um pontapé desferido por Domingos Iancone, diretor do Palmeiras, que atingiu-me na perna esquerda. Em seguida à ocorrência, fui agredido pelo atleta César Augusto, com uma cabeçada que atingiu-me o rosto. O referido atleta não participou da partida, mas encontrava-se na boca do túnel de acesso, naquele momento.¹⁹⁴

César foi acusado pelo árbitro de tê-lo agredido naquela ocasião e foi posteriormente levado a julgamento pelo Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Paulista de Futebol. A entidade puniu o atleta com uma suspensão de 06 meses dos campos de futebol do país.¹⁹⁵

Depois de a sentença ter sido divulgada, o advogado de César e da SE Palmeiras ainda tentou recorrer, mas não foi bem sucedido. Derrotado na justiça esportiva, Pedro Andrade – o advogado do Palmeiras – decidiu levar o caso às últimas consequências e foi à Justiça Comum.

Ocorrido e julgado em Julho de 1972, caso ficou relativamente esquecido por alguns meses, até que nos últimos dias de Outubro de 1972 a CBD foi agitada por uma surpreendente notícia: o juiz federal da 1ª Vara de São Paulo, Luis Rondon Teixeira Magalhães, concedeu uma liminar favorável a César e ao Palmeiras, que lhe autorizaria a voltar aos campos de futebol imediatamente¹⁹⁶. Suas palavras sentenciais foram que

¹⁹⁴ Trecho do relatório elaborado pelo árbitro Renato de Oliveira Braga reportado pelo *Folha de São Paulo*, 18/07/1972. Primeiro Caderno, página 30. Grifos nossos.

¹⁹⁵ *Folha de São Paulo*, 26/07/1972. Primeiro Caderno, página 28.

¹⁹⁶ Cf. *Folha de São Paulo*, 01/11/1972. Terceiro Caderno, página 10.

*“As razões constantes da petição inicial aconselham que a impetração, ‘si et in quantum’ seja processada com liminar, que fica assim deferida.”*¹⁹⁷

Esta decisão foi sentida como uma agressão por parte da CBD, que se deparou com a erosão de sua soberania no campo esportivo diante da emissão daquela liminar. Tão logo soube da notícia, o presidente em exercício da entidade, Silvio Pacheco, declarou:

Depois dessa decisão, todos os atos (da Justiça) desportivos perderam seu valor. E não é só isso. As leis desportivas são internacionais. Os julgamentos dos tribunais desportivos são acatados em todo o mundo. Tudo é regulamentado pela FIFA, e a CBD, como sua filiada, tem que obedecer às suas determinações. Temos agora de estudar uma atitude, pois o nosso esporte pode agora chegar ao caos.¹⁹⁸

Diante do revés jurídico sofrido pela CBD, a reação imediata de João Havelange foi ir até Brasília para averiguar se seria possível o presidente do Tribunal Federal de Recursos suspender a execução da liminar dada pelo juiz Luis Magalhães. Descobriu que isto não aconteceria porque o esporte – disse-lhe o ministro Armando Rollemberg, o presidente do tribunal – não figura entre as hipóteses permissivas de suspensão de liminar ou segurança dada por juiz federal¹⁹⁹. A CBD e seus dirigentes teriam que se resignar e aceitar a decisão judicial emitida, coisa que não aconteceu.

Quatro dias após a ida de Havelange a Brasília, o assessor jurídico da CBD, Valed Perry, foi encontrar-se pessoalmente com o juiz Luis Rondon Teixeira de Magalhães, para lhe entregar um pedido de reconsideração da liminar concedida a César. Este juiz afirmou a Perry, entretanto, que não deferiria o pedido de reconsideração, e que

¹⁹⁷ Trecho da sentença de Luiz Rondon Teixeira Magalhães, em 01/11/1972. *Folha de São Paulo*, Terceiro Caderno, página 10.

¹⁹⁸ Fala de Silvio Pacheco retirada da *Folha de São Paulo*, 01/11/1972. Terceiro Caderno, página 10.

¹⁹⁹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 03/11/1972. Página 5.

manteria a liminar até o pronunciamento da decisão final da matéria, que deveria acontecer dentro de dez dias úteis.²⁰⁰

Diante de mais um insucesso nas tratativas com o poder judiciário, Perry afirmou, em entrevista, que a CBD estava disposta a ir até as últimas consequências para fazer valer os regulamentos da entidade:

O que [Valed Perry] deu a entender foi que a diretoria da CBD, caso o Palmeiras se disponha mesmo a fazer César jogar sob a proteção de liminar concedida pela Justiça Federal, cassará os pontos que por ventura o alviverde vier a conquistar com o jogador incluído nessas condições. E se posteriormente houver um mandato de segurança contra essa medida, a CBD poderá ir até o limite da suspensão do campeonato nacional, com todas as consequências que seu ato possa provocar.²⁰¹

Frente às ameaças exteriorizadas por Perry e do risco de não ser convidado²⁰² pela CBD para a disputa do Campeonato Nacional de 1973, imediatamente a SE Palmeiras colocou-se em contato com Valed Perry afirmando-lhe que não escalaria César Maluco para jogar enquanto seu caso não fosse definitivamente resolvido²⁰³. O aviso aliviou os dirigentes da Confederação, que dessa forma teriam tempo suficiente trabalhar nos bastidores uma forma de fazer valer sua hegemonia dentro dos assuntos esportivos nacionais.

Pouco menos de uma semana depois, entretanto, o juiz Luis Magalhães deu o golpe de misericórdia na CBD:

Se não há lei, não há crime a punir. E, dado que inexistente lei competente, votada pelo Congresso Nacional, sancionada pelo sr. Presidente da República e regularmente publicada para ter valor (quer para a aplicação de sanções, quer para a criação dos tribunais de Justiça Esportiva), evidente que os impetrantes não poderiam ser punidos no âmbito da Inconstitucional Justiça Desportiva da Federação Paulista de Futebol; mas, apenas na forma da Lei Penal competente, art. 129 do Código Penal ou artigo 21 da Lei das Contravenções Penais. [...] Por tais fundamentos, decreto a

²⁰⁰ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 07/11/1972. Página 20.

²⁰¹ *A Gazeta Esportiva*, 07/11/1972. Página 20. Grifos nossos.

²⁰² Cf. *A Gazeta Esportiva*, 02/11/1972, Capa.

²⁰³ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 08/11/1972, página 3.

inconstitucionalidade das deliberações do Conselho Nacional de Desportos, referidas nesta sentença, na parte que atingem os direitos individuais, ressalvando a legalidade do poder regulamentar do CND; e, em consequência, julgo nulas de pleno direito e de nenhum efeito, as punições impostas aos Impetrantes.²⁰⁴

“Falece de competência ao CND para estabelecer sanções de caráter penal, matéria que é da reserva da Lei. Os códigos devem ser instituídos por Lei. A matéria não pode ficar contida no arbítrio de simples regulamentos ou de uma deliberação. Não pode o atleta ficar sujeito ao arbítrio de uma autoridade administrativa não adstrita a nenhuma limitação de ordem superior e, portanto, propensa à prática de abuso e ilegalidade.”²⁰⁵

As palavras da sentença do Juiz Luis Magalhães são claríssimas: o CND não possui competência para estabelecer punições de caráter penal. Um atleta não pode ficar sujeito ao arbítrio de uma autoridade administrativa que é propensa à prática de abuso e ilegalidade, justamente por não estar submetida a nenhuma limitação de ordem superior. Além do mais, entende o magistrado, o CND estava interferindo nos direitos individuais de César – o direito de trabalhar, neste caso –, coisa que não poderia ser feita senão pela Lei Penal, que nada poderia acrescentar a este caso. Magalhães decretou, portanto, a nulidade de todas as leis do CND e do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Paulista de Futebol.

Com esta sentença, a Justiça Comum estava colocando a CND e principalmente a CBD em uma posição delicadíssima: a de completa submissão a ela própria – à Justiça Comum. Mantida esta decisão, os dirigentes da CBD teriam que acatar e se submeter a todas as eventuais ações que fossem empreendidas por atletas, clubes e quaisquer outras entidades que por ventura decidissem – e lograssem – processar a entidade no âmbito da Justiça Comum.

²⁰⁴ Trecho da sentença final de Luis Rondon Teixeira Magalhães, na qual afirma a inconstitucionalidade das deliberações do CND e da Justiça Desportiva da Federação Paulista de Futebol. *A Gazeta Esportiva*, 13/11/1972, página 52. Grifos nossos.

²⁰⁵ Trecho da mesma sentença, reportada agora pela *Folha de São Paulo*, 17/11/1972, página 24. Grifos nossos.

Ciente do perigo que esta decisão representava à CBD, Valed Perry imediatamente deu entrada na 1ª Vara da Justiça Federal o agravo contra a sentença prolatada pelo titular da Vara. Neste agravo, assinado pelo próprio Perry, a CBD contesta os fundamentos da sentença promulgada, e pede ao Tribunal Federal de Recursos a sua reforma.²⁰⁶

Exatamente uma semana após o envio do agravo de Perry ao Tribunal Federal de Recursos, o ministro Armando Rollemberg, presidente deste Tribunal, suspendeu a sentença emitida duas semanas antes por Luis Magalhães e tornou novamente válida a suspensão de César:

Alegam as requerentes [FPF e CBD] que a sentença [favorável a César] tendo declarado inconstitucionais as deliberações do Conselho Nacional de Desportos pelas quais foram criados os órgãos de Justiça Desportiva e baixada [sic] às normas disciplinadoras das competições futebolísticas, deixou a estes últimos [CND e TJD] sem regulação apta à manutenção da disciplina, com o que a aplicação da mesma sentença poderá resultar grave lesão à ordem desde que tais competições “são a paixão do povo e se desenvolvem em clima altamente emocional, sendo frequentes os incidentes que partem de jogadores, técnicos e dirigentes”. [...] A lei 4348, de 26/06/1964; no seu artigo 4º., compete ao presidente do Tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender a execução de liminar ou sentença, ao requerimento de pessoa jurídica de direito público, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública. [...] A sentença contra a qual se dirige para conceder a segurança, declarou inconstitucionais, e, por isso, inaplicáveis, as resoluções 3/56, 7/76, 7/68, 12/68 do Conselho Nacional de Desportos, que determinaram a adoção do Código Brasileiro Disciplinar de Futebol. [...] Afastadas de aplicação as regras contidas em tais documentos, resultará que as competições futebolísticas realizadas no país ficam a carecer de normas disciplinares essenciais à manutenção da ordem, o que se reveste de significação tanto maior quanto, no momento, se está realizando o campeonato Nacional do esporte preferido dos brasileiros, com participação de clubes de quase todos os Estados da Federação, apaixonando os respectivos aficionados e criando clima emocional que pode levar a grandes desordens.²⁰⁷

É importante notar que o tal ministro não negou, em momento nenhum, o direito individual de César de trabalhar no texto de sua sentença. A lei na qual este ministro se apoia é de 26/06/1964 e foi editada, portanto, após o golpe militar daquele mesmo ano.

²⁰⁶ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 21/11/1972. Páginas 6 e 7.

²⁰⁷ Trecho do texto da decisão do presidente do TRF, o ministro Armando Rollemberg. Em *Folha de São Paulo*, 28/11/1972. Primeiro Caderno, página 40. Grifos nossos.

Ele fundamentou sua argumentação na 'manutenção da ordem', elemento constitucional inserido pelos próprios militares, e que veio muito bem a calhar para a CBD e João Havelange naquele momento. Na ausência desta lei²⁰⁸ e da boa-vontade do ministro Rollemberg, o presidente do Tribunal Federal de Recursos, certamente a CBD teria perdido esta batalha.

O último caso e os dois anteriores demonstram como os três poderes da República se empenharam, ao menos uma vez cada um, em defender a integridade da Confederação Brasileira de Desportos contra os ataques sofridos por diversos lados.

É importante notar que o primeiro dos três casos – o de João Saldanha – aconteceu em 1970, e o último caso – o de César Maluco – aconteceu em 1972. Os três casos, portanto, aconteceram durante a presidência de Emílio Garrastazu Médici, cuja preocupação com o futebol nacional era notável.

A CBD foi substantivamente defendida pelos três poderes porque era uma entidade que se constituía como uma importante ferramenta do governo militar e principalmente do presidente Médici que, dos presidentes militares, foi o que mais se utilizou do futebol brasileiro – e do esporte de maneira geral – para autopromoção política.

²⁰⁸ Lei que respaldou o argumento de que seria necessário manter a ordem diante do clima emocional gerado pelo Campeonato Nacional de Futebol.

CAPÍTULO 6

O campo esportivo brasileiro após 1970

O futebol na promoção do regime

A Copa de 1970 foi a cereja do bolo no planejamento que Médici e seus aliados haviam feito para a administração. Se a ideia a ser seguida era a de legitimar politicamente o estado de exceção por meio das demonstrações de progresso e de sucesso do país, a conquista do tricampeonato mundial de futebol pelo país não poderia ter vindo em hora melhor.

Médici havia promovido, desde seu ingresso na presidência da República, uma aproximação tanto dos administradores do esporte brasileiro quanto dos jogadores de sua seleção; o presidente se esforçou para atrelar sua imagem à seleção de futebol, e houve um esforço midiático – forçado ou não pelo governo – em enaltecer a importância do torneio mundial que estava por vir. Ao mesmo tempo, o governo também se preocupava em fixar a importância do nacionalismo e do amor à pátria não só em suas campanhas publicitárias, mas também nos eventos cívicos como a comemoração da independência do país, ou da proclamação da república. A seleção brasileira ficou incumbida de representar este nacionalismo. E o investimento publicitário e financeiro realizado pelo governo sobre a seleção de futebol trouxe retornos incalculáveis: antes mesmo que o presidente pudesse tomar qualquer iniciativa

no sentido de capitalizar politicamente o tricampeonato, o povo já havia saído às ruas gritando “Brasil! Brasil!”.

A Copa de 1970 completou um serviço que nem 100 anos de publicidade oficial maciça poderiam ter feito: a conquista da Taça Jules Rimet fez com que o ‘orgulho de ser brasileiro’ e o nacionalismo – elemento tão caro a governos autocráticos – emanassem espontaneamente dos espíritos populares embriagados de orgulho com o ‘Brasil’, o único tricampeão mundial. A imagem do ‘Brasil Grande’ não precisaria ser construída pela publicidade; ela já era um fato consumado, público, acessível a quem quisesse ver. O único trabalho que o governo teria deste momento em diante seria o de perpetuar o sentimento nacionalista despertado na população pelos 4x1 obtidos diante dos olhos de todo o mundo no Estádio Azteca. E o início desse trabalho se deu praticamente de forma imediata.

Menos de uma semana após a conquista em terras mexicanas, Médici nomeou Sérgio Paulo Freddi como chefe da Representação da Assessoria Especial de Relações Públicas de Presidência da República²⁰⁹ (AERP) para a cidade de São Paulo. A AERP foi instituída por Médici para cumprir o papel de aproximar as autoridades da opinião pública²¹⁰; era o órgão de publicidade do governo. Sobre as campanhas da AERP, o sociólogo Joelson Beting escreveu à época:

Quem está sabendo desfrutar do universalismo da imagem é esse novo e inteligente anunciante chamado Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, a AERP. Os filmes de TV que estão promovendo o patriotismo sem patriotada, a partir de apelos éticos e morais, baseados em anseios e padrões de comportamento, são lições de profissionalismo em propaganda: as peças, 10 mil cruzeiros cada, seduzem, envolvem e convencem. O telespectador, enfiado de mensagens comerciais de eficácia discutível, ‘consome’ com respeito e enlevo, os filmes promocionais que exploram, com perfeição técnica, os ‘pontos de venda’ de um produto chamado Brasil: trabalho, educação, desenvolvimento, poupança, comunhão

²⁰⁹ Cf. *Folha de São Paulo*, 25/06/1970. Primeiro Caderno, p.3.

²¹⁰ Cf. *Folha de São Paulo*, 19/09/1970. Primeiro Caderno, p.3.

familiar, esforço coletivo e orgulho nacional. [...] A ‘ideologia do desenvolvimento’, contida utilmente nos filmezinhos da AERP, consagra a teoria da ‘coesão social’ de Durkheim, para quem a sociedade tem maior tendência de se manter unida do que se desintegrar.²¹¹

A publicidade oficial buscava persuadir a opinião pública ao agregar em suas campanhas o tricampeonato de futebol e um ciclo de crescimento inédito na história nacional: em 1969, o país obteve 9,5% de crescimento do Produto Interno Bruto, 11% de expansão do setor industrial e inflação estabilizada pouco abaixo dos 20% anuais. Depois de quinze anos de virtual estagnação, as exportações chegaram a US\$ 1,8 Bilhão, com um crescimento de 23% em relação ao ano anterior. A indústria automobilística estava a pleno vapor, e a construção civil se ativou de tal forma que chegou a faltar cimento. O Brasil se tornou a décima economia do mundo, a oitava do ocidente, a primeira do hemisfério sul.²¹²

Médici estava colhendo os frutos das reformas institucionais realizadas pelos governos Castello Branco e Costa e Silva; foi beneficiado pelas condições excepcionalmente favoráveis do mercado mundial, que permitiram que a economia brasileira seguisse numa inflexão ascendente, expandindo-se a taxas espetaculares: 8,8% em 1970; 13,3% em 1971; 11,7% em 1972; 14% em 1973.

O governo festejava o progresso associando-o ao imaginário do ‘desenvolvimento nacional’, e por meio da AERP propagandeava os progressos realizados em todas as áreas do governo: o ministério de Minas e Energia revelou a descoberta de excepcionais jazidas de urânio no Nordeste e anunciou a compra de uma usina atômica, a ser montada em Angra dos Reis; Médici determinou a construção da rodovia Transamazônica, que rasgaria 2280 quilômetros de mata tropical, ligando o Maranhão ao Acre; a Embraer

²¹¹ *Brasil, novo produto*. Coluna de Joelmir Beting, em *Notas Econômicas* do jornal *Folha de São Paulo*, 10/11/1970. Grifos nossos.

²¹² Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Página 207.

recebeu US\$ 230 milhões para fabricar o primeiro jato brasileiro. Acelerou-se a abertura dos metrô do Rio de Janeiro e de São Paulo, e anunciou-se a construção da ponte Rio-Niterói²¹³. A oposição, que em 1968 pedia “democracia e desenvolvimento”, se viu diante de um governo que oferecia ditadura e progresso.

Ao mesmo tempo em que a ideologia montada ao redor do ‘Brasil Grande’ proliferava pela publicidade institucional, os grupos de esquerda que haviam optado pela luta armada sofriam cada vez mais. A tortura se converteu em uma prática institucional que era repudiada publicamente, mas era aceita internamente, sob o pretexto dos imperativos maiores da Razão de Estado²¹⁴. A ação da AERP contribuiu para que a percepção das dimensões do ‘milagre econômico’ brasileiro fossem ainda mais ampliadas e as da repressão e controle dos dissidentes, diminuídas.

O progresso industrial, somado a todos os acontecimentos positivos da economia, fazia com que o governo tivesse material suficiente para fazer com que a opinião pública ficasse extasiada com o momento vivido pelo país. O objetivo do governo com a AERP era demonstrar que o projeto de país desenhado pelos tecnocratas que estavam à frente da coalizão dominante – acompanhados dos militares da linha dura – havia dado certo.

Se o tricampeonato mundial de futebol, associado à publicidade dada aos sucessos do país no campo da economia, fez estourar a sensação de que o país passava por um momento de ‘magia’, então as conquistas esportivas não poderiam ser esquecidas pelos candidatos da situação a cargos legislativos nos momentos de suas respectivas campanhas políticas. E os dirigentes do governo ressaltavam que os sucessos esportivos deveriam também constar nas campanhas:

²¹³ Cf. Gaspari, op. cit., pp. 209-210.

²¹⁴ Cf. Cruz e Martins, op. cit., pp. 42-3

O deputado Rondon Pacheco, presidente nacional da ARENA, recomendou ontem, durante reunião do Diretório Nacional do partido com as bancadas no Senado e na Câmara, que todos os candidatos às eleições legislativas deste ano insistam durante a campanha na tônica de otimismo e da confiança, ressaltando sempre as grandes realizações do governo federal. [...] Além de ressaltar os aspectos administrativos do governo, os candidatos devem durante a campanha, segundo a recomendação do deputado Rondon Pacheco, estabelecer uma conotação de otimismo também em outros setores da vida nacional. Assim, os candidatos deverão destacar a vitória do Brasil na Copa do Mundo, o vice-campeonato mundial de basquete, os feitos dos tenistas, do hipismo e do vôlei nacional.²¹⁵

A intenção de capitalizar politicamente as conquistas esportivas da época não era velada. Muito pelo contrário, era ostensivamente difundida, inclusive como artifícios publicitários a serem utilizados pelo governo para a campanha política dos candidatos de seu partido.

Além da capitalização política das conquistas esportivas, o governo tinha outras ideias para levar adiante sua autopromoção. Entre eles estava o Plano de Integração Nacional (PIN), que envolveria obras de grandes dimensões abrangeria diversos setores do país como um todo. Este plano foi uma das principais bandeiras políticas do governo Médici, mas suas diretrizes só se tornaram públicas – de forma premeditada ou não – após a conquista do tricampeonato.

No setor de transportes, o principal projeto era a construção da rodovia Transamazônica, que ligaria o litoral nordestino até o estado do Acre. O ministro dos transportes, Mário Andreazza, expôs quais eram as prioridades do Plano de Integração Nacional no setor de transportes:

1- Conexão da malha rodoviária do Nordeste e com o sistema rodoviário do Alto Amazonas; 2 – Contemplação do sistema fluvial, procurando interceptar os terminais navegáveis afluentes do grande rio; 3 – Integração dos principais núcleos populacionais das regiões Sul e Norte do país; 4 – Aproveitamento das faixas de solo mais favoráveis para a colonização, e o estabelecimento de atividades agropecuárias; e 5 – acesso às regiões que apresentem ocorrência de jazidas minerais com possibilidade de exploração econômica.²¹⁶

²¹⁵ Folha de SP, 03/07/1970. Primeiro Caderno, página 03. Grifos nossos.

²¹⁶ Folha de São Paulo, 02/07/1970. Primeiro Caderno, página 3.

O ministro em questão argumentava que 50% do território brasileiro era ocupado pela Amazônia, ao passo que apenas 3,8% da população brasileira residia nesta região. Mais que ocupá-la, Andreazza tinha em mente a intenção de, por meio da construção de vias terrestres, ampliar a capacidade de produção e extração dos recursos naturais abundantes na região.

Além da ocupação da região amazônica, outro ponto levado adiante pelo plano de integração nacional foi o desenvolvimento da região Nordeste. Uma das iniciativas adotadas nesse sentido foi o apoio à irrigação das terras do sertão nordestino, já que a seca é um problema crônico da região. Sobre o Nordeste, o Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Veloso afirmou as seguintes palavras:

Sinceramente, não acredito que seja possível manter o ritmo de industrialização do Nordeste e dar à região condições de se desenvolver em taxas superiores a sete por cento ao ano, na década de 70, se não houver ênfase na construção de sua infraestrutura agrícola, para que as populações que estejam na região semiárida, subempregadas, operando a baixíssimos níveis de produtividade, tenham uma saída pela Amazônia.²¹⁷

Futebol como mecanismo para a promoção da Integração Nacional

O futebol brasileiro não poderia ficar de fora do projeto de integração nacional, mesmo porque foi ele próprio – por meio de sua tricampeã seleção – o instrumento catalizador da ‘avalanche nacionalista’ em cuja esteira foi inserido o referido projeto. E o futebol não só foi incluído como tornou-se também um dos instrumentos mais caros à tarefa da integração nacional.

²¹⁷ Trecho da fala do Ministro do planejamento João Veloso, reportado por *Folha de São Paulo*, 26/06/1970. Primeiro caderno, página 3.

De acordo com as palavras de Aurélio Castelo Branco, superintendente das Loterias da Caixa Econômica Federal, a própria Loteria Esportiva já havia sido um primeiro passo para promover a integração nacional. Ele dizia que “*seu fito único e exclusivo [refere-se à Loteria Esportiva] é a integração nacional pelo futebol*”.²¹⁸

A Loteria Esportiva era um jogo que impelia seus apostadores a acompanharem o desempenho não somente das equipes de seus respectivos estados, mas também dos outros estados do Brasil, uma vez que, em cada concurso, o apostador devia palpar sobre os resultados de diferentes jogos – majoritariamente do Campeonato Brasileiro, mas também dos estaduais – que aconteciam sobre todo o território nacional. Dessa forma, um apostador do Rio Grande do Sul teria que saber minimamente as possibilidades de um clube do Amazonas de vencer um jogo, e vice-versa.

Durante a implementação das medidas do plano de integração nacional, as regiões Nordeste e Norte tornaram-se cada vez mais presentes nos grandes eventos futebolísticos que ocorreram no país. Neste ponto, deve-se destacar dois eventos centrais: o Campeonato Brasileiro – ou Campeonato Nacional – realizado anualmente, e a Taça da Independência, que seria realizada em 1972 em comemoração aos 150 anos de aniversário da Independência do Brasil.

A Taça da Independência foi planejada para ser um torneio de seleções nacionais semelhante à Copa do Mundo, algo como uma ‘Mini Copa’. Sua realização no Brasil visou prolongar o prestígio obtido pela seleção brasileira com o tricampeonato. As variáveis e os atores envolvidos na organização da Mini Copa de 1972 transcenderam o campo político e o campo esportivo brasileiros, coisa que não aconteceu com as variáveis envolvidas na mudança de feição do Campeonato Nacional. Por esta razão,

²¹⁸ Palavras de Aurélio C. Branco, reportadas por *A Gazeta Esportiva*, 23/09/1970. pg. 6.

este capítulo se focará exclusivamente nas mudanças promovidas pela CBD no Campeonato Brasileiro; a ‘Mini Copa’ será tratada no capítulo seguinte.

Um campeonato para o Brasil

Como já foi colocado anteriormente, o embrião do Campeonato Brasileiro foi o torneio Rio-São Paulo que, apesar de ter sido disputado pela primeira vez em 1933, só passou a ser realizado anualmente²¹⁹ a partir de 1950. Já no começo da década de 1960, este torneio passou a ser chamado²²⁰ também por ‘torneio Roberto Gomes Pedrosa’, embora até 1966 fosse ainda disputado exclusivamente por clubes paulistas e cariocas.

Foi exatamente no ano de 1967 que os termos ‘torneio Roberto Gomes Pedrosa’ e ‘Torneio Rio-São Paulo’ deixaram de ser sinônimos, com o ingresso de clubes do estado do Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Reiterando a informação: entre os anos de 1967 e 1970 o ‘Robertão’ foi um torneio excludente já em sua própria concepção, que era reunir num só certame os clubes mais fortes do país, tanto pelo aspecto técnico quanto pelo aspecto financeiro – este último medido pelas rendas atingidas durante os jogos.

Em 1971, o ‘Robertão’, ou ‘Roberto Gomes Pedrosa’ ou mesmo ‘Taça de Prata’ foi abandonado. Em seu lugar foi criado o ‘Campeonato Nacional’, ou também chamado de ‘Campeonato Brasileiro’. Essa mudança de nome não se deu aleatoriamente: refletia a mudança da premissa que norteava sua razão de ser.

²¹⁹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 10/10/1969, página 18.

²²⁰ Cf. *Folha de São Paulo*, 14/02/1963. Primeiro Caderno, página 33.

A ideia que orientava a realização do ‘Robertão’ era o alto rigor técnico e econômico para a seleção dos clubes que dele participariam. Seu objetivo primeiro foi reunir exclusivamente os maiores clubes do Brasil e produzir, dessa forma, as melhores rendas possíveis – justamente o fator que tornava o campeonato atraente e interessante para os clubes. O ‘filtro’ para o Robertão era tão rigoroso que o número de clubes participantes nunca ultrapassou o limite de 17. Vale notar que este filtro era, antes de tudo, uma necessidade: os clubes de futebol não contavam com fontes externas de financiamento que lhes bancassem, por exemplo, as viagens pelo país, os salários de jogadores, a manutenção de estádios, além de outros gastos operacionais. A CBD não poderia se dar ao luxo de incluir no torneio clubes de pequeno apelo, cuja torcida fosse tão pequena a ponto de as rendas de seus jogos não serem suficientes sequer para pagar a viagem do adversário, quando visitante. O alicerce financeiro do RGP eram as rendas dos jogos.

Com a instituição do ‘Campeonato Brasileiro’, as coisas mudaram. É verdade que as mudanças entre os anos de 1970 e 1971 não foram muito radicais: o número de clubes participantes foi aumentado somente em três clubes: um representante a mais para MG (América) e PE (Sport Clube Recife) e a criação de uma vaga para o CE (Ceará Sporting Club). Estes três clubes possuíam relativa tradição esportiva e – talvez com exceção do clube mineiro, que teve problemas com isso posteriormente – torcidas numerosas em seus estados.

O primeiro ano no qual o ‘passo’ no sentido da integração nacional seria sentido com mais intensidade foi 1972. Neste ano, ingressaram no torneio um representante do estado do Pará (Remo), um do Amazonas (Nacional), um do Sergipe (Sergipe), um de Alagoas (CRB), mais um da Bahia (Vitória) e um do Rio Grande do Norte (ABC).

Amazonas, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, com as belas praças esportivas que tiveram oportunidade de mostrar ao mundo [o jornal se refere aos jogos da Taça Independência de 1972 que foram realizados também nesses estados], em hipótese alguma, poderiam permanecer de fora da Taça de Prata [sic]. Os estádios foram construídos com o objetivo de serem palco de grandes espetáculos e a decisão da CBD foi um prêmio ao esforço dos seus dirigentes. Até o Pará foi obrigado a ampliar o estádio do Remo para garantir sua vaga.²²¹

O trecho acima evidencia que os clubes escolhidos para debutar no Campeonato Nacional em 1972 foram agraciados porque seus respectivos estados haviam sido recentemente dotados de estádios de futebol com grandes dimensões, os quais – com exceção do Pará – foram inclusive utilizados durante a Taça da Independência.

Além da presença na disputa do Campeonato Nacional, os clubes do Norte e Nordeste também receberam aval para pegarem dinheiro emprestado no Banco Nacional do Norte:

Com o objetivo de reforçar as equipes do Norte e Nordeste do país que disputarão o Campeonato Nacional de futebol deste ano, o Banco Nacional do Norte vai conceder empréstimos aos clubes da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Ceará, Pará, Alagoas, Amazonas e Rio Grande do Norte. A iniciativa visa também a obtenção de melhores arrecadações durante o campeonato Nacional, uma vez que essas equipes estarão em condições de fazer frente aos adversários, principalmente às equipes do Sul, tornando as partidas mais emocionantes.²²²

Contudo, ao mesmo tempo em que o Banco Nacional do Norte oferecia empréstimos para que as equipes das regiões Norte e Nordeste pudessem montar equipes competitivas e a CBD brindava com um convite para a disputa do Campeonato Nacional os estados cujos dirigentes esportivos haviam se empenhado para a construção de grandes estádios, a própria Confederação recordava-lhes de que boas rendas seriam vitais para que o convite àqueles estados fosse feito novamente em anos seguintes:

²²¹ *A Gazeta Esportiva*, 30/07/72. Página 05. Grifos nossos.

²²² *A Gazeta Esportiva*, 23/08/1972. Página 07.

Há, porém, uma advertência que deve ser feita desde já. Ninguém vai ter cadeira cativa no Campeonato Nacional de Clubes. Segundo soubemos, a principal alteração do regulamento diz respeito à capacidade técnica e financeira que os clubes terão que comprovar este ano para terem renovada sua inscrição no próximo campeonato. Não há dúvida que será uma medida das mais acertadas da CBD, pois muitos clubes que serão convidados este ano, se fracassarem técnica e financeiramente, não terão condições para permanecerem no próximo ano. Que os 26 clubes que vão disputar a Taça de Prata a partir de 10 de setembro consigam mostrar a sua verdadeira capacidade técnica e financeira, a fim de que possam ter renovados os convites para 73.²²³

É importante observar que todas as novas seis vagas abertas pela CBD para ingresso no Campeonato Nacional entre 1971 e 1972 foram destinadas a estados das regiões Norte e Nordeste, as mesmas duas regiões que eram o foco do plano de integração nacional tocado por Médici.

Se politicamente a decisão era absolutamente coerente com a política de integração nacional encabeçada pelo poder Executivo federal, esportivamente o critério adotado para a participação dos clubes no campeonato não era reputado justo.

Nesse sentido, o primeiro ponto gerador de polêmicas foi o fato de que o critério levado em conta para escolha dos participantes do ‘Nacional’ não foi esportivamente objetivo. Os estados que tinham apenas uma vaga no campeonato Nacional não necessariamente veriam-na preenchida por seus respectivos campeões estaduais, e isto gerou alguns problemas, principalmente no estado do Paraná.

O Coritiba Futebol Clube havia reformado seu estádio para que fosse possível receber nele os jogos da Taça Independência. Por esta razão, antes mesmo que o Campeonato Paranaense de 1972 fosse encerrado, o representante do estado já estava decidido de antemão: por gratidão da CBD, o escolhido era o Coritiba.

²²³ *A Gazeta Esportiva*, 30/07/72. Página 05.

Havelange confirmou o Coritiba pelo admirável trabalho que o clube vem realizando, aprontando seu estádio, atendendo às solicitações da CBD para que Curitiba sediasse jogos da Minicopa.²²⁴

A decisão de Havelange gerou problemas pela seguinte razão: o campeonato paranaense ainda não havia sido encerrado, e o campeão do primeiro turno [primeiro de dois turnos] do certame havia sido exatamente o rival do Coritiba, o Clube Atlético Paranaense.

A indicação do Coritiba em detrimento de seu próprio rival gerou uma celeuma naquele estado sulista. Tamanha foi a preocupação gerada pelo fato de o Atlético, o campeão do primeiro turno do certame estadual, ter ficado de fora do campeonato, que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná chegou a enviar um requerimento a Jarbas Passarinho e a João Havelange solicitando-lhes a inclusão de um segundo time do estado no ‘Nacional’²²⁵. Este requerimento foi indeferido pela CBD, e o Coritiba acabou mesmo por ser o único representante paranaense no Campeonato Brasileiro de 1972.

O caso acima evidencia o fato de que o mérito esportivo já não figurava entre as prioridades da CBD como critério para a escolha dos clubes participantes do Campeonato Nacional. O Coritiba, que depois de ter sido escolhido ainda se sagraria campeão estadual sobre o rival Atlético naquele mesmo ano, não havia sido escolhido por critério técnico, mas sim pelo fato de ter contribuído com a obra da Taça Independência, promovida pela CBD. A indiferença em relação à capacidade técnica das equipes para a escolha dos clubes participantes do Campeonato Nacional fica evidente no seguinte trecho de Abílio de Almeida, diretor de assuntos internacionais da CBD:

Em alguns Estados [refere-se ao Paraná] estão provocando confusão sem qualquer razão. A CBD promove o certame nacional e cabe a ela convidar quem julgar em condições, por vários motivos. Nós não anunciamos ainda os

²²⁴ A *Gazeta Esportiva*, 01/08/1972. Página 7.

²²⁵ Cf. A *Gazeta Esportiva*, 03/05/1972. Página 7.

nomes dos 26 clubes e já há muita polêmica. O melhor é aguardar alguns dias. Quem faz a festa, que é a CBD, tem direito a escolher seus convidados, que são os clubes.²²⁶

A não-utilização de critérios esportivos claros para a escolha dos clubes participantes do Campeonato Nacional não incomodou somente aos políticos paranaenses. O deputado emedebista Júlio Viveiros sugeriu que cada campeão estadual tivesse sua vaga assegurada para a disputa do Nacional, sob a condição de que tivesse em sua cidade um estádio com capacidade igual ou superior a 35 mil pessoas.²²⁷

A resposta a Viveiros veio do próprio Ministro de Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, alguns meses depois:

Não tem sentido a intromissão do poder Legislativo na regulamentação das competições esportivas promovidas pela Confederação Brasileira de Desportos²²⁸, os critérios de participação dos clubes no campeonato nacional podem ser os mais diversos, observando-se aspectos técnicos, financeiros ou mesmo a tradição esportiva. [...] No caso específico do campeonato nacional de futebol [...], o fator financeiro é de alta relevância, e, em algumas vezes, a equipe campeã de um certame estadual pode vir a constituir-se em completo fracasso financeiro ao qual arrastará, fatalmente, os demais participantes, por não reunir condições de popularidade que motivem a assistência aos espetáculos.²²⁹

Dessa forma, o governo militar assegurava à CBD e a seus dirigentes o controle total sobre a escolha dos clubes que participariam do ‘Nacional’, desobrigando esta entidade de seguir qualquer critério objetivo que viesse a interferir em seu arbítrio.

Aqui é importante fazer uma pausa para aprofundar um detalhe: uma vez demonstrado que o mérito esportivo já não era suficiente para assegurar a presença de qualquer clube no Campeonato Nacional, a CBD e seus altos dirigentes passaram receber constantes

²²⁶ Fala de Abília do Almeida reportada por *A Gazeta Esportiva*, em 27/07/1972, página 06. Grifos nossos.

²²⁷ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 19/10/1972, página 8.

²²⁸ Trecho da fala de Jarbas Passarinho reportada por *A Gazeta Esportiva* em 29/05/1973, página 07. Grifos nossos.

²²⁹ Conteúdo do parecer encaminhado à comissão de constituição e justiça pela assessoria parlamentar do Ministério de Educação e Cultura. Reportado por *A Gazeta Esportiva* em 29/05/1973, página 07.

visitas de dirigentes de federações estaduais e até mesmo de prefeitos e governadores que lá chegavam com o intuito de negociar uma vaga no ‘Nacional’ para seu(s) respectivo(s) clube(s).

Dentre os diversos nomes que passaram pela Confederação para tentar a conquista de uma vaga no certame nacional, pode-se mencionar o governador do Piauí²³⁰ Alberto Silva; o governador de Santa Catarina Colombo Sales²³¹; Geraldo Starling Soares, da Federação Brasileira de Futebol e Ministro do Superior Tribunal do Trabalho²³²; e Hélio Prates da Silva, o prefeito de Brasília.²³³

Durante os meses que antecederam o início dos Campeonatos Brasileiros de 1972, 1973 e 1974, a efervescência política ao redor da CBD foi imensa. Diversos políticos, presidentes de federações e de clubes reuniram-se com João Havelange com vistas à conquista uma vaga para o Nacional, uma vez que, com a blindagem dada pelo governo militar, o simples consentimento de Havelange – e somente seu consentimento – seria suficiente para assegurar ou retirar qualquer clube da disputa.

Até mesmo a fórmula de disputa do Nacional podia ser alterada sem maiores problemas pela CBD – se feita com a devida antecedência, é claro – com a finalidade de adaptar a disputa ao número de clubes participantes. Uma mudança de fórmula aconteceu entre 1972 e 1973, quando o número de clubes participantes aumentou de 26 para 40, situação na qual se tornou absolutamente inviável fazer com que todos os clubes jogassem contra todos num período de apenas quatro meses.

²³⁰ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 12/04/1973. pg. 7.

²³¹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 03/04/1973. pg. 13.

²³² Cf. *A Gazeta Esportiva*, 03/04/1973. pg. 13.

²³³ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 07/03/1974, página 7.

Em 1973 a CBD seguiu em sua tendência de amplificar a ‘Integração Nacional’ por meio do futebol e inseriu mais 14 (catorze) clubes no Campeonato Nacional. Dentre os novos estados contemplados estavam Piauí (Tiradentes), Goiás (Goiás), Mato Grosso (Comercial), Espírito Santo (Desportiva Ferroviária), Distrito Federal (CEUB), Santa Catarina (Figueirense) e Maranhão (Moto Club).

Somados aos estados que já haviam participado do campeonato de 1972, agora o Campeonato Brasileiro agregava clubes de 20 diferentes estados brasileiros.

Com o significativo aumento do número de clubes participantes²³⁴, o custo para a organização do campeonato também foi fortemente impactado, principalmente no que tocava ao financiamento das viagens das equipes pelo país. O gasto com passagens aéreas no ano de 1973 foi²³⁵ de Cr\$ 13 milhões. Este dinheiro era retirado da Loteria Esportiva, direcionado ao Conselho Nacional de Desportos (CND) e então repassado aos clubes.

Aqui é importante reiterar a mudança que ocorreu com o passar do tempo entre o ‘Robertão’ e o Campeonato Brasileiro. Até 1970, enquanto nem mesmo a Loteria Esportiva estava institucionalizada, o ‘Robertão’ era organizado de forma que todos os seus custos fossem arcados pelos próprios clubes, a partir das rendas que obtinham com seus jogos. Era justamente o fato de as altas rendas serem essenciais para a sobrevivência do certame que fazia com que ele fosse tão rigoroso para a escolha de seus participantes.

²³⁴ Foram 26 em 1972 e 40 em 1973

²³⁵ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 30/01/1974, página 3.

As viagens do Campeonato Brasileiro de 1973, por exemplo, foram integralmente bancadas pelo dinheiro arrecadado via Loteria Esportiva²³⁶. O fato a ser destacado é que o sustentáculo financeiro do Campeonato Brasileiro era totalmente diferente daquele que era o do ‘Robertão’. Enquanto o governo federal pudesse bancar as viagens de todos os clubes que participassem do ‘Nacional’ – mesmo que fossem 40, como em 73 –, a CBD não precisaria se preocupar em limitar o número de clubes participantes, uma vez que o dinheiro já não era mais problema – pelo menos enquanto o governo não mudasse de ideia.

Se o RGP era autossustentável, o Campeonato Brasileiro não era. Muito pelo contrário, o ‘Nacional’ era absolutamente dependente do dinheiro provindo da Loteria Esportiva, um programa governamental. Portanto, se os clubes da periferia brasileira conseguiram ingressar no ‘Nacional’, isso se deveu principalmente ao investimento feito pelo governo federal para que o futebol operasse também como instrumento para a integração nacional.

É importante ressaltar que, apesar de a CBD ter carta branca do governo para escolher os clubes participantes do Campeonato Brasileiro da forma como julgasse melhor, os clubes de estados da ‘periferia’ brasileira não eram admitidos no Campeonato exclusivamente por meio de *lobby* político na CBD.

O presidente da CBD pediu a todos os governadores de Estado interessados em participar do Nacional que construíssem um grande centro esportivo, um grande hotel e uma pista para *jets*²³⁷. Além das exigências tocantes à estrutura física, a CBD fazia também exigências em relação a rendas mínimas para os clubes das periferias nacionais.

²³⁶ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 30/01/1974, página 3.

²³⁷ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 16/04/1974, página 5. Três meses depois da publicação deste trecho, Havelange ainda daria a entender que foi devido às regras impostas pela CBD para a disputa do

Em 1972, a exigência era que todos os clubes obtivessem a média mínima de Cr\$ 80 mil de renda por jogo, sob a ameaça de não serem convidados para o certame do ano seguinte caso não a atingissem.

Para 1973, a exigência foi direcionada exclusivamente aos clubes estreantes – que em sua maioria eram das regiões Norte e Nordeste: eles deveriam assegurar uma cota mínima de Cr\$ 40 mil aos 12 maiores clubes dos país²³⁸ quando estes os visitassem²³⁹. Quando esta medida foi anunciada, os presidentes das federações de Sergipe, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí e Santa Catarina se reuniram e foram à CBD pedir que esta cota fosse reduzida de Cr\$ 40 mil para Cr\$ 25 mil²⁴⁰. Não demorou muito, entretanto, para que João Havelange reiterasse o compromisso dos clubes ingressantes no Campeonato Brasileiro de assegurar aos ‘grandes’ a cota de Cr\$ 40 mil.

Estas medidas por parte da CBD ainda constituíam-se em um ‘filtro’ para a permanência ou ingresso dos clubes na disputa do Campeonato Nacional – embora fosse muito mais brando do que o filtro do RGP. A eficácia deste filtro pôde ser evidenciada pelo fato de que, ainda durante a disputa do Nacional de 1973, a equipe do Sergipe solicitou sua própria saída do torneio por estar devendo salários e ‘bichos’ a seus jogadores²⁴¹. Já em 1974, os estados de Paraíba e Acre não puderam participar porque, segundo João Havelange, estes estados não possuíam nem aeroportos nem estádios em condições para tal.²⁴²

Campeonato Brasileiro que todas as grandes cidades brasileiras passaram a possuir uma pista para avião a jato, bons estádios e um hotel de primeira qualidade, pelo menos (cf. GE, 20/07/1974, página 8).

²³⁸ A saber: Grêmio FBPA, SC Internacional, CR Flamengo, Fluminense FC, Botafogo FR, CR Vasco da Gama, C Atlético Mineiro, Cruzeiro EC, Santos FC, São Paulo FC, SE Palmeiras e SC Corinthians.

²³⁹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 14/04/1973, página 7.

²⁴⁰ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 26/07/1973. Pg. 3.

²⁴¹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 22/11/1973. pg. 3.

²⁴² Cf. *A Gazeta Esportiva*, 27/12/1973, página 2.

Em 1974 o número de clubes teve de ser mantido em 40 pelo fato de que o CND, órgão financiador das passagens aéreas do campeonato, destinou à seleção brasileira que disputou a Copa do Mundo de 1974 a quantia de Cr\$ 10 milhões de seus Cr\$ 15 milhões disponíveis para aquele ano, ou seja, dois terços. Desta forma, restaram apenas Cr\$ 5 milhões para bancar as passagens do ‘Nacional’. A redução do orçamento da CBD fez, inclusive, com que o Nacional de 1974 tivesse uma menor quantidade de jogos que o do ano anterior.

O fato de ter havido menos jogos no ano de 1974 – embora com o mesmo número de clubes – do que no ano de 1973 é bastante significativo. Ele demonstra que a quantidade de clubes participantes no Nacional era diretamente proporcional à quantidade de dinheiro disponível para sua organização. Excepcionalmente por se tratar de um ano de Copa do Mundo, o orçamento para o torneio foi reduzido, e por consequência o formato do campeonato foi enxugado.

O número de clubes participantes do ‘Nacional’ aumentava conforme o governo disponibilizava uma verba maior para sua realização. Quando isto não ocorria – tal como em 74 – a expansão da ‘integração nacional’ via futebol também era limitada.

Por fim, a última mudança relevante ocorrida no campo esportivo brasileiro na ‘era Médici’, e que veio ainda em decorrência do processo de expansão pelo qual passou o Campeonato Brasileiro a partir de 1971, foi a regulamentação da profissão jogador de futebol.²⁴³

O presidente Médici e seu ministro de Educação e Cultura Jarbas Passarinho já vinham recebendo demandas neste sentido desde 1971, quando Pelé, Zagallo, Carlos Alberto e

²⁴³ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 08/02/1974, página 6.

Gérson – jogadores e técnico campeões no México – se encontravam com ele (Médici) e externavam-lhe suas demandas profissionais em nome de sua classe.²⁴⁴

Após quase três anos, o ministro Jarbas Passarinho anunciou a criação do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional (FAAP), integrado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Eram dois os pontos mais importantes desta medida do governo: a primeira delas referia-se à instituição da aposentadoria para o jogador de futebol, e a segunda à possibilidade de que o jogador, após ‘pendurar as chuteiras’, pudesse desfrutar de uma bolsa de estudos por até 36 meses para poder exercer outra ocupação profissional até completar seu tempo mínimo de contribuição²⁴⁵, para que então se aposentasse.

Um mês depois da criação do FAAP por Passarinho, a presidência da República saiu das mãos de Garrastazu Médici e passou para Ernesto Geisel. Ao mesmo tempo, o Ministério de Educação e Cultura passou das mãos de Jarbas Passarinho para as de Nei Braga.

A relação entabulada por Geisel e Braga com o esporte – ao menos durante seu primeiro ano de gestão – seguiu por caminhos bastante diferentes aos de Médici e Passarinho. Sobre este assunto versará o capítulo 8.

²⁴⁴ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 04/03/1971, página 5; 05/03/1971, página 18; 09/03/1971, página 2.

²⁴⁵ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 08/02/1974, página 6.

CAPÍTULO 7

A Independência de Havelange

A partir de 1970, depois do tricampeonato obtido pelo Brasil na Copa do México, e apesar da decisão de Pelé de deixar a seleção, negando-se a jogar o torneio Independência, em 1972, e a Copa do Mundo da Alemanha, em 1974, suas relações com o dirigente não foram afetadas.

Ao contrário do que mais tarde seria divulgado tanto por partidários de Havelange quanto do ex-jogador, o material do regime militar indica que não só não houve rompimento entre os dois, como o relacionamento deles se intensificou nos anos 70.

Uma prova disso foi o auxílio dado ao então jogador quando a Receita Federal decidiu investigar seus ganhos com publicidade. Em 1970, quando conquistou o tricampeonato mundial pelo Brasil, ele declarava que seus rendimentos estavam na casa dos R\$ 35 mil por mês, em dinheiro de hoje.

Um estudo da Fundação Getúlio Vargas feito na época, no entanto, ao qual a reportagem da Folha teve acesso, indica que Pelé, especialmente devido a seus contratos publicitários, ganhava pelo menos 350% a mais do que o declarado ao governo. Ciente do material, a Receita passou a investigar os vencimentos do atleta no setor publicitário e acabou autuando-o em 1972.

Pelé teria então, de desembolsar o equivalente hoje a R\$ 442.468,00 em impostos devidos, mas não pagos até aquele ano, e multas. Irritado com a situação, pediu ajuda ao Santos e à CBD. Havelange acabou lhe ‘doando’, em troca do auxílio a sua campanha à presidência da FIFA, mais de 30% do valor, conforme indica o material colhido pelo então deputado Maurício Toledo.

[...] Mais tarde, no governo chefiado por Ernesto Geisel (1974 - 1979), quando Pelé estava para se transferir para o time do Cosmos de Nova York (EUA), discutia-se se valia a pena abrir processo contra ele e Havelange. Os motivos eram a suspeita de que o dirigente desviara fundos da entidade para sua campanha – e que o vinha fazendo desde os anos 60 – e de que o jogador recebera, em empréstimos e doações da CBD, entre 1966 e 1973, cerca de US\$ 320 mil atuais. (Folha de São Paulo, 07/11/1999. Caderno Especial “A Criação de Pelé – as jogadas extracampo do atleta do século”, página 2. Grifos nossos.)

A epígrafe acima descreve como se deu o processo de aproximação entre Havelange, o presidente da CBD, e Pelé, reconhecidamente o maior jogador brasileiro de sua época. Segundo o texto, Pelé foi utilizado por Havelange em sua campanha para a presidência da FIFA. O objetivo deste capítulo é esclarecer o processo que conduziu Havelange da presidência da CBD até a presidência da FIFA.

Problemas de representatividade na FIFA

De forma paralela ao plano de integração nacional brasileiro, que teve no futebol um de seus mais importantes instrumentos, a organização política desse esporte em nível mundial também passou por importantes mudanças neste mesmo período²⁴⁶. As mudanças que aconteceram no futebol mundial – cuja entidade representativa é a FIFA – não se deveram a um plano gestado por seus dirigentes, mas sim pelos valores defendidos exatamente por seus adversários políticos.

Antes de aprofundarmo-nos nos detalhes que conduziram às mudanças a que nos referimos, entretanto, é importante apresentar o contexto histórico em que esta situação se deu.

A FIFA – *Fédération Internationale de Football Association*, em francês – foi fundada em 21/05/1904 em Paris. Seus membros fundadores foram as associações nacionais de Bélgica, Dinamarca, França, Holanda, Espanha, Suécia e Suíça²⁴⁷. Durante as duas grandes guerras mundiais do século XX, a entidade passou por momentos de instabilidade. Acabados aqueles conflitos, ela pôde se restabelecer aos poucos, e em 1954 já contava com 84 membros.²⁴⁸

²⁴⁶ Refiro-me ao período 1970-74, abordado no capítulo anterior.

²⁴⁷ Cf. <https://en.wikipedia.org/wiki/FIFA>, consultada dia 30/10/2013.

²⁴⁸ Cf. https://en.wikipedia.org/wiki/History_of_FIFA, em consulta no dia 30/10/2013.

Desde o início de sua trajetória até o início da década de 1970 – ponto no qual começa o caso que nos interessa – esta entidade teve um perfil eurocêntrico durante a quase totalidade do período. A tabela a seguir enumera os presidentes e respectivos secretários-gerais da entidade desde sua fundação até 1970:

TABELA 1: PRESIDENTES E SECRETÁRIOS GERAIS DA FIFA

Período	PRESIDENTE	País de origem	SECRETÁRIO GERAL	País de origem
1904-06	Robert Guérin	França	Louis Muhlinghaus	Bélgica
1906-18	Daniel Burley Woolfall	Inglaterra	Cornelis August Wilhelm Hirschman	Holanda
1921-54	Jules Rimet	França	Cornelis Hirschman / Ivo Schicker	Holanda / Alemanha
1954-55	Rodolphe Seeldrayers	Bélgica	Kurt Gassmann	Suíça
1961-74	Stanley Rous	Inglaterra	Kurt Gassmann / Helmut Käser	Suíça / Suíça

Tabela elaborada com dados de https://en.wikipedia.org/wiki/History_of_FIFA, em consulta no dia 30/10/2013, que conferem com os publicados por A Gazeta Esportiva em 09/06/1974, página 13.

A tabela demonstra que desde sua fundação até o ano de 1974 não houve nenhum presidente nem secretário-geral da FIFA que não fossem europeus.

Se no início do século o predomínio europeu na entidade máxima do futebol mundial era compreensível pelo fato de a maioria dos países federados ser também europeia, na década de 1970 este predomínio já não contava com um alicerce tão abrangente: em 1930, quando a copa do mundo foi disputada pela primeira vez, no Uruguai, a FIFA

tinha quarenta membros. No ano de 1974, a entidade já possuía cento e quarenta e um membros²⁴⁹. Estes números significam que em quarenta e quatro anos o número de federações associadas quase quadruplicou e que certamente a maioria do quórum já não era europeia.

Entre os países cujas federações se associaram à FIFA a partir da década de 1960 podem ser contados, entre outros: Burkina Faso (1960), Porto Rico (1960), Somália (1960), Costa do Marfim (1961), Togo (1962), Jamaica (1962), Benin (1962), Camarões (1962), Argélia (1963), Trinidad e Tobago (1963), Líbia (1963), Papua Nova Guiné (1963), Tanzânia (1964), Gâmbia (1966), Bahamas (1968).²⁵⁰

No início da década de 1970, Stanley Rous – o presidente da FIFA desde 1961 – começou a dar indícios de que a possibilidade de término do predomínio europeu naquela entidade internacional o preocupava. Não só a ele, mas também a grande parte dos outros representantes de federações europeias.

O crescente poder das nações afro-asiáticas neste esporte internacional [o futebol] está criando preocupações aos europeus e ameaça destruir a estrutura de toda a poderosa organização. Essa é a surpreendente opinião de altos dirigentes ingleses do futebol que viram este organismo crescer [...] Segundo informantes em Londres, as associações europeias e as federações sul-americanas opinam que sua tradicional posição de liderança na FIFA está ameaçada ‘por uma democracia que enlouquece’. Com a admissão do Nepal e Katar, no ano passado, 60 por cento dos membros da FIFA são os países afro-asiáticos que têm mais voz ativa nas comissões e no setor executivo, que é dominado por representantes sul-americanos e europeus [sic]. O princípio democrático de um país, um voto, que é a base da organização, é também a questão que poderia provocar o naufrágio da FIFA. [...] Os ingleses temem que a possibilidade de serem derrotados numa votação, pelos membros pequenos, coloque o futebol mundial em mãos inexperientes. Quando os delegados se reunirem em Paris [em Agosto de 1972], o bloco afro-asiático teria condições de provocar um confronto que europeus e sul-americanos poderiam julgar insustentável.²⁵¹

²⁴⁹ Cf. Dados emitidos verbalmente por João Havelange, e reportados por *A Gazeta Esportiva* em 08/06/1974.

²⁵⁰ De acordo com pesquisa realizada em <http://en.wikipedia.org/> no dia 30/10/2013.

²⁵¹ *Folha de São Paulo*, 25/12/1971. Primeiro Caderno, página 16. Grifos nossos.

Com 60% dos membros da FIFA sendo ou africanos ou asiáticos, os europeus se viram diante de uma situação que, no caso de uma aliança entre aqueles dois continentes, poderia fazer ruir sua hegemonia na entidade.

No início de 1972 ocorreram boatos²⁵² de que os europeus comandantes da FIFA não permitiriam aos países africanos ter o voto qualitativo nas deliberações da entidade, o que contrariaria o princípio de um voto por país associado. Como último recurso para assegurar a manutenção de sua hegemonia à frente do futebol mundial, os dirigentes daquela entidade cogitaram inclusive a criação de uma nova associação para o futebol internacional²⁵³, objetivo para o qual precisariam do apoio dos sul-americanos, que não endossaram a ideia. E o não-endosso sul-americano não foi à toa.

A Taça da Independência

No ano de 1972 estava programada para acontecer no Brasil a Taça da Independência, evento comemorativo em alusão ao aniversário de 150 anos da data de Independência do país. Esse torneio foi programado por Havelange para entrar na sequência da esteira nacionalista do futebol, aproveitando o empurrão dado pelo tricampeonato no México para levar a seleção brasileira para jogar país adentro, agora contra outras grandes seleções do mundo.

Sua ideia era realizar em seu país um evento aos mesmos moldes da Copa, trazendo até ele as maiores seleções do mundo, num evento que, em consonância com a política de integração nacional do governo, promoveria jogos nos estados de todas as 05 regiões do país, inclusive em cidades para as quais seria uma grande novidade o acontecimento de um importante jogo de seleções.

²⁵² Cf. *A Gazeta Esportiva*, 12/02/1974, página 6.

²⁵³ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 12/02/1974, página 6.

O caso do estado do Amazonas ilustra bem a função de integração nacional exercida também pela Mini Copa. Este estado nunca tinha visto um representante seu na disputa do Campeonato Brasileiro – a primeira vez seria justamente em 1972. Mesmo assim, foi selecionado para receber jogos válidos pela ‘Taça Independência’, tendo recebido investimentos do governo para que seu estádio pudesse efetivamente entrar no mapa do torneio. Na fase final da construção do estádio, Flaviano Limongi, o presidente da Federação Amazonense de Futebol, dizia:

O estádio é uma notável realidade, e tenho a promessa do governo terminá-lo para a Mini Copa [...] O presidente João Havelange, da CBD nos tem ajudado muito, e graças a essa ajuda o tão difícil futebol do Norte vai se mantendo e progredindo.²⁵⁴

A Mini Copa, ou Taça/Copa da Independência foi o evento que antecedeu a maioria dos esforços da CBD no sentido de utilizar o futebol como instrumento para a integração nacional. Muitos dos novos estádios recém-construídos em cidades de menor tradição esportiva como Manaus-AM, Campo Grande-MT²⁵⁵, Maceió-AL e Aracaju-SE seriam mostrados ao mundo durante este torneio.

Neste ponto é relevante especificar o momento de inauguração de cada um dos estádios que foi utilizado na Mini Copa: com exceção do Maracanã-RJ, construído para a Copa do Mundo de 1950 e do Mineirão-MG, finalizado ainda em 1965, os estádios utilizados na Mini Copa eram de construção – ou reforma – bastante recente:

²⁵⁴ Fala de Flaviano Limongi reportada em *A Gazeta Esportiva*, 15/11/1971. Pg. 9.

²⁵⁵ Naquela época o estado do Mato Grosso ainda não era dividido entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Tabela 2: Estádios que sediaram jogos da Copa da Independência de 1972 e suas respectivas datas de inauguração.

Estádios que sediaram jogos da Copa da Independência de 1972 e suas respectivas datas de inauguração		
CIDADE	ESTÁDIO	INAUGURAÇÃO
Curitiba - PR	Belfort Duarte	1932*
Rio de Janeiro - RJ	Maracanã	16/06/1950
Salvador - BA	Fonte Nova	28/01/1951**
Belo Horizonte - MG	Mineirão	05/09/1965
Aracaju - SE	Batistão	09/07/1969
São Paulo – SP	Morumbi	25/01/1970***
Porto Alegre - RS	Beira-Rio	06/04/1969
Manaus - AM	Vivaldão	05/04/1970
Maceió - AL	Trapichão (Rei Pelé)	25/10/1970
Campo Grande – MT****	Moreirão	07/03/1971
Natal - RN	Machadão	04/06/1972
Recife - PE	Arruda	07/07/1972
<p>* O estádio do Coritiba FC passou por diversas reformas desde então, inclusive para a Taça da Independência.</p> <p>** O Estádio da Fonte Nova foi ampliado entre os anos de 1968 e 1971 com a construção de um anel superior que praticamente dobrou a capacidade de público do estádio.</p> <p>*** Data de inauguração do terceiro anel de arquibancadas do Morumbi.</p> <p>**** Atualmente MS</p>		

Tabela elaborada com De acordo com dados retirados de <http://pt.wikipedia.org> em consulta no dia 31/10/2013.

Contando com um total de doze estádios com grande capacidade de público em diferentes cidades e regiões do país – devidamente vistoriados e aprovados pela FIFA e seu presidente Stanley Rous, inclusive²⁵⁶ – Havelange pretendia fazer da Copa da Independência um campeonato de grandes dimensões territoriais, econômicas e esportivas.

Esperamos trazer dentre outras, as representações da Itália, da Alemanha e do Uruguai, segunda, terceira e quarta classificadas da última Copa do Mundo e também a Inglaterra. Assim, além do Brasil, os outros quatro países que ganharam o mundial, dariam um colorido todo especial à Copa Independência. O México não poderá ser esquecido, assim como a Argentina que não conseguiu classificar-se para o IX Campeonato do Mundo. União Soviética, Peru ou Chile, além de representantes da Ásia e da África estão na agenda da CBD.²⁵⁷

O primeiro problema para a vinda das grandes seleções europeias foi gerado pelo calendário. A final da Copa da Europa (torneio entre seleções europeias) seria realizada apenas quatro dias antes do início da Copa da Independência. Em Dezembro de 1971, já se sabia que Alemanha, Itália e Inglaterra talvez não pudessem comparecer em virtude da disputa daquele certame europeu.²⁵⁸

Para resolver este impasse, Havelange fez uma viagem à Europa, na qual passou por 15 diferentes cidades de 11 diferentes países. Na volta, decidiu fazer algumas alterações no calendário da Copa da Independência para assegurar que algumas daquelas seleções europeias pudessem participar. Nesta ocasião, o dirigente afirmou que as presenças de França, Rússia, Portugal, Espanha, Itália e Alemanha já estavam asseguradas.²⁵⁹

Boicote?

²⁵⁶ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 07/08/1971, página 5.

²⁵⁷ Fala de João Havelange, reportada por *A Gazeta Esportiva*, 17/07/1970.

²⁵⁸ Cf. *Folha de São Paulo*, 03/12/1971. Primeiro Caderno, página 28.

²⁵⁹ Cf. *Folha de São Paulo*, 21/12/1971. Primeiro Caderno, página 34.

Para a surpresa de Havelange, dos demais dirigentes da CBD e mesmo de parte da imprensa brasileira, entretanto, no início de 1972 as principais seleções europeias convidadas começaram a anunciar sucessivamente suas respectivas desistências na participação na Taça da Independência: primeiro a Inglaterra²⁶⁰. Depois Alemanha, Itália, Espanha e até o México²⁶¹, com cuja federação Havelange desfrutava de grande prestígio, anunciaram suas desistências:

A Inglaterra foi o primeiro país a dizer não, alegando ter de “rejeitar o convite porque durante a realização da Taça Independência a seleção inglesa estará competindo na Copa Europeia de Nações”. Depois, que desistiu foi a Alemanha Ocidental, alegando estar “com o calendário completo”. O mesmo alegou a Itália, que anteriormente havia confirmado sua participação. Quanto à Espanha, fazia várias exigências, uma delas que a CBD se responsabilizasse pelo pagamento de Silva e Reys, cuja dívida era do Flamengo. A CBD providenciou essa liquidação para que, posteriormente, a Espanha desistisse de vir ao Brasil, dizendo que “os clubes não estavam dispostos a ceder jogadores”. Como se isso não bastasse, sem justificativas, o México, que havia confirmado a vinda, também desistiu. Outros convites foram feitos e até a Holanda recuou.²⁶²

Incrédulo diante da inexplicável ‘fuga em massa’ das seleções que seriam o maior atrativo para o torneio que estava promovendo, Havelange ainda voltou mais uma vez à Europa para conversar novamente com as federações nacionais desistentes, e ouviu da boca dos representantes daqueles países a reafirmação de que não compareceriam a seu torneio.²⁶³

Diante das recusas daquelas equipes, Havelange convidou ainda a Holanda²⁶⁴, Áustria e Bélgica²⁶⁵, que também recusaram. As seleções europeias que de fato vieram ao Brasil para a disputa da Mini Copa foram França, Portugal, Irlanda, Iugoslávia, Escócia, Checoslováquia e União Soviética. A ausência de todos os sete primeiros selecionados

²⁶⁰ Cf. *Folha de São Paulo*, 03/02/1972. Primeiro Caderno, página 31.

²⁶¹ Cf. *Folha de São Paulo*, 05/02/1972. Primeiro Caderno, página 28.

²⁶² *Folha de São Paulo*, 23/05/1972. Primeiro Caderno, página 28.

²⁶³ Cf. *Folha de São Paulo*, 19/02/1972. Esporte, página 01.

²⁶⁴ Cf. *Folha de São Paulo*, 26/02/1972. Esporte, página 02.

²⁶⁵ Cf. *Folha de São Paulo*, 02/03/1972. Primeiro Caderno, página 34.

européus convidados abalou os planos da CBD para a Mini Copa. Esvaziada, ela tornar-se-ia um torneio de pouca importância técnica.

A primeira hipótese levantada pelos dirigentes da CBD para justificar publicamente o não-comparecimento daquelas seleções europeias foi de que elas estavam temendo comparecer ao certame no Brasil e serem derrotadas; estavam com medo de perder para o Brasil:

A Alemanha, Inglaterra e Espanha estão com medo de enfrentar o Brasil. De qualquer forma, mesmo com a ausência dessas seleções, a Mini Copa, que começará a ser disputada no próximo mês de junho, terá o êxito desejado. [...] todas as exigências feitas pelos alemães foram atendidas, inclusive a cota fixa para os três jogos. Também os italianos fizeram as mesmas reivindicações, que foram prontamente atendidas pela CBD. Mas até agora a Itália não respondeu oficialmente sobre o convite.²⁶⁶

Abílio de Almeida, diretor de assuntos internacionais da CBD, não chegou a falar abertamente em boicote, mas deu a entender que sabia da existência de alguma força oculta agindo por trás dos bastidores:

Mas que existe alguma coisa por trás disso, existe. Um exemplo foi o caso decepcionante do México. Foi o primeiro país convidado para a MiniCopa e acabou recusando o convite depois de informar que aceitaria.²⁶⁷

A candidatura de João Havelange

A despeito do decoro adotado pelos dirigentes brasileiros em suas declarações para a imprensa, todos sabiam que o medo de perder não era o real motivo da repentina recusa daqueles países a vir jogar no Brasil:

Os motivos ocultos dessas recusas poderiam ser dois, um deles estritamente à candidatura de João Havelange à presidência da FIFA. Jamais um sul-americano esteve comandando a entidade mundial do futebol. Uma Mini Copa bem-sucedida poderia abrir o caminho para a carreira de Havelange.

²⁶⁶ Fala de Abílio de Almeida, diretor de Assuntos Internacionais da CBD, publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* em 22/02/1972. Capa do caderno de esportes.

²⁶⁷ Fala de Abílio de Almeida, diretor de Assuntos Internacionais da CBD, publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* em 22/02/1972. Capa do caderno de esportes.

Aliás, em determinada ocasião, o presidente da CBD chegou a admitir essa hipótese, ao declarar, no Rio 'Minha candidatura está incomodando muita gente'. Outro motivo para essas recusas, perfeitamente justificável: os grandes do futebol mundial estariam preocupados com um fracasso de seus selecionados, por ocasião da Mini Copa, o que poderia ter resultados negativos em seus países.²⁶⁸

No começo da década de 1970, a insatisfação de boa parte dos países filiados à FIFA com esta entidade já era manifesto. Sul-americanos e, principalmente, africanos já vinham demonstrando seu descontentamento havia algum tempo.

No ano de 1972, por exemplo, o presidente da Confederação Africana de Futebol, Yidnekatchew Tessema trocou farpas publicamente com Stanley Rous, o então presidente da FIFA:

A Confederação Africana de Futebol não tem problemas graves. Suas competições são organizadas regularmente e 90% de suas associações tomam parte nos jogos. Ao presidente da FIFA não incumbe fazer sugestões que debilitem a estrutura de uma Confederação Continental, que, ao contrário, devem merecer elogios da FIFA, pelo que tem realizado com os poucos meios de que dispõe. O único e grave problema é de ordem financeira e toda intervenção do presidente da FIFA em resolvê-las será bem acolhida.²⁶⁹

O principal incômodo dos africanos, que era de certa forma compartilhado com os sul-americanos, era o eurocentrismo que guiava as ações da FIFA. Reputava-se a essa entidade certo protecionismo aos países do Velho Mundo.²⁷⁰

Sentindo que o comum descontentamento em relação à eurocêntrica gestão da FIFA poderia fazer com que o predomínio daquele continente na entidade viesse abaixo, no início da década de 1970 os sul-americanos decidiram desafiar a hegemonia europeia: lançaram João Havelange como candidato do continente à presidência da FIFA, cujo pleito aconteceria no mês de Junho de 1974.

²⁶⁸ *Folha de São Paulo*, 23/05/1972. Primeiro Caderno, página 28. Grifos nossos.

²⁶⁹ Trecho da contestação de Tessema, presidente da Confederação Africana de Futebol, a um comentário de Stanley Rous, através do próprio boletim da FIFA. Grifos nossos.

²⁷⁰ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 02/01/1973, página 13.

A oficialização e a divulgação da campanha do dirigente brasileiro para a presidência da entidade máxima do futebol mundial impactou fortemente os dirigentes europeus, que desde o início da década já davam indícios de seu receio em ver a FIFA comandada por alguém de fora daquele continente.

Foi justamente este receio a causa das tentativas pregressas de impedir que os africanos tivessem direito ao voto qualitativo na entidade, ou de fundar uma nova associação internacional de futebol que lhes assegurasse [aos europeus] a continuidade de seu predomínio sobre a entidade.

A realização da Taça da Independência no Brasil se deu justamente no momento de transição entre a oficialização da candidatura de Havelange e o início das investidas daquele dirigente atrás dos votos que lhe seriam necessários para vencer o pleito em 1974. Este torneio foi concebido com a ideia de demonstrar para o mundo como o Brasil – e Havelange, seu representante, é claro – era capaz de organizar um evento futebolístico de abrangência mundial dentro de seu vasto território nacional.

Em suma, a Mini Copa foi o ponto inicial da intensificação da campanha presidencial de Havelange. A razão de ser deste torneio não era a obtenção de lucros por parte da CBD. Longe disso, seu norte, desde o princípio foi gerar prestígio político ao então candidato junto a seus pares presidentes de outras federações internacionais, e portanto eleitores na Assembleia da FIFA.

Tanto foi assim, que a CBD bancou com seu próprio dinheiro uma série de gastos que não seriam *a priori* necessários, como as passagens aéreas e as estadias de todas as delegações, mais 25 mil cartazes da Taça para serem distribuídos pelo mundo, além de

chaveiros e distintivos de lapela comemorativos da Taça²⁷¹. E mais: 1000 (mil) diplomas comemorativos foram produzidos para ser distribuídos entre os craques e membros das comissões técnicas de todas as delegações. Depois daqueles mil, mais 100 (cem) diplomas de luxo foram confeccionados para ser entregues aos dirigentes e convidados especiais de cada delegação²⁷². Como se não bastasse, a CBD ainda se deu a luxo de cometer extravagâncias: elaborou um disco com o hino da Taça Independência e promoveu sua distribuição.²⁷³

Além de abalar o sistema financeiro das federações, a Mini Copa vai ainda desgastar inutilmente o prestígio de nossa seleção tricampeã do mundo e esvaziará nossas reservas de dólares, tudo para satisfazer a vaidade de João Havelange, que a todo custo quer chegar à presidência da FIFA.²⁷⁴

Os vultuosos gastos com a promoção e publicidade do torneio associados à ausência das principais seleções europeias redundou num estrondoso prejuízo para a CBD.

A ausência de grandes seleções como as da Inglaterra, Alemanha e Itália afastará o público dos estádios, tornando a Mini Copa deficitária e causando prejuízos fatais à CBD e ao país. Note-se ainda que todas as despesas dos selecionados convidados serão pagas em dólar, incluindo-se os gastos com sua vinda e retorno, hospedagem e sucessivas viagens pelo Brasil, já que o torneio será disputado em várias cidades.²⁷⁵

Não se sabe ao certo quanto do déficit da entidade foi gerado especificamente pela Mini Copa, mas se sabe que em Janeiro de 1975 a Confederação possuía um déficit de Cr\$ 13 milhões, sendo que a maior parte disso era referente à dívida contraída para a realização da Taça Independência e de juros decorrentes da inadimplência da entidade quanto aos empréstimos tomados para bancar este torneio.²⁷⁶

²⁷¹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 26/05/1972. Página 7.

²⁷² Cf. *A Gazeta Esportiva*, 26/05/1972. Página 7.

²⁷³ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 30/05/1972. Página 18.

²⁷⁴ Fala do deputado Maurício Toledo, da ARENA-SP, reportada por *Folha de São Paulo*, 10/05/1972. Esporte, página 7.

²⁷⁵ Fala do deputado Maurício Toledo, da ARENA-SP, reportada por *Folha de São Paulo*, 10/05/1972. Esporte, página 7.

²⁷⁶ Cf. *Folha de São Paulo*, 08/01/1979. Esporte, página 4.

Como já se sabe, o intuito da CBD e de Havelange com a realização deste torneio não era obter lucro, mas sim prestígio político. E, aparentemente, esta meta foi atingida por ele com sobras: ainda durante a realização da Taça Independência, alguns representantes de federações nacionais confirmaram que votariam em Havelange para a presidência da FIFA.

Jean Sadoul, presidente da Federação Francesa de Futebol declarou que “*o voto da França é para João Havelange, que certamente será o próximo presidente da FIFA*”²⁷⁷.

Lika Bajavic, presidente da Associação Iugoslava de Futebol, afirmou que “*se João Havelange se candidatar realmente à presidência da FIFA, a Iugoslávia lhe dará, tranquilamente, o seu voto*”.²⁷⁸

Além desses dois dirigentes europeus, Jean Claude Ganga, o secretário-geral dos esportes da África, afirmou que os africanos não estavam satisfeitos com a atual situação do futebol mundial e sinalizou que estaria disposto a apoiar a candidatura de Havelange, dependendo do programa de governo que o brasileiro lhes apresentasse²⁷⁹; quis saber, porém, até que ponto os países africanos seriam beneficiados em futuras competições esportivas.²⁸⁰

A Taça Independência acabou por reunir, portanto, as federações que estavam dispostas a apoiar a candidatura de Havelange. Isto não foi algo premeditado pelos organizadores, mas se deu justamente pela razão de que, conforme se desconfiava – embora não tenha sido publicamente admitido – os países que estavam com Stanley Rous acabaram por

²⁷⁷ Fala de Jean Sadoul, presidente da Federação Francesa de Futebol, reportada por *A Gazeta Esportiva* em 14/06/1972. Página 20.

²⁷⁸ Fala de Lika Bajavic, presidente da Associação Iugoslava de Futebol, reportada por *A Gazeta Esportiva* em 30/06/1972, página 3.

²⁷⁹ Cf. *Folha de São Paulo*, 18/06/1972. Esporte, página 16.

²⁸⁰ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 17/06/1972, página 13.

boicotar a Mini Copa com o intuito de diminuir o prestígio que seria alcançado pelo presidente da CBD por meio da realização deste evento.

Pelé entra em campo

A Taça Independência era mais um artifício da CBD, endossada pelo governo, para levar o futebol por todo o país, coisa que ainda não era feita pelo Campeonato Brasileiro. Além disso, seria também uma oportunidade de capitalizar ainda mais o apelo popular possuído pela seleção brasileira e por seu ícone maior, Pelé, que ganhou dimensões estelares após a campanha de 1970 no México.

A parte mais conhecida do caso que envolveu Pelé e a Mini Copa é a de que Pelé, mesmo já tendo realizado seu jogo de despedida²⁸¹ da seleção brasileira, foi solicitado mais de uma vez por Havelange para que reconsiderasse sua decisão, tendo sido inclusive avisado, por meio da CBD, de que poderia ser obrigado pela entidade – amparada em uma lei remanescente da Era Vargas – a vestir a camisa da seleção brasileira²⁸². Havelange não foi às últimas consequências, e Pelé acabou por não disputar a Mini Copa pelo Brasil.

Apesar dessa aparente ‘rusga’ entre os dois, registros posteriores dão conta de que Pelé foi peça fundamental na campanha eleitoral de João Havelange para a presidência da FIFA em 1974.

²⁸¹ O Jogo de despedida de Pelé foi entre Brasil e Iugoslávia em 18/07/1971, no Maracanã.

²⁸² Cf. *A Gazeta Esportiva*, 09/07/1971. Página 14.

Conta-se²⁸³ que no ano de 1969, após uma série de investimentos fracassados, Pelé atingira um déficit de aproximadamente R\$ 400 mil – cálculo referente ao ano da publicação da matéria, 1999.

Foi neste momento que Havelange, aproveitando-se dos problemas financeiros vividos pelo jogador, aproximou-se de Pelé com a intenção de utilizá-lo com cabo eleitoral para atingir a presidência da FIFA. Como contrapartida, aquele se colocaria à disposição do ‘Rei do futebol’ para buscar parceiros comerciais que pudessem contribuir com sua recuperação financeira. O acordo foi feito e Pelé apoiou a candidatura de Havelange.²⁸⁴

Dos delegados da FIFA com direito a voto nas eleições da entidade – que aconteceriam em Frankfurt, em 1974 – pelo menos 42 pediram ao dirigente brasileiro um contato com Pelé. Todos eles foram atendidos²⁸⁵. Alguns desses conseguiram, inclusive, que a seleção, graças a Havelange, ou o Santos, com a interferência de Pelé, fossem jogar em seus respectivos países, sendo que os jogos eram convertidos em promessas de voto ao então presidente da CBD.

Entre 1971 e 1972, quando já estava oficializada a candidatura de Havelange para a FIFA, a investigação dos militares em torno dele aumentou. Esta investigação demonstrou posteriormente que o dinheiro da CBD financiava as excursões do Santos FC e da seleção, que por imposição de Havelange disputava amistosos por cotas inferiores às que costumava receber²⁸⁶: normalmente, a seleção pedia US\$ 50 mil por

²⁸³ O jornal *Folha de São Paulo* publicou no dia 07/11/1999 um caderno Especial sobre a vida de Pelé. O jornal afirma, neste caderno, ter tido acesso a documentos inéditos da ditadura militar. A sequência desta seção é baseada nas informações colhidas a partir desta fonte.

²⁸⁴ Cf. *Folha de São Paulo*, 07/11/1999. Caderno Especial, página 3.

²⁸⁵ Cf. *Folha de São Paulo*, 07/11/1999. Caderno Especial, página 3.

²⁸⁶ Cf. *Folha de São Paulo*, 07/11/1999. Caderno Especial, página 3.

partida disputada no exterior; graças à campanha de Havelange, o valor caiu para US\$ 30 mil.²⁸⁷

Um processo semelhante se deu com o próprio Pelé, que ao invés dos US\$ 8 mil que ganhava por amistoso disputado pelo Santos FC fora do país no final de sua carreira, recebia US\$ 4 mil nos jogos que interessavam ao candidato brasileiro para a FIFA.²⁸⁸

A presença de Pelé na campanha do então presidente da CBD se estendeu até o próprio dia das eleições da FIFA, em 1974, quando o jogador esteve presente participando do corpo-a-corpo final com os eleitores, pedindo votos para Havelange.²⁸⁹

Na contrapartida, Havelange conversou com grandes empresas multinacionais que poderiam se interessar em formar parceria com o ‘Rei do futebol’, e assim contribuir para sua recuperação financeira: o aspirante à presidência da FIFA se correspondeu com as diretorias das empresas Coca-cola e Pepsi, sugerindo que elas utilizassem a imagem de Pelé para vender seus produtos, de uma forma semelhante à que ele próprio havia se utilizado – da imagem do jogador – em sua campanha para a FIFA:

Nas excursões do Santos ao exterior, ele [Pelé] tem tempo disponível para ensinar crianças a jogar futebol. Seria uma iniciativa importante para a Pepsi, para o esporte, e tenho certeza de que também para o próprio Pelé.²⁹⁰

A sugestão foi acatada pela Pepsi e empresa contratou o atleta para divulgar sua marca dando clínicas de futebol no exterior quando o Santos FC excursionava para fora do Brasil²⁹¹. Este acordo se estenderia, com a interferência de Havelange e de Henry Kissinger – o secretário de Estado norte-americano nas administrações de Richard

²⁸⁷ Cf. *Folha de São Paulo*, 07/11/1999. Caderno Especial, página 3.

²⁸⁸ Cf. *Folha de São Paulo*, 07/11/1999. Caderno Especial, página 3.

²⁸⁹ Cf. *Folha de São Paulo*, 07/11/1999. Caderno Especial, página 3.

²⁹⁰ Trecho de uma carta escrita por Havelange a diretores da Pepsi, reportada por *Folha de São Paulo* em 07/11/1999. Caderno Especial, página 3.

²⁹¹ Cf. *Folha de São Paulo*, 07/11/1999. Caderno Especial, página 3.

Nixon (1969-74) e Gerald Ford (1974-77) –, até a Copa da Alemanha de 1974, quando Pelé atuou como relações-públicas da Pepsi, e acumulou o cargo de comentarista da TV Bandeirantes.²⁹²

É importante salientar que a CBD teve, a partir de 1970, o dinheiro oriundo da Loteria Esportiva como principal fonte de financiamento. Foi com o dinheiro provindo desta Loteria que a CBD promoveu a maioria de suas atividades desde o início do ano de 1970. Pelo fato de a Loteria Esportiva ser um programa do governo federal para apoio ao esporte no Brasil, o mau uso de sua verba poderia render a Havelange sérios problemas com o governo.

Como se sabe, o presidente da CBD se utilizou de dinheiro da entidade para promover sua candidatura para a FIFA, sendo que os dispêndios feitos para a realização da Mini Copa eram a prova mais escandalosa disso. Além daquele torneio, a CBD deixou de receber muitos dólares com os amistosos que a seleção brasileira realizava no estrangeiro por cotas inferiores às de praxe durante a caça de seu presidente aos votos necessários para se eleger na FIFA.

O governo militar tinha plena ciência do uso privado de verba pública que era feito pelo máximo dirigente esportivo do país, mas mesmo assim não o repreendeu por isso. Quando perguntado sobre o fato de Havelange promover amistosos desnecessários e onerosos à CBD, o ministro Jarbas Passarinho respondeu:

Se Havelange pretendeu valorizar-se politicamente com a última excursão do selecionado nacional, a fim de pleitear a presidência da FIFA, isto constitui pecado perdoável.²⁹³

²⁹² Cf. *Folha de São Paulo*, 07/11/1999. Caderno Especial, página 3.

²⁹³ Fala do ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, divulgada por *A Gazeta Esportiva*, 25/10/1973, página 2. Grifos nossos.

O governo brasileiro não se interpôs, portanto, à campanha de Havelange para a FIFA, mesmo tendo argumentos e fatos que autorizariam-no a fazê-lo, caso fosse sua vontade.

A eleição

Em sua campanha, Havelange era intitulado o ‘*candidato do futebol mundial*’²⁹⁴ por oposição a Rous, que não tinha pudor em colocar-se como defensor a sequência da hegemonia europeia à frente da entidade mundial.

Assim sendo, era de fundamental importância para os planos do brasileiro que ele pudesse contar com o apoio das federações da periferia do mundo, aquelas federações que, no caso de Rous ser reeleito, continuariam se sentindo preteridas pela entidade máxima do futebol mundial.

Não foi à toa que o principal foco da campanha de Havelange foram os países africanos. Demonstrando sua insatisfação com o presidente Rous desde muitos anos e contando com uma quantidade de votos substancial, Havelange não mediu esforços para atraí-los.

Conforme levantado, a primeira ferramenta de aproximação foi o Santos FC de Pelé, clube que foi levado para diversos jogos naquele continente durante as décadas de 1960 e 1970. Depois disso, Havelange fez o convite para que os africanos enviassem uma equipe para o Brasil para disputar a Taça Independência. E eles compareceram ao torneio que seria vencido pelo Brasil, numa final disputada contra Portugal.

Na equipe africana que veio para o Brasil, havia jogadores dos seguintes países: Tunísia, Togo, Egito, Marrocos, Argélia, Gana, Congo, Zaire, Costa do Marfim, Camerum e Mali. Ao todo, onze países africanos estiveram representados na Mini Copa,

²⁹⁴ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 01/06/1974, página 06.

e para alguns deles foi a primeira vez em que estiveram representados em um torneio internacional de futebol.²⁹⁵

A sua plataforma eleitoral para a FIFA era composta por oito pontos, cujas mudanças mais significativas se referiam ao fomento do ingresso, do progresso técnico e da maior participação dos países pobres no futebol mundial. Ei-los:

1. Modificar de 16 para 20, em 1978, e para 24, em 1982, o número de finalistas às próximas Copas do Mundo, sem, entretanto, alterar o tempo de duração da competição, como estabelecido atualmente. Para tal cumprimento, o país organizador ficará na obrigação de apresentar maior número de estádios com capacidade variável entre 50 mil a 100 mil ou mais espectadores com todas as garantias e com os requisitos técnicos totalmente atualizados.
2. Criar a Copa do Mundo de Juvenis (Juniors) até 20 anos incompletos, amadores ou profissionais, para ser disputada nos anos pares, intercalados com a Copa do Mundo.
3. Construção de uma nova sede para a FIFA, com todos os requisitos que os princípios de evolução no campo da organização nos impõe no século XXI, que se aproxima.
4. Auxiliar as federações nacionais menos desenvolvidas e em desenvolvimento com material esportivo.
5. Idem, com relação à construção de novos estádios e à melhoria dos já existentes.
6. Intensificar cursos de arbitragens, médicos, técnicos, de preparadores físicos, de massagistas, e especialista em organização.

²⁹⁵ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 06/05/1972, página 06.

7. Contratar médicos, técnicos, preparadores físicos e especialistas em organização para ministrarem ensinamentos nos países menos desenvolvidos e em via de desenvolvimento para melhor e mais rápido aprimoramento de seus conhecimentos sobre futebol, nos idiomas inglês, francês, alemão, russo e espanhol.
8. Transformar a atual disputa continental entre os vencedores da Europa (UEFA) e da América do Sul (ASAF), criando a Copa dos Clubes Intercontinentais, entre os vencedores da Europa, América, África e Ásia, sob a direção da FIFA, com regulamento especial para competição de tal natureza.²⁹⁶

Com esta plataforma democratizante, Havelange já sabia, antes mesmo da realização das eleições, que contaria com o apoio de doze países árabes, dez países da América Central, doze países africanos de língua francesa, além dos europeus França, Irlanda do Sul, Grécia, Chipre, Turquia e Luxemburgo²⁹⁷. Isto sem contar os dez países sul-americanos que performaram sua base desde o princípio da campanha. Como se vê, seus eleitores eram, com raras exceções, representantes de países do Terceiro Mundo.

Os pontos desta plataforma, que já haviam sido divulgados por Havelange em cada uma das visitas que o dirigente fazia a chefes de federações nacionais, foram reiterados em um Congresso da Confederação Sul Americana realizado no Rio de Janeiro em Dezembro de 1973.

²⁹⁶ Plataforma de gestão de João Havelange, segundo reportagem de *A Gazeta Esportiva*, 25/10/1973. Página 4.

²⁹⁷ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 25/10/1973. Página 2.

Durante a realização deste Congresso, Yidnekatchew Tessema, o representante da Confederação Africana de Futebol, garantiu o total apoio de sua confederação à candidatura de Havelange.²⁹⁸

Vendo seu adversário alcançando boa parte dos votos terceiro-mundistas, a atitude final de Stanley Rous foi a de garantir aos argentinos²⁹⁹ a Copa de 1978, e aos colombianos³⁰⁰ a Copa de 1986, como uma tentativa de cativar estes países sul-americanos ao redor de sua candidatura.

Conforme a data do pleito foi se aproximando, os dirigentes europeus foram acentuando o discurso e acabaram por exteriorizar sua compreensão de que a batalha entre Rous e Havelange era uma metonímia para uma batalha da Europa contra o resto do mundo pelo controle do futebol mundial:

Eu os conclamo a votar em mim porque isto representa a Europa contra a América do Sul [...] Nós queremos que a Europa detenha a liderança sobre o futebol [...] Se eu for eleito para um novo mandato vocês devem procurar imediatamente um sucessor na Europa, de forma que a liderança europeia seja mantida.³⁰¹

Esta fala de Stanley Rous a menos de um mês das eleições denota não só o tom beligerante da disputa, mas também certo desespero pela manutenção de um domínio que começa a parecer seriamente ameaçado.

Tal como Rous, Artemio Franchi, o presidente da União Europeia de Football Association (UEFA), também se demonstrou bastante atormentado com a possibilidade de a Europa ser submetida, no campo futebolístico, ao controle de um não-europeu:

²⁹⁸ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 05/12/1973. Página 2.

²⁹⁹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 23/05/1974. Página 3.

³⁰⁰ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 10/06/1974. Página 3.

³⁰¹ Fala de Stanley Rous, o então presidente da FIFA, ao Congresso da Associação Europeia de Futebol (UEFA), reportada por *A Gazeta Esportiva*, 24/05/1974, página 5. Grifos nossos.

Não seremos governados por ninguém que não seja daqui da Europa e que não esteja de acordo com nossos pontos de vista. [...] A UEFA não tem nenhuma intenção de estar sujeita a um controle da FIFA. Estamos decididos a manter nossa independência e não ceder à vontade dos outros.³⁰² [...] A UEFA é possuidora de oitenta por cento do movimento do futebol mundial e noventa por cento deste mesmo movimento do ponto de vista econômico. Isto vale muito, e saberemos cobrar.³⁰³

Nas eleições de 11/06/1974, Havelange foi eleito presidente da FIFA no segundo escrutínio, com um placar de 68 contra 52 votos de Rous. Estima-se que o brasileiro tenha recebido por volta de 30 votos somente do continente africano³⁰⁴.

O continente africano foi reconhecido tanto pelo lado vencedor quanto pelo lado vencido como o ‘fiel da balança’ das eleições a favor de Havelange, o candidato da Confederação Sul-Americana de Futebol. Após a conclusão do pleito, Tessema declarou: *“Nós, da África, temos tantos direitos quanto os demais no mundo, e o senhor Havelange foi o primeiro a nos estender a mão. Um homem assim merece respeito e destaque”*³⁰⁵.

A vitória de Havelange faria inaugurar uma nova era no futebol mundial, por um lado, e no futebol brasileiro, por outro.

³⁰² Fala de Artemio Franchi, presidente da UEFA no mesmo Congresso da entidade, em maio de 1974. Reportada por *A Gazeta Esportiva*, 10/06/1974, página 3.

³⁰³ Mais um trecho da fala de Franchi, em *A Gazeta Esportiva*, 10/06/1974, página 5.

³⁰⁴ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 12/06/1974, pg. 20.

³⁰⁵ Fala de Tessema, presidente da Confederação Africana de Futebol, reportada por *A Gazeta Esportiva*, 16/06/1974, p. 6.

CAPÍTULO 8

Sai Médici, sai Havelange

Ernesto Geisel assumiu a presidência da República em 1974. Seu ingresso no poder representava uma importante mudança de rumo no regime militar, pois Geisel pertencia à linha sorbonista, a mesma de Castello Branco. Os militares da linha dura haviam deixando o comando do país.

O simples fato de um legalista ter assumido novamente a presidência já suscitava as expectativas de que finalmente o período de exceção institucionalizado pelo AI-5 terminaria e de que a legalidade, se não fosse totalmente restaurada, pelo menos voltaria a figurar dentro dos objetivos do governo.

Geisel confirmou as expectativas que existiam ao seu redor em relação ao desejo da volta à legalidade. Desde sua posse ele já acenava com a intenção de promover uma distensão política “gradual e segura”. Diferentemente de seus antecessores, Geisel não prometia a redemocratização imediata, mas um ‘aperfeiçoamento democrático gradual e seguro’, que visava à institucionalização dos ‘princípios revolucionários’³⁰⁶.

O sucessor de Médici herdou todos os poderes que os dezessete atos institucionais haviam outorgado ao cargo de presidente da República. Herdou também uma máquina publicitária eficiente, criada por seu antecessor, que enaltecia o sucesso do país no

³⁰⁶ Cf. Kinzo, op. cit., p. 152.

campo esportivo, político e econômico. Além disso, recebia ainda uma economia que vinha crescendo mais de 10% ao ano, coisa que, associada ao esforço político feito para enfatizar o bom andamento das coisas no campo esportivo, fazia com que o êxtase aflorado pela Copa de 1970 ainda se perpetuasse no imaginário popular.

A ‘pacificação’ conquistada por Médici por meio do fomento ao nacionalismo e da divulgação do sucesso do Brasil serviu, entre outras coisas, para ocultar o fato de que os conflitos sociais continuavam existindo durante a gestão do último presidente militar da linha dura. A intensa censura de imprensa realizada pelo governo fazia com que os fatos que eram ‘hostis’ à imagem do governo não chegassem ao conhecimento público.

A propaganda, por um lado, e a repressão, por outro, fizeram com que as manifestações de insatisfação – com o país, ou com o governo – fossem suprimidas. Geisel recebeu de Médici um país cuja marca publicizada era a da harmonia e do progresso contínuo. Esta marca, entretanto, era um produto da repressão e da propaganda oficial levada a cabo pelo presidente Médici. Seria difícil imaginar o que seria da criatura na ausência de seu criador³⁰⁷.

Diante do quadro de aparente tranquilidade e apoio político à ‘Revolução’, o presidente legalista recém-empossado imaginou que havia chagado o momento de fazer o país voltar à legalidade. Estavam previstas para o final de 1974 eleições para os cargos das casas legislativas nacionais. Geisel tinha certeza de que a população, que até então se demonstrava satisfeita com os resultados obtidos pelo governo em diferentes esferas, demonstraria nas urnas todo seu apoio aos ‘ideais revolucionários’, por meio do voto nos candidatos da ARENA, o partido do governo.

³⁰⁷ Cf. Cruz e Martins, op.cit., pp. 48-9.

Estava posta a possibilidade dos sonhos de qualquer militar legalista: institucionalizar a ‘Revolução’ por meio do apoio popular *via* voto. Era a chance do triunfo do ‘projeto revolucionário’: após a vitória dos candidatos arenistas nas eleições de 1974, a distensão política aconteceria de forma absolutamente tranquila, sob a completa tutela da ARENA, o partido da situação. Após confirmado nas urnas o apoio popular à ‘obra da Revolução’, o ano seguinte – 1975 – seria enfim dedicado à tarefa de institucionalização do regime e às esperadas reformas.

Para que o plano de distensão política projetado pela ARENA pudesse ser executado sem interferências e com toda a legitimidade, entretanto, era necessário que o apoio popular vindo das urnas fosse absolutamente incontestável pela oposição. Dessa forma, as eleições de 1974 deveriam se enquadrar em um formato distinto das eleições realizadas em 1970 e 1972, respectivamente. Desta vez, era necessário que a oposição pudesse se organizar em igualdade de condições com a situação, pois somente assim ela poderia aceitar de bom grado sua derrota nas urnas. Em 1974, o voto do eleitor teria que ser disputado por um partido de situação e um de oposição em relativa igualdade de condições³⁰⁸.

Dessa forma, o acesso do MDB às propagandas em rádio e televisão não foi restringido. Além disso, houve um esforço por parte dos órgãos de propaganda oficial em concitar o povo a participar das eleições por meio do voto.

Munido de garantias mínimas e vendo os canais de comunicação com o eleitorado abertos à sua mensagem, o MDB fez um esforço de reciclagem. Estruturou uma campanha ágil e eficaz na qual enfatizava as questões sociais e se esforçava por

³⁰⁸ Cf. Cruz e Martins, op.cit., p. 49.

demonstrar ser, de fato, um partido que se constituía em uma alternativa política à ARENA..

As expectativas de vitória avassaladora da ARENA sobre o MDB foram diminuindo na medida em que a data do pleito se aproximava. No início de novembro de 1974, o mês das eleições, a inquietação nos círculos oficiais contrastava com um otimismo crescente da oposição. Às vésperas do pleito, dirigentes da ARENA reconheciam que o MDB poderia conquistar na Câmara dos deputados algumas cadeiras mais do que os líderes da situação haviam previsto³⁰⁹.

Todos foram tomados de surpresa, entretanto, quando os jornais passaram a agitar em suas primeiras páginas, com manchetes em letras garrafais e negrito, os resultados preliminares do pleito. Confirmados logo a seguir, eles davam ao MDB a vitória, nas eleições majoritárias, em 16 estados. No cômputo geral, a oposição elegia 16 dos 22 senadores e 160 dos 364 deputados, o que representava um aumento expressivo em sua representação no Congresso Nacional – até então, ele contava com apenas 07 dos 66 senadores, e com 87 dos 310 deputados.³¹⁰

O resultado das eleições foi tomado pela ARENA como uma derrota retumbante. O partido do governo, que pretendia calar a oposição por meio de uma vitória inapelável nas urnas, viu o número de deputados oposicionistas quase dobrar, e o número de senadores oposicionistas mais que dobrar. Quando a contagem de votos foi concluída, era a oposição que havia – não calado, pois isso não seria possível, mas – demonstrado sua força para o governo.

³⁰⁹ Cf. Cruz e Martins, op.cit., p. 50.

³¹⁰ Cf. Cruz e Martins, op.cit., p. 51.

A derrota da ARENA em 1974 retardaria todo o plano de reabertura desenhado por Geisel. O presidente legalista incorporou a imagem de país harmônico que havia sido construída por seu antecessor e sua máquina publicitária, e planejou todas suas ações redemocratizantes dando como certo o apoio que seu partido obteria das urnas.

Se após a saída de Médici do poder os legalistas e os da linha dura conseguiram chegar sem grandes transtornos ao consenso de que era momento de um legalista voltar à presidência, menos de um ano após o ingresso de Geisel no poder as duas frações das Forças Armadas estavam novamente em estado de tensão. O presidente teria que recalcular todo o processo que havia planejado, pois perante um parlamento em cuja composição havia 40% de oposicionistas, a possibilidade de aprovação direta dos pontos propostos pelo Executivo seria bastante diminuta.

Após o surpreendente desempenho do MDB nas eleições de 1974, o campo esportivo brasileiro passaria por novas mudanças.

Mudança no comando da CBD

Antes mesmo de ser eleito para a presidência da FIFA em 1974, Havelange já havia declarado que dificilmente acumularia os cargos de presidente da FIFA e presidente da CBD.

Ele planejava que, depois de sua saída do comando da entidade brasileira, seu sucessor seria um homem de sua escolha, de dentro de seu próprio grupo. Este homem seria, de preferência, Sylvio Pacheco, de quem o próprio Havelange havia herdado a presidência em 1958.

Acontece que desde a saída de Havelange em Junho para a Alemanha, onde ocorreriam a Copa do Mundo e as eleições para a FIFA, os responsáveis pelo comando das atividades da CBD se depararam com fortes críticas em relação à forma como estavam conduzindo as atividades da entidade.

A principal razão de descontentamento com a CBD se deu durante a fase decisiva do Campeonato Brasileiro de 1974. Cruzeiro e Vasco se enfrentariam pela partida final daquele torneio, sendo que o clube mineiro, por ter feito a melhor campanha durante a fase de classificação, teria o direito ao mando da partida. O jogo deveria, portanto, ser jogado no estádio ‘Mineirão’-MG. Acontece que a CBD decidiu por inverter o mando de campo, passando o jogo para o estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro. Por fim, o Vasco, favorecido pela decisão da CBD, sagrou-se campeão.

A arbitrariedade exercida em benefício de um clube carioca – coisa que já era recorrente, basta que se lembre do caso da alteração das regras durante a disputa do torneio de 1971 – irritou não só os dirigentes de Minas Gerais, mas também dirigentes gaúchos e paulistas³¹¹.

José Ermírio de Moraes Filho – o presidente da Federação Paulista de Futebol – rompeu com a CBD e ainda exigiu que a sede da Confederação fosse transferida do Rio de Janeiro para Brasília após este capítulo³¹². Pacheco rebatia, dizendo que sua entidade nunca havia tomado atitudes parciais em prejuízo ao futebol brasileiro³¹³. A unidade ao redor da CBD estava rompida. Sylvio Pacheco, que havia assumido o comando provisório da entidade há pouco mais de um mês, já estava tendo seu poder ameaçado pelas turbulências políticas que ferviam ao seu redor.

³¹¹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 06/08/1974, página 7.

³¹² Cf. *A Gazeta Esportiva*, 22/08/1974, página 17.

³¹³ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 22/08/1974, página 17.

Diante deste quadro, Havelange agiu para manter a estabilidade no comando da entidade brasileira, e reassumiu a presidência³¹⁴. O carisma e o prestígio possuído por Havelange entre as figuras mais importantes do campo político e do campo esportivo sugeriam que, sob seu comando os ânimos dissonantes se acalmariam.

Entretanto, vieram as eleições de 15 de novembro de 1974, nas quais a ARENA teve um desempenho bastante inferior ao que era esperado pelos comandantes do partido. Com o fracasso do partido do governo nas urnas, o governo teria que rever grande parte de seu planejamento, que havia sido feito partindo da premissa de que o povo demonstraria nas eleições legislativas ao partido da ‘Revolução’.

Aparentemente, a revisão dos planos do governo passou também pelo campo esportivo: exatamente na semana em que os primeiros resultados das urnas foram divulgados, João Havelange foi convidado pelo ministro da Educação e Cultura, Ney Braga³¹⁵, para conversar a respeito do esporte brasileiro.

Eles se encontraram e o teor da reunião não foi divulgado nem por *A Gazeta Esportiva* nem por *Folha de São Paulo*. O fato é que dois dias após o primeiro encontro entre estes dois houve uma importante reunião entre os mais importantes membros da CBD. Nessa reunião foi decidida a renúncia de Havelange à presidência da entidade no dia 30 de Dezembro daquele ano, juntamente com Sylvio Pacheco³¹⁶. Além da decisão pela saída de Havelange e de membros remanescentes de sua ‘coalizão’, foi anunciada uma decisão que seria ainda mais impactante para o futuro do campo esportivo brasileiro: o

³¹⁴ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 29/08/1974, página 3.

³¹⁵ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 20/11/1974, página 4.

³¹⁶ Cf. *Folha de São Paulo*, 23/11/1974. Primeiro Caderno, página 26.

novo presidente da CBD seria definido pelo ministro Ney Braga³¹⁷, e não por Havelange.

Na prática, o que se deu foi o seguinte: o governo militar chegou a um nome de consenso que foi imposto a Havelange. Esta foi a demonstração de que a blindagem que o protegera na Era Médici já não mais existia, e que desta vez não haveria recursos suplementares para reverter a decisão que contrariava seus interesses. Em suma, Havelange foi vetado pelo governo militar³¹⁸. Não é possível afirmar ao certo quais foram os reais motivos da opção dos militares pela troca do comando na direção da entidade. Entretanto, é possível elencar algumas ações dele que desagradaram os representantes do governo: em primeiro lugar, o fato de ter utilizado os recursos da CBD para a promoção de sua campanha, atitude possivelmente tomada sem prévia autorização pelo governo. Em segundo lugar, a afronta feita aos governantes brasileiros no dia de sua eleição, quando se colocou a favor do ingresso da China na FIFA. Este caso merece um pouco mais de atenção.

Durante o Congresso em Frankfurt, veio à tona a questão da admissão da China como país-membro da entidade, assunto que deveria ser deliberado pelo plenário. Na véspera, Havelange recebera um telegrama do governo brasileiro proibindo-o de abrir a FIFA à China³¹⁹. Esta ordem foi desrespeitada, e Havelange se colocou como favorável ao

³¹⁷ Cf. *Folha de São Paulo*, 04/12/1974. Esporte, página 1.

³¹⁸ Cf. *Folha de São Paulo*, 08/06/1998. Caderno Especial: 'Era Havelange'. Página 4.

³¹⁹ É sabido que a política externa brasileira, a partir da posse de Ernesto Geisel, orientou-se pelo que ficou conhecido como o *Pragmatismo Ecumênico e Responsável*. Assim sendo, pode soar estranho que Geisel tivesse ordenado Havelange a fechar as portas da FIFA para a China, uma vez que ele próprio (Geisel) reabriria a o diálogo comercial com aquele país. Sobre isso, é importante pontuar que a matéria da *Folha de São Paulo* indica que a solicitação de não defender o ingresso da China da FIFA aponta que isso foi feito às vésperas das eleições da entidade, ou seja, em Junho de 1974. De acordo com JULIAO, Taís Sandrim, em *A atuação multilateral do Brasil sob o governo de Ernesto Geisel: as dinâmicas do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)*, na revista *História Social*, nº18, segundo semestre de 2010, página 204, as relações diplomáticas com a China só foram reatadas em agosto daquele mesmo ano, ou seja, dois meses depois. Portanto, é cronologicamente possível que em Junho o governo tenha

reingresso do país comunista à FIFA³²⁰. Segundo *Folha de São Paulo*, o então candidato à presidência da Federação Internacional, que há anos já vinha sendo investigado pelo almirante Adalberto Nunes, perdeu muito de seu prestígio com a cúpula militar brasileira após este capítulo:

De acordo com um relatório preparado a mando do almirante Nunes, que chegou às mãos de Geisel em janeiro de 1973, o rombo na CBD durante a administração de Havelange estava na casa dos US\$ 18,5 milhões, considerando-se valores de hoje. Só em 1974, ano das eleições na FIFA, ele chegava a US\$ 1,5 milhão, equivalentes a quase US\$ 5 milhões atuais.

Com isso – e irado pelo fato de, exatamente no dia das eleições na FIFA, em Frankfurt, Havelange ter contrariado a determinação dos militares e defendido a entrada da China, que não tinha relações diplomáticas com o Brasil, na entidade – Nunes mostrou-se favorável à tese da abertura de processo contra Havelange. Mas Geisel foi contra.

[...] Com receio de que as investigações afetassem mais a imagem do governo do que a do dirigente e a de Pelé, usado pelo regime militar para “vender” o Brasil para o exterior, o presidente optou por uma solução intermediária e decidiu cobrir o déficit da CBD.

Assim sendo, em 8 de março de 1975 foram depositados cerca da US\$ 4,4 milhões (valores da época) na conta da entidade e Geisel pediu, de próprio punho, que a Caixa Econômica Federal debitasse a quantia do Fundo de Assistência Social.³²¹

Portanto, apesar de ter promovido com sucesso a integração nacional por meio do futebol, de ter conduzido a seleção nacional ao tricampeonato mundial, serviços que foram muito caros à manutenção do relativo prestígio político de que gozaram os governantes militares até as eleições legislativas de 1974, João Havelange chegara a um ponto em que sua sequência à frente da CBD se tornava insustentável.

Antes de tudo pelo fato de que o simples acúmulo das presidências de FIFA e CBD tornaria bastante atarefada a vida do dirigente, que provavelmente teria que delegar, em

buscado influenciar Havelange para evitar o reingresso do país na FIFA e em Agosto do mesmo ano tenha mudado sua postura a respeito daquele país oriental.

³²⁰ Cf. *Folha de São Paulo*, 08/06/1998. Caderno Especial: ‘Era Havelange’. Página 8.

³²¹ *Folha de São Paulo*, 07/11/1999. Caderno Especial “A Criação de Pelé – as jogadas extracampo do atleta do século”, página 2.

alguma das duas entidades, o poder a algum subordinado. Uma vez que Sylvio Pacheco já encontrou problemas pouco depois de um mês após assumir os encargos de Havelange na CBD, ainda que informalmente, parecia evidente que o comando da entidade brasileira teria que ser mudado.

Depois, Havelange já havia se utilizado dos recursos e do prestígio que obteve na CBD para se alçar à presidência da FIFA. Alguns de seus empreendimentos fracassaram retumbantemente – vide o caso da Taça Independência –, e o prejuízo teve de ser pago por Geisel com o dinheiro do Fundo de Assistência Social.

Ainda, o capítulo da defesa da China na FIFA tornou evidente aos governantes militares que Havelange não se manteria fiel às determinações do governo se isto não lhe fosse conveniente. Enquanto o governo militar lhe era útil, o presidente da CBD sempre se submeteu às ordens superiores. Quando teve de optar entre ser leal ao regime e ser leal ao seu projeto pessoal – a presidência da FIFA – escolheu a segunda opção.

Assim sendo, já não faria sentido ao governo militar o esforço por manter no comando da maior entidade desportiva nacional um dirigente que, apesar de lhe ter sido absolutamente útil, já não demonstrava ter tanta afinidade com os ideais do governo como já tivera em momentos anteriores.

Para completar, a necessidade dos militares de ter alguém de sua total confiança no comando da CBD – sua ‘plataforma passional para o poder’ – aumentou drasticamente a partir do momento em que as eleições de 1974 resultaram em uma significativa perda de apoio da ARENA por parte do eleitorado e em um ameaçador crescimento do MDB. A possibilidade de ter à frente da CBD alguém que fosse de total confiança dos líderes regime já não era uma questão de escolha, mas sim de necessidade.

Provavelmente por estas razões, em 10 de Janeiro de 1975 foi eleito para a presidência da CBD, em chapa única, pela indicação do ministro Ney Braga e com apoio – espontâneo ou não – de João Havelange, o almirante Heleno de Barros Nunes. Heleno era exatamente o irmão do almirante Adalberto Nunes, o homem que havia sido o responsável pela investigação da vida de Havelange enquanto presidente da CBD durante o final da década de 1960 e sua saída do comando da entidade, em 1975.

A posse de Heleno Nunes representou a etapa histórica em que o governo militar retirou das mãos de um ‘intermediário’ o comando do desporto brasileiro e o entregou a uma pessoa que era, inclusive, membro das Forças Armadas.

Com a chegada de Heleno Nunes, o futebol brasileiro ficaria sob a tutela direta da Arena e do governo militar.

Aqui se acaba a história que concerne a esta pesquisa.

CONCLUSÃO

Não é possível afirmar que antes do AI-5 o campo esportivo agia de forma totalmente independente em relação ao campo político. A maior demonstração de que esta independência não existia – e talvez nunca tenha existido – é o fato de que três quatro presidentes dos maiores clubes do estado paulista, três eram políticos e dois deles eram ligados ao partido do governo.

Athiê era presidente do Santos FC desde 1945. Helu era presidente do SC Corinthians Paulista desde 1961, e Natel era presidente do São Paulo FC desde 1958. É possível afirmar, portanto, que a direção de parte dos grandes clubes paulistas já passava por elementos do campo político pelo menos desde os últimos anos da década de 1950 e os primeiros da década de 1960.

Os homens que presidiam os maiores clubes paulistas estavam ou próximos ou dentro do campo político, e utilizavam-se ao máximo de sua proximidade do campo político para conseguir benesses a seus clubes, e assim perpetuarem seu poder dentro deles. Em alguns casos o próprio clube funcionava como plataforma eleitoral para o campo político – esta foi uma acusação feita a Wadih Helu, presidente do Corinthians, por exemplo³²².

Na maior parte dos anos 1960, os interesses do campo esportivo se articularam de forma paralela aos do campo político. A maior evidência disso é o fato de que os maiores clubes brasileiros organizaram, de forma relativamente autônoma, o embrião do que se tornaria – por intervenção do governo – o Campeonato Nacional.

³²² Cf. *Folha de São Paulo*, 03/01/1970. Primeiro caderno, página 8.

Nenhum presidente da República, desde Juscelino Kubitschek, se preocupou em incorporar os desportos nacionais à sua agenda política. Jânio Quadros, João Goulart e Castello Branco também passaram pela presidência da república sem demonstrar muita preocupação com o assunto.

A principal preocupação de Castello Branco, aliás, era o respeito às leis. Sua obstinação em manter a legalidade da ‘Revolução’ quase lhe custou o mandato presidencial, que só foi mantido pela habilidade de Costa e Silva em costurar um acordo com os militares da linha dura. O referido acordo acabou custando a Castello o abandono de seus ‘ideais legalistas’, resultando na edição do AI-2.

Tendo salvo a integridade do poder de seu antecessor, Costa e Silva deu a entender que possuía intenções democratizantes em seus primeiros dias de governo, mas sua morosidade em agir nesse sentido possibilitou que a oposição se organizasse e promovesse demonstrações públicas de descontentamento não só com sua gestão, mas com a ‘tutela militar’ na política brasileira como um todo.

Em decorrência das demonstrações sociais de insatisfação política com o regime, gerou-se também um conflito no interior das Forças Armadas, em que sorbonistas e linha dura divergiam clamorosamente em relação à postura que deveria ser adotada pelo governo para acalmar as pressões sociais e para conter a ação das guerrilhas urbanas, que colocavam em risco a estabilidade e a confiança popular no regime, além de fomentar ainda mais as clivagens internas à própria corporação.

Antes de optar pela exceção em detrimento da legalidade, opção que levaria o fechamento brutal do campo político, Costa e Silva preocupou-se em estimular o progresso de um campo que poderia assegurar ao regime uma estabilidade política que desde 1964 ainda não havia sido vivenciada pelos ‘revolucionários’: o campo esportivo.

A aproximação dos donos do poder político em relação aos donos do poder esportivo se intensificou justamente no momento em que o país, como um todo, vivia uma situação de insegurança e indefinição quanto ao futuro. Esta situação se deu em 1968, principalmente pelo conflito gerado na própria sociedade civil, que se deparava com um governo que prometia a abertura política e a caminhada no sentido da redemocratização, mas não executava suficientes medidas neste sentido e se tornava progressivamente mais repressor.

A primeira preocupação levada pelo presidente aos poderosos do campo esportivo se referia à seleção brasileira de futebol, time que certamente era a representação nacional que gozava de maior poder simbólico junto ao povo, tanto pela popularidade do esporte ludopédico no país quanto pelos recentes sucessos conquistados em torneios mundiais anteriores – 1958 e 1962.

Ao mesmo tempo em que o poder político viu no campo esportivo uma oportunidade para tornar seus planos de estabilidade política uma realidade, o poder esportivo – ou o dono dele – viu na investida do político uma oportunidade para alçar, pessoalmente, voos ainda mais altos que o (possível) tricampeonato mundial de futebol, pois o interesse político no esporte obrigaria os políticos interessados a investir no esporte. Foi dessa forma que se deu o acordo entre Costa e Silva e João Havelange, grande conhecedor do poder político gozado pelo esporte, principalmente nos países de terceiro mundo.

O acordo entre Costa e Silva e Havelange marcou uma mudança decisiva nos rumos que seriam tomados tanto pelo campo político quanto pelo campo esportivo. Se até então os interesses esportivos e políticos se articulavam de forma paralela, agora eles se articulavam conjuntamente.

A Loteria Esportiva foi o primeiro resultado concreto da união das cúpulas dos dois campos. Com esta Loteria, Havelange e a CBD tiveram recursos suficientes para realizar uma preparação física e tática bastante rigorosa para a Copa do Mundo que se aproximava.

Antes, porém, que chegasse o momento da disputa mundial, houve uma importante mudança no campo político: Costa e Silva, adoecido, teve que abandonar o cargo, que após algumas semanas foi assumido por Garrastazu Médici. Tendo assumido o cargo após a edição de diversos atos de exceção decretados por seus antecessores, este presidente pôde se dar ao luxo de sequer inserir em seu cálculo político um nível mínimo de legalidade a seguir gestão. Apoiado pela linha dura dos militares e pelos tecnocratas civis, seu objetivo era, em primeiro lugar, fazer com que o país progredisse, e, em segundo lugar, utilizar o progresso atingido como forma de legitimar seu poder. O sucessor de ‘Costa’ é reputado responsável pelas maiores atrocidades cometidas durante o regime militar. Apesar disso, no campo esportivo ele fazia questão de se demonstrar uma figura bastante carismática, interessada por futebol e entusiasta da seleção brasileira.

Médici usou e abusou da capacidade do campo esportivo de lhe gerar popularidade. Promoveu uma festa em Brasília durante a ida de Pelé à cidade por ocasião de seu milésimo gol; recebeu mais de uma vez os jogadores da seleção brasileira para refeições nas instalações presidenciais; apareceu mais de uma vez em jogos da seleção que se realizaram no período anterior à Copa; enviou telegramas públicos aos jogadores às vésperas do início da Copa de 1970. Esforçou-se para atrelar à seleção de futebol o espírito nacionalista que era reivindicado pelo governo militar. Foi coroado com a conquista do tricampeonato.

O ‘Tri’ foi o estopim para o investimento estatal maciço no futebol, que se tornou um valioso instrumento para a promoção do regime. Junto do Campeonato Brasileiro de clubes, da Taça da Independência e da Loteria Esportiva, iniciativas que visavam a consolidação do referido esporte como base de popularidade para o governo, veio uma explosão publicitária promovida pela Assessoria Especial de Relação Públicas da Presidência da República – AERP – que se referia majoritariamente ao sucesso do país, mas não somente no campo esportivo: associou-se a conquista da Taça Jules Rimet ao desenvolvimento econômico ocorrido por ocasião do ‘milagre econômico’, período em que o Produto Interno Bruto nacional crescia a taxas superiores a 10% por ano.

A associação feita pela propaganda do governo entre os sucessos esportivos e sucesso econômico do país criaram uma atmosfera de euforia nacional que envolvia as pessoas e esforçava-se para tornar cada vez mais legítimo o governo responsável pela obra do ‘Brasil Grande’, e cada vez menos legítimas as manifestações daqueles que ainda persistiam em colocar-se em oposição ao regime.

O sucesso esportivo havia se convertido também em um pilar de sustentação política para o governo militar. A associação publicitária feita entre as obras do Estado e as conquistas esportivas nacionais se constituiu no que membros da oposição chamaram de ‘plataforma passional para o poder’. Foi exatamente o fato de o esporte estar trabalhando a favor do regime a causa da ‘blindagem’ concedida à CBD durante os anos mais vigorosos da Era Médici, durante os quais o controle do poder Executivo sobre os poderes Legislativo e Judiciário era praticamente absoluto.

Uma vez que o campo esportivo converteu-se também em um suporte político do regime, tornou-se alvo de investimentos cada vez maiores. A progressão destes investimentos pode ser medida pela quantidade de clubes participantes no Campeonato

Nacional de Futebol a partir de 1971. No ano de 1973, por meio da Loteria Esportiva, o governo havia financiado mais de quinhentas viagens de clubes pelo país para a disputa do Brasileirão. A verba dispendida em viagens só não foi maior no ano seguinte porque os gastos tiveram que ser divididos entre o Campeonato Brasileiro e a preparação do time que representaria o país – e o governo – na Copa do Mundo de 1974.

João Havelange aproveitou a onda esportiva-nacionalista criada e estimulada pelo governo para decolar. A Taça da Independência promovida em 1972 por este dirigente, vinha na esteira das comemorações cívicas empreendidas pelos militares pelo aniversário de 150 anos da Independência do país. Sua organização certamente fortaleceu o suporte político obtido pelo governo por meio do esporte. Entretanto, o foco do dirigente com este torneio era outro: estabelecer contatos com os presidentes de federações internacionais, com direito a voto no Congresso da FIFA.

Os gastos vultuosos com a organização deste torneio, que redundaram num estrondoso prejuízo para a CBD, visavam à obtenção de prestígio político. Além da Taça Independência, Havelange esforçou-se por levar a seleção brasileira e/ou seu astro maior, o Rei Pelé, para diversos lugares do mundo. Cada passagem da seleção ou de Havelange poderia valer um voto a mais para as eleições da FIFA.

Havelange cumpriu durante o período posterior à edição do AI-5 uma função diferente da que cumpria até então à frente da CBD. Sua missão primeira era a de conciliar os diversos interesses dos que dominavam o campo esportivo em cada região ou estado do Brasil, ou seja: agregar e agradar interesses locais.

Após o acordo com Costa e Silva, Havelange passou a exercer uma função técnica: tornou-se o responsável por colocar em prática os planos esportivos elaborados pelo

governo militar, cuja intenção era produzir, via esporte, apoio político junto à população.

Tanto a função política de agregar interesses locais quanto a função técnica de executar os planos esportivos do governo militar foram cumpridos com sucesso pelo presidente da CBD. Caso ele não tivesse a intenção, ou simplesmente não tivesse conseguido ser eleito à presidência da FIFA, provavelmente teria sido *in persona* o presidente da principal entidade esportiva do país por mais algumas décadas.

O fato é que houve um momento em que suas ambições pessoais entraram em colisão com as ambições do governo. Este momento se deu em 1974, quando importantes mudanças aconteceriam simultaneamente nos dois campos. O Brasil perdeu a Copa. Com ela, foram-se boa parte dos sonhos e esperanças de progresso que haviam sido fixadas insistentemente pela propaganda oficial durante o período do milagre econômico.

Não é possível dizer ao certo até que ponto a derrota futebolística em 1974 interferiu no resultado das eleições que aconteceram naquele mesmo ano. O fato é que as eleições de 1974 juntaram a liberação de Geisel para divulgação e propaganda da campanha pela oposição com uma decepção relativamente recente com o ‘Brasil’ no campo esportivo. A seleção brasileira, que havia sido elevada à condição de representante suprema do progresso brasileiro pela propaganda e pelas ações promovidas no campo esportivo pelo próprio governo militar, havia decepcionado seu povo.

Da mesma forma que o sucesso da seleção foi insistentemente atrelado por Médici ao sucesso do governo e do país após a Copa do México, o insucesso da seleção na Alemanha inevitavelmente esteve atrelado ao governo, a despeito do fato de que em 1974 a economia brasileira ainda vivia um bom ano no que diz respeito ao crescimento

do Produto Interno Bruto. A associação ‘seleção de futebol = Brasil = governo’ construída por Médici e sua máquina publicitária pode ter operado justamente contra Geisel e a ARENA nas eleições de 1974.

Havelange, seus colegas e funcionários da CBD foram duramente cobrados após o insucesso na Copa. Abílio de Almeida, um dos principais auxiliares de Havelange no período, pediu demissão da entidade antes mesmo que o Ministro de Educação e Cultura – representante do governo – interviesse na entidade.

Com a derrota na Copa em Julho e nas urnas em Novembro, o governo militar ficou em uma situação delicada, e já não poderia correr o risco de ser desacatado – como Havelange havia feito, por exemplo, ao defender a China comunista – pelo comandante do campo do qual retirara a maior parte do suporte político popular nos últimos quatro anos.

Foi por esta razão que foi nomeado para a sucessão de Havelange, no início de 1975, o almirante Heleno Nunes, exatamente o irmão do militar que havia sido responsável pela investigação da vida de Havelange ao longo do período ‘revolucionário’.

O governo militar encontrou no futebol uma base sobre a qual conseguiu atingir relevante nível de legitimação, principalmente por meio da associação entre desenvolvimento econômico e sucessos esportivos. Durante a gestão Médici, houve um esforço para prolongar e ampliar pelo maior tempo possível o estado de ‘êxtase’ vividos pela população devido ao esporte. A ampliação do Campeonato Brasileiro, a instituição e difusão da Loteria Esportiva e mesmo a Taça Independência são evidências disso.

O esforço feito pelo governo Médici em atrelar o governo ao esporte pode ser reputado principalmente ao fato de que, após todas as ações repressivas e os 17 atos institucionais que o precediam – e que ele continuou exercendo –, não lhe seria possível reivindicar a

legitimidade de seu poder por meio da legalidade. A opção de Médici foi reivindicá-la pelos resultados obtidos pelo país em diversas esferas, principalmente a econômica e a esportiva. Essa opção trouxe o resultado esperado enquanto a seleção brasileira manteve-se com o título de campeã do mundo. Quando este título foi perdido, porém, o governo imediatamente perdeu parte relevante de seu apoio popular – existindo ou não existindo uma relação de causalidade nestes eventos.

Curiosamente, justamente no momento em que para a sociedade como um todo o governo se reabria (Geisel, sorbonista, não cassou nenhum dos opositores eleitos em 1974), para o futebol ele se fechava ainda mais com a imposição da presidência de Heleno Nunes, um militar, na CBD.

Para desenvolver como se comportou o campo esportivo sob a gestão de Heleno Nunes, é necessária outra pesquisa.

FIM

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. (1998) *Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*, in: Schwarcz, Lilia M. (org.), *História da Vida Privada no Brasil – Contrastes da intimidade contemporânea*
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Capítulo II: “*Introdução a uma Sociologia Reflexiva*”. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.
- DAHL, Robert A. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989
- DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001
- CÉSAR, B. T. *Os Gaviões da Fiel e a águia do capitalismo: ou o duelo*. Campinas: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social / UNICAMP, 1981.
- COHEN, Jean e ARATO, Andrew. *Sociedad Civil y teoria política*. México, Fondo de Cultura Económica, 2001
- CRUZ, Sebastião C. Velasco E.; MARTINS, Carlos Estevam. *De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da ‘abertura’*. In *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, organizado por Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida. Editora Brasiliense, 1984. P. 16.
- FLORENZANO, José Paulo. *A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro*. São Paulo: Editora PUC-SP, 2010.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses – Futebol, sociedade e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GRINBERG, Lúcia. *Partido Político ou Bode Expiatório – Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009. Capítulo 3, p. 95.

- HEVIA, Felipe y Ernesto Isunza (2010a) *Perspectiva de Interfaz aplicada a las relaciones sociedad civil-Estado en México* en: Alberto Olvera (coord.) La democratización frustrada. México: Universidad Veracruzana
- HOLLANDA, Bernardo Buarque de. *O clube como vontade e representação: O jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988)*
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB 1966-1979*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1988. P. 16.
- LAMOUNIER, Bolívar. *O 'Brasil autoritário' revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura*, in: Alfred Stepan (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998
- LAVALLE, Adrian Gurza; Houtzager, Peter P.; Castello, Graziela. *El horizonte de la política. Brasil y la agenda contemporánea de investigación en el debate internacional*. Capítulo 6: *La construcción política de las sociedades civiles*.
- LEVER, Janet. *A loucura do futebol*. 1983
- LONG, Norman. "Development sociology: actor perspectives". 2001. London: Routledge
- MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de Esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986
- MÁXIMO, João. *Memórias do futebol brasileiro*. Estudos avançados, vol.13, no.37, São Paulo. Sept./Dec. 1999
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.
- PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. *Torcidas organizadas de futebol – Violência e autoafirmação – Aspectos da construção das novas relações sociais*. Taubaté, Vogal, 1997
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia – A experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, FGV, 2002
- SCHMITTER, Phillipe. *The Consolidation of Democracy and representation of social groups*. American behavioral scientist, vol. 35, Nºs 4-5, March/June 1992
- SKOCPOL, Theda. *Protecting soldiers and mothers: the political origins of social policy in the United States*.(1992)

- SKOCPOL, Theda; CROWLEY, Jocelyn Elise: *The Rush to Organize: Explaining Associational Formation in the United States, 1860s-1920s*. American Journal of Political Science, Vol. 45, No. 4 (Oct., 2001)
- SOMERS, Margaret R. *The Narrative Constitution of Identity: A Relational and Network Approach*. Theory and Society, Vol. 23, No. 5 (Oct., 1994)
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política – as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Editora artenova s.a.. 1975. P. 157.
- TEIXEIRA, Rosana da Câmara. *Os perigos da Paixão: visitando as torcidas jovens cariocas*. São Paulo, Annablume, 2003
- TOLEDO, *Lógicas do Futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. Tese de Doutorado, disponível online em <http://www.ludopedio.com.br/rc/upload/files/115801> .
- WARREN, Mark. *Democracy and association*. New Jersey, Princeton University Press, 2001.